

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

VICTOR AUGUSTO BARBOSA VIEIRA

**UM ESTUDO SOBRE OS PARALOGISMOS ACIDENTAIS NAS *REFUTAÇÕES*
SOFÍSTICAS DE ARISTÓTELES**

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação [] Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Victor Augusto Barbosa Vieira*

Título do trabalho: *Um estudo sobre os paratopismos acidentais nas Retóricas Sofísticas de Aristóteles*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Victor Augusto Barbosa Vieira
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: *19 / 06 / 2019*

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

VICTOR AUGUSTO BARBOSA VIEIRA

**UM ESTUDO SOBRE OS PARALOGISMOS ACIDENTAIS NAS *REFUTAÇÕES*
SOFÍSTICAS DE ARISTÓTELES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Wellington Damasceno de Almeida

GOIÂNIA

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Augusto Barbosa Vieira, Victor

Um estudo sobre os paralogismos acidentais nas refutações sofisticadas de Aristóteles [manuscrito] / Victor Augusto Barbosa Vieira. - 2019.

CVIII, 108 f.

Orientador: Prof. Wellington Damasceno de Almeida .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Goiânia, 2019.

Inclui abreviaturas.

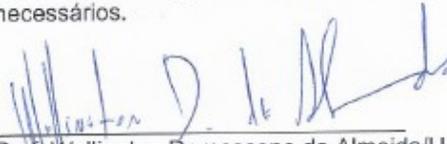
1. Aristóteles. 2. Refutações Sofísticas. 3. Paralogismo devido ao concomitante. I. , Wellington Damasceno de Almeida, orient. II. Título.

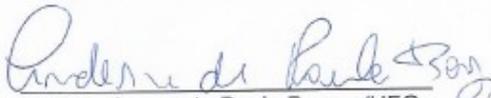
CDU 1



Ata da defesa pública da Dissertação de Mestrado do discente Victor Augusto Barbosa Vieira

Aos 18 dias do mês de junho de 2019, às 14:30 h, foi aberta a sessão pública na Sala de Defesas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, para a defesa da dissertação de mestrado elaborada pelo discente VICTOR AUGUSTO BARBOSA VIEIRA, com o título "Um estudo sobre os paralogismos acidentais nas refutações sofisticas de Aristóteles". Após a abertura da sessão, o Prof. Wellington Damasceno de Almeida/UFG, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, os professores doutores Anderson de Paula Borges/UFG e Lucas Angioni/UNICAMP. Foi dada a palavra ao mestrando, que expôs brevemente seu trabalho, e em seguida ouviram-se os respectivos pareceres dos integrantes da banca, procedendo-se às arguições e às respostas do mestrando. Ao final, a banca reuniu-se em separado para a avaliação do trabalho. Discutido o trabalho e o desempenho do aluno, foi ele considerado Aprovado por unanimidade pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que será assinada por todos e entregue à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, para os fins necessários.


Prof. Wellington Damasceno de Almeida/UFG


Prof. Anderson de Paula Borges/UFG


Prof. Lucas Angioni/UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito ao Prof. Dr. Wellington Damasceno de Almeida por toda a ajuda prestada durante o período do mestrado. Suas recomendações foram essenciais e decisivas para que o conteúdo filosófico da dissertação ganhasse relevância e qualidade.

Agradeço ao prof. Dr. Vitor Mauro Romariz de Bragança e aos meus amigos Cristiane Martins e Antônio Mesquita, dos quais muito me beneficieei por meio de conversas durante e fora as reuniões do grupo de estudos.

Agradeço aos profs. Drs. Anderson de Paula Borges e Lucas Angioni por terem aceito participar da minha banca de defesa. Foi uma grande honra e motivo de orgulho contar com a presença do ilustre prof. Dr. Lucas Angioni, cuja produção bibliográfica muito me instruiu e inspirou a estudar e escrever sobre a filosofia de Aristóteles. As críticas e sugestões feitas durante minha defesa foram de altíssima relevância e utilidade para a minha compreensão do assunto estudado.

If I could live at the pitch that is near madness
When everything is as it was in my childhood
 Violent, vivid, and of infinite possibility:
That the sun and moon broke over my head
(Richard Eberhart)

RESUMO

Nosso objeto de estudo nesta dissertação é certo tipo de paralogismo devido ao concomitante (o qual chamaremos abreviadamente por conveniência de “PDC”), o qual é analisado por Aristóteles em *Refutações Sofísticas*. Nosso estudo sobre esse paralogismo divide-se em quatro capítulos. Através do primeiro capítulo visamos responder uma importante questão sobre a aparência do PDC. Embora esse paralogismo seja um pseudo-argumento, ele possui certa similaridade com argumentos considerados como bons pelo refutado. Essa similaridade seria a razão de certos debatedores serem refutados por meio do PDC. Identificar a natureza dessa similaridade é relevante para compreender como a aparência desse paralogismo pode ser enganosa.

O conteúdo do segundo capítulo pode ser melhor compreendido como um aprofundamento de nosso interesse pela dimensão subjetiva ou psicológica presente nos estudos sobre os paralogismos de *Refutações Sofísticas*. Esse aprofundamento se dá pela descrição de um fenômeno mental que chamamos de “cálculo paralelo”. O cálculo paralelo consistiria em um esforço racional (ainda que equivocado), por parte de quem é refutado, em interpretar um argumento em relação às suas características lógico-semânticas. Essa interpretação seria motivada por certas presunções falsas mantidas pelo refutado.

No terceiro capítulo apresentamos um estudo de caso, no qual nos ocupamos de uma instância do PDC, o *paralogismo do triângulo*. A partir do estudo dos trechos relevantes à interpretação desse paralogismo apresentamos o que entendemos ser limites exegéticos. Em seguida, fazendo uso desses limites como critérios de avaliação, analisamos algumas propostas de reconstituição do paralogismo do triângulo.

Por fim, no último capítulo analisamos o conteúdo do capítulo 24 de *Refutações Sofísticas*. Neste capítulo Aristóteles nos apresenta um princípio inferencial que não é satisfeito por nenhuma instância do PDC. A interpretação desse princípio é motivo de grande controvérsia na literatura especializada. A fim de contribuirmos para esse debate testamos duas hipóteses de interpretação sobre o conteúdo desse princípio, a interpretação referencial e a intensional.

Palavras-chave: Aristóteles, Refutações Sofísticas, paralogismo devido ao concomitante

ABSTRACT

Our object of study in this dissertation is the paralogism due to the concomitant (which we'll call abbreviated "PDC"). This paralogism is analysed by Aristotle in the *Sophistical Refutations* as a false argument. Our study about this paralogismo is divided into four chapters. Through the first chapter we pretend to answer an important question about the PDC's appearance. Although this paralogism is a false argument, it possesses certain similarity with arguments recognized as good by the one refuted. This similarity would be the reason why debaters are refuted by the PDC. Identifying the nature of this similarity is relevant to comprehend how this paralogism's appearance can be deceitful.

The content of the second chapter can be better understood as a deepening of our interest for the subjective or psychological dimension present in the studies about the paralogisms in the *Sophistical Refutations*. This deepening results in the description of a mental phenomenon which we call "parallel computation". The parallel computation consists in a rational effort (although it is a misguided one) by the one who is refuted when he tries to make sense of the logical and semantical traits of an argument. This interpretation is motivated by a set of false presumptions held by the refuted one.

In the third chapter we present a case study, turning our attention to an instance of the PDC, *the triangle paralogism*. By studying the relevant passages for the interpretation of this paralogism we put forward what we understand to be exegetical constraints. Afterward, making use of these constraints as evaluative parameters, we analyse some reconstitution proposals of the triangle paralogism.

In the final part of our dissertation we analyse the content of the chapter 24 of *Sophistical Refutations*. In this chapter Aristotle presents us with an inferential principle which isn't satisfied by any of the PDC's instances. The interpretation of this principle is a cause of huge controversy in the secondary literature. In order to make a contribution to the specialized debate of this point we test two interpretative hypotheses of this principle's content, the referential and the intensional interpretation.

Keywords: Aristotle, *Sophistical Refutations*, Paralogism due to the concomitant

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. A DEFINIÇÃO PADRÃO DE FALÁCIA E OS PARALOGISMOS DE REFUTAÇÕES SOFÍSTICAS.....	15
1.1 A definição padrão de falácia e os paralogismos de refutações sofisticas	15
1.2 A definição tradicional de falácia e a condição da aparência	18
1.3 As condições de acerto para a Hipótese da Similaridade	24
1.4 Terceira versão da hipótese da similaridade: similaridade com silogismos	28
1.4.1 Analisando a Hipótese da similaridade com silogismos	29
1.5 Reformulando a hipótese da similaridade para explicar refutações dependentes da concomitância	36
1.6 Desatenção, hesitação e falta de destreza	41
1.7 Conclusão e resumo do primeiro capítulo	45
CAPÍTULO 2. O CÁLCULO PARALELO E A PAV (PREMISSA APARENTEMENTE VALIDANTE).....	47
2.1. O cálculo paralelo	47
2.2 A premissa aparentemente validante ou PAV	50
2.2.1 Exemplos de PAV entre as instâncias do PDC	54
2.3. A crença falsa e a pressuposição descrita em <i>Ref. Sof. 5</i> 166b29-32 como necessária para ocorrer um PDC	54
2.4. O significado de concomitante no PDC	58
2.5. PDC e a divisão entre refutações sofisticas <i>dependentes da linguagem e independentes da linguagem</i>	60

2.6 Conclusão e resumo do segundo capítulo	61
CAPÍTULO 3. O PARALOGISMO DO TRIÂNGULO.....	63
3.1 As seis balizas interpretativas para a reconstituição do paralogismo do triângulo	64
3.2 Examinando algumas propostas de reconstituição do paralogismo do triângulo	69
3.3 <i>Hoti</i> como “que”	70
3.3.1 Nossa hipótese de reconstituição do paralogismo do triângulo	72
3.4 <i>Hoti</i> como “porque”	77
3.5 Conclusão do terceiro capítulo	82
CAPÍTULO 4. DUAS HIPÓTESES DE INTERPRETAÇÃO DE <i>PI</i>, A INTERPRETAÇÃO REFERENCIAL E A INTENSIONAL.....	83
4.1. A Formulação referencial de PU	85
4.2 Problemas com a interpretação referencial	86
4.3 Interpretação intensional de 179a37-8	89
4.4 Problemas com a interpretação intensional	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
Lista de Abreviaturas.....	101

INTRODUÇÃO

Nesta parte indicamos qual o tema, a principal hipótese proposta e como dividimos nosso texto. O tema escolhido é um tipo de paralogismo analisado por Aristóteles em *Ref. Sof.*, o paralogismo dependente do concomitante, o qual chamaremos abreviadamente de PDC. O estudo desse paralogismo se baseará principalmente nas evidências textuais encontradas em *Ref. Sof.*, embora também façamos uso de alguns trechos de outras obras como *Top* e *Seg. An.*.

Não pretendemos a partir desse estudo resolver todas as dificuldades que poderiam ser levantadas acerca do PDC, nos limitando a propor algumas hipóteses que sejam satisfatórias de um ponto de vista filosófico e exegético e que possam esclarecer pelo menos alguns pontos que julgamos cruciais para a interpretação desse paralogismo.

O plano de exposição e defesa de nossas hipóteses sobre o PDC foi dividido nas seguintes etapas: No primeiro capítulo examinaremos certas passagens de *Ref. Sof.*, 1, concernentes à aparência das refutações sofisticas, a fim de elaborarmos uma hipótese compatível com o texto, e, que nos permita explicar por que o PDC parece ser um argumento melhor do que de fato é. Na literatura sobre falácias, essa característica é conhecida como “a condição da aparência”, e através dela separaríamos aqueles argumentos que possuem algum defeito daqueles que possuem defeitos mas ainda são persuasivos. Para que uma refutação seja autêntica ela deve satisfazer a definição dada por Aristóteles. As refutações sofisticas apenas aparentam satisfazer essa definição. É importante ressaltar que refutações são sofisticas porque são utilizadas por certo tipo de debatedor, o sofista, o qual se distingue de outros debatedores por conta de certos objetivos ou intenções: vencer um debate a qualquer custo para fortalecer sua reputação e com isso ganhar dinheiro, ou seja, uma refutação é sofisticada por conta da intenção ou fim de quem a promove. A partir de *Ref. Sof.*, 1, formularemos algumas hipóteses sobre a natureza dessa similaridade que refutações sofisticas mantêm com argumentos tomados como bons (pelo refutado), em especial analisaremos essa questão em relação às refutações sofisticas constituídas por instâncias do PDC. Em vez de propormos que as refutações constituídas por instâncias do PDC satisfazem a condição da aparência por serem similares a argumentos que instanciem figuras silogísticas, tais como *Barbara* ou *Darii*, consideramos mais razoável afirmar que essa condição é satisfeita por tais refutações porque estas aparentam ser justificadas por certo princípio inferencial pertencente ao repertório lógico de quem é refutado.

No segundo capítulo apresentaremos o que entendemos como “cálculo paralelo”. Usamos essa expressão para nos referirmos a certo processo mental efetuado pelo interlocutor do sofista durante o debate. Parte desse processo consistiria em uma interpretação das características lógico-semânticas do argumento tal como apresentado pelo sofista. Essa interpretação dependeria do conjunto de crenças pertencentes ao repertório argumentativo de quem a executa. Dessas crenças destacamos a que é descrita por Aristóteles em *Ref. Sof.*, 5 166b29-32. O uso dessa crença para interpretar o argumento do sofista seria acionada quando o refutado concede a premissa menor do paralogismo, a premissa aparentemente validadora, a qual chamaremos abreviadamente de “PAV”. A concessão dessa premissa acionaria a crença no princípio inferencial do trecho mencionado acima, e com isso o argumento apresentado pelo sofista satisfaria a condição da aparência, aparentando ser algo que não é, ou seja, aparentaria ser válido.

No terceiro capítulo analisaremos o conteúdo de *Ref. Sof.* 6, 168a34-168b10. Nesse trecho encontraríamos o terceiro exemplo de paralogismo devido à concomitância em *Ref. Sof.*, o qual chamaremos nesta dissertação de “paralogismo do triângulo”. Embora a interpretação desse paralogismo seja motivo de controvérsia na literatura especializada, tentamos contribuir para esse debate identificando certos limites que seriam impostos pelo texto de *Ref. Sof.*. Observando esses limites propomos algumas possíveis reconstituições do paralogismo do triângulo, preferindo uma versão que apresente o paralogismo do triângulo como um argumento inválido.

No último capítulo nossa atenção estará voltada para a interpretação de um princípio inferencial enunciado no trecho *Ref. Sof.* 24, 179a38-9. Esse princípio seria o único a justificar a transitividade absoluta de predicados entre dois itens caso estes satisfaçam certa condição, a qual não seria satisfeita por nenhum paralogismo devido à concomitância. Nos interessa entender o que é esse princípio expressa e por que nenhum paralogismo devido à concomitância o satisfaz. O modo que escolhemos para resolver esse problema ou, pelo menos, avançarmos rumo a sua solução é através do teste de duas hipóteses, a referencial, e, a intensional.

CAPÍTULO 1. A DEFINIÇÃO PADRÃO DE FALÁCIA E OS PARALOGISMOS DE REFUTAÇÕES SOFÍSTICAS

Abriremos este primeiro capítulo com algumas observações sobre a inadequação de certa definição de falácia, chamada de *Standard definition of fallacy* (SDF)¹, quando pensada em relação a todos os tipos de paralogismos expostos em *Refutações Sofísticas*. Embora essa definição não seja adequada para todos os casos de paralogismos, atribuímos a ela duas virtudes. Primeiro, apesar de nem todos os paralogismos serem argumentos inválidos, a *SDF* ainda nos indicaria uma característica necessária a respeito desses argumentos: sua aparência. Na literatura especializada² esse traço é chamado de *condição da aparência*, e embora haja discussão sobre sua aceitação como atributo necessário às falácias, analisá-la nos seria útil de dois modos: explicaríamos como certos erros de raciocínio são plausíveis e também separaríamos erros triviais de erros cuja exposição nos demandaria mais rigor teórico. Como veremos mais adiante, nossa atenção à condição da aparência é justificada textualmente já no primeiro capítulo de *Ref. Sof.*, no qual encontramos algumas alegações sobre certa relação de similaridade entre bons e maus argumentos. Embora não haja dúvidas sobre a relevância de se levar em conta a aparência dos paralogismos, não está claro como devemos caracterizar essa relação de similaridade. Pensando nessa dificuldade reunimos algumas evidências textuais as quais podem nos servir de balizas interpretativas às nossas hipóteses acerca desse ponto.

A segunda virtude da *SDF* surge quando diminuimos seu escopo, não mais tratando-a como uma definição aplicável a todos diferentes tipos de paralogismos expostos em *Ref. Sof.*, mas restringindo-a a um subconjunto dessas falácias. Destacamos essa virtude da *SDF* porque ela ainda poderia ser usada com algum sucesso para descrever nosso principal objeto de estudo nesta dissertação, o paralogismo devido ao concomitante (PDC), pois as instâncias desse tipo de paralogismo são argumentos inválidos, mas aparentemente válidos.

1.1 A definição padrão de falácia e os paralogismos de refutações sofisticas

Os paralogismos devido ao concomitante são aparentes refutações, ou, contra-argumentos sofisticos estudados por Aristóteles em *Ref. Sof.*, principalmente nos

1
2

<https://plato.stanford.edu/entries/fallacies/>
Ver nota anterior.

capítulos 5, 6, 7 e 24 dessa obra³. O estudo desses paralogismos faz parte de um projeto mais amplo e sistemático⁴. Entre os objetos abrangidos por esse ambicioso projeto encontramos 13⁵ tipos diferentes de argumentos que falham de algum modo em satisfazer a definição de refutação⁶: for it is possible to analyse all the aforesaid modes of fallacy into breaches of the definition of a refutation (*Ref. Sof.*, 6, 168a20-21).

3 Woods e Irvine (2004, p. 96) dão a seguinte lista de trechos, incluindo um trecho de *Retórica: Ref. Sof.*, 5 (166 b, 28-37); 6 (168 a, 34-168 b, 10; 168 b, 26-169 a, 5); 7 (169 b, 3-6); 24; *Retórica. II*, 24 (1401 b, 5-19).

4 Para opiniões favoráveis ao caráter sistemático de *SE*, consultar: Hasper(2013) e Di Lascio (2013).

5 Aristóteles oferece uma breve explicação para a exaustividade da lista de paralogismos devidos à linguagem em 165b26-9. Uma reconstrução da argumentação pretendida por Aristóteles para esse fim pode ser encontrada em Schreiber (2003, p. 20).

6 Hamblin divide esses paralogismos do seguinte modo:

“[a] Sophistical refutations dependent on language.

- [1] Ambiguity.
- [2] Amphiboly.
- [3] Combination of words.
- [4] Division of words.
- [5] Wrong accent.
- [6] The form of expression used.

[b] Sophistical refutations not dependent on language.

- [1] Accident.
- [2] The use of words absolutely or in a certain respect.
- [3] Misconception of refutation.
- [4] Assumption of the original point.
- [5] Consequent.
- [6] Non-cause as cause.
- [7] Making of two questions into one” (p. 62-3).

Essa importância conferida à definição de refutação é interpretada por Hintikka (1987)⁷, por exemplo, como indicando que os paralogismos deveriam ser estudados como violações de regras de um tipo especial de jogo de perguntas e respostas, tal como o que alega ter sido praticado na academia de Platão e posteriormente no Liceu de Aristóteles. Nesta dissertação não avaliaremos se a proposta de Hintikka é correta, mas ainda que coloquemos esse assunto de lado, consideramos que a apreciação dessa proposta nos dá ensejo de examinar a justeza de uma alegação feita por Hamblin (1970, p. 12) a respeito de um suposto compromisso mantido por Aristóteles com uma definição de falácia conhecida como *SDF* (standard definition of fallacy)⁸. Ainda que não saibamos, com certeza, se os paralogismos de *SE* devem ser interpretados como violações de regras de um jogo de perguntas e respostas, alguns trechos de *SE* deixam claro que a *SDF* não é uma definição aplicável a todos os 13 tipos de paralogismos. Nos restringiremos a apontar dois tipos de evidências para substanciar essa alegação. O primeiro tipo de evidências é constituído por contraexemplos à *SDF*. Esses contraexemplos correspondem a argumentos os quais não são necessariamente inválidos, e, o segundo tipo de evidência é relativo a certo procedimento que Aristóteles emprega para “solucionar” pseudo-argumentos.

O primeiro contraexemplo desfavorável à *SDF* pode ser encontrado no trecho citado abaixo. Nesse trecho encontramos uma clara indicação de que a *SDF* não se aplicaria a um tipo de paralogismo que embora dedutivo seria uma pseudo-demonstração:

chamo de refutação sofisticada e argumento sofisticado não apenas o que aparenta ser um argumento concludente (ou o que aparenta ser uma refutação), sem ser um argumento concludente, mas também o argumento que, sendo concludente, aparenta ser adequado à coisa [pragma]”(169b20-23)⁹.

7

Instead of being mistaken inference-types, the traditional "fallacies" were mistakes or breaches of rules in the knowledge-seeking questioning games which were practiced in Plato's Academy and later in Aristotle's Lyceum (p. 211). “Or, as Aristotle also sometimes puts it, all the fallacies here relevant can be thought of as variants of a single one, of the *ignoratio elenchi*, i.e., as being due to "a false conception of refutation (*elenchus*)” Now no perceptive reader of the *Topica* and of *De Sophisticis Elenchis* can fail to realize that *elenchus* comprises much more than logical inferences in any sense of inference (deductive, inductive, abductive, statistical, or whatnot), however wide. Indeed, it is clear that *elenchus* was for Aristotle quite as genuinely a questioning procedure as the Socratic *elenchus* had been” (p. 213).

8

<https://plato.stanford.edu/entries/fallacies/>

9

Angioni (2012, p. 200).

Usamos a tradução do trecho 169b20-23 feita por

O trecho citado acima nos serve como uma advertência, nos indicando que devemos proceder com extrema cautela ao tentar propor uma definição suficientemente abrangente para todos os paralogismos de *Ref. Sof.* . Argumentos dedutivos mas não demonstrativos são contra-exemplos à *SDF* se esta definição for interpretada como um enunciado afirmativo universal.

A invalidade tampouco seria um traço necessário a outro tipo de paralogismo, usualmente traduzido em português como “petição de princípio”. Embora certos argumentos não sejam chamados por Aristóteles de silogísticos, isso não implica que esses mesmos argumentos não sejam válidos¹⁰. Aristóteles reconhece a validade de certas operações lógicas, tais como conversão, contraposição e obversão¹¹. Além desses processos inferenciais também é verdadeiro afirmar que argumentos circulares, os quais instanciam a forma “‘ $p \rightarrow p$ ’, ‘ p ’, então ‘ p ’”, embora não silogísticos, são válidos. O principal problema com esses argumentos circulares e os da falsa causa não parecem estar ligados necessariamente à invalidade, sendo mais razoável caracterizar os defeitos de tais argumentos mais precisamente como sendo de natureza não-formal.

O segundo tipo de evidência, como dito acima, aparece em um contexto em que Aristóteles se pronuncia sobre como analisar e expor o defeito¹² de pseudo-argumentos. A depender das características lógico-semânticas desses pseudo-argumentos deve-se escolher entre dois procedimentos. Um desses procedimentos é direcionado à análise de argumentos inválidos, e, o outro à análise de argumentos válidos como se pode constatar no trecho citado abaixo:

Inasmuch as a proper *solution* is an *exposure of a false deduction*, showing on what kind of question the falsity depends, and since *false deduction has a double use*—for it is used either if a *false conclusion has been deduced*, or if there is only an apparent deduction and no real

10 O trecho a seguir parece confirmar essa alegação: “We are deceived in such cases because something necessary results from what is assumed, since deduction also is necessary. But that which is necessary is wider than deduction; for every deduction is necessary, but not everything which is necessary is a deduction” (*Pr An*, I, 32, 47a32-5).

11 “Every proposition states that something either belongs or must belong or may belong; of these some are affirmative, others negative, in respect of each of the three modes; again some affirmative and negative propositions are universal, others particular, others indefinite. It is necessary then that in universal attribution the terms of the negative proposition should be convertible, e.g. if no pleasure is good, then no good will be pleasure; the terms of the affirmative must be convertible, not however universally, but in part, e.g. if every pleasure is good, some good must be pleasure; the particular affirmative must convert in part (for if some pleasure is good, then some good will be pleasure); but the particular negative need not convert, for if some animal is not man, it does not follow that some man is not animal” (*Pr An*, I, 32, 25a1-14)

12 Em *SE* 24 179b16-18 Aristóteles nos alerta que não é a exposição de qualquer defeito que constituirá uma solução: “There is nothing to prevent the same argument from having a number of flaws; but it is not the exposition of any flaw that constitutes a solution”.

one—there must be both the kind of solution just described, and also the correction of a merely apparent deduction, so as to show upon which of the questions the appearance depends. Thus it comes about that *one solves arguments that are properly deduced* by demolishing them, whereas one solves merely apparent arguments by drawing distinctions.

O trecho acima nos mostra que também é possível expor defeitos em argumentos válidos, por isso temos mais uma evidência para corroborar a alegação de que a *SDF* não é uma definição adequada a todos os 13 tipos de paralogismos estudados em *SE*.

1.2 A definição tradicional de falácia e a condição da aparência

Embora a *SDF* falhe claramente em ser uma definição adequada extensionalmente, devido aos contraexemplos mencionados acima, encontramos nela menção de uma característica que o primeiro capítulo de *SE* nos indica como relevante para o estudo dos paralogismos. Essa característica é conhecida na literatura especializada sobre falácias como a *condição da aparência*, a qual pode ser expressa como o seguinte condicional: *se um argumento é uma falácia, então ele necessariamente aparenta ser um bom argumento*.

Essa condição seria útil de dois modos para uma teoria da falácia. Primeiro ela nos auxiliaria a explicar ou tornar plausível como pessoas sensatas cometem erros de raciocínio. Além disso, essa condição funcionaria como um importante critério de demarcação, separando erros de raciocínio entre triviais e aqueles mais complexos ou frequentemente cometidos. Em *Rej. Sof.* a utilidade dessa condição serve a propósitos similares. Em 168b6-10¹³ nos é indicado que certo grupo de pessoas, sábios ou cientistas, cometem o tipo de erro que chamamos de PDC e, em 169a22-4¹⁴ também temos algumas informações sobre a dificuldade em expor o erro que caracteriza esses paralogismos.

13 “Likewise also in other cases. If, then, a refutation is a sort of deduction, an argument depending on an accident will not be a refutation. It is, however, just in this that the experts and men of science generally suffer refutation at the hand of the unscientific; for the latter meet the scientists with deductions depending on accidents; and the scientists for lack of the power to draw distinctions either say ‘Yes’ to their questions, or else are thought to have said ‘Yes’, although they have not”.

14 “The error comes about in the case of arguments that depend on homonymy and the account because we are unable to distinguish the various senses (for some terms it is not easy to distinguish, e.g. one, being, and sameness)”. Logo em seguida, em 169b3-7 Aristóteles afirma que o PDC depende da incapacidade de fazer tais distinções: “...moreover the error arises out of the likeness, and the likeness arises out of the language. With those fallacies that depend upon accident, error comes about because *we cannot distinguish what is the same and what is different, what is one and what many*, or what kinds of predicate have all the same accidents as their subject”.

Ainda que que as instâncias do PDC sejam argumentos inválidos, uma reconstituição normativa¹⁵ que tenha como objetivo a exposição de sua falha lógica deve ser considerada como apenas um resultado parcial já que a aparência desses paralogismos, como os trechos citados acima nos indicam, é uma característica cuja explicação não pode ser negligenciada se pretendemos compreender como as instâncias do PDC eram usadas por sofistas para produzir refutações aparentes de cientistas¹⁶.

É tentador entender que a condição da aparência é concernente ao poder de persuasão de um paralogismo, mas temos algumas ressalvas a esse ponto. Não pensamos que o sucesso do sofista em obter uma refutação aparente dependa necessariamente do poder persuasivo de seus argumentos se esta persuasão for entendida exclusivamente em relação à aceitação da conclusão. A persuasão estaria mais ligada à validade das instâncias do paralogismo, mas, mesmo assim, ainda é preciso ter alguns cuidados. Entendemos que entre as instâncias de um paralogismo é possível encontrarmos dois subtipos. No primeiro subtipo incluímos instâncias que são intuitivamente, ou, incontrovertidamente tomadas como exemplos de argumentos falhos, cuja conclusão também é tomada como obviamente falsa. Exemplos desse subtipo são dados por Aristóteles em *Ref. Sof.* 24:

One must, however, be prepared to adduce an example. All arguments such as the following depend upon accident. ‘Do you know what I am going to ask you?’ ‘Do you know the man who is approaching’, or ‘the man in the mask?’ ‘Is the statue your work of art?’ or ‘Is the dog your father?’ ‘Is the product of a small number with a small number a small number?’ *For it is evident in all these cases that there is no necessity* for what is true of the accident to be true of the object as well (179a32-8)

Vale notar que na linha destacada em itálico é afirmado que a invalidade desses exemplos de PDC é evidente. Como esses exemplos são apresentados na forma de perguntas, ficamos de início em dúvida sobre como melhor reconstituí-los, mas essa declaração sobre invalidade nos dá uma ótima dica. Já que a invalidade desses argumentos é tomada como evidente, supomos que sua reconstituição deve observar dois critérios: as premissas devem ser obviamente verdadeiras e a conclusão deve ser

¹⁵ Por “reconstrução normativa” entendemos a reconstituição de um argumento com o objetivo de expor seus erros de acordo com algum critério estabelecido por uma teoria argumentativa. Se ao reconstituir determinado argumento conseguimos também identificar a causa da sua invalidade, essa reconstituição pode ser dita normativa. Para uma abordagem mais detalhada sobre o assunto consultar: Emeren (1993).

¹⁶ Conferir Walton (2010) para uma visão favorável à condição da aparência como característica importante das falácias.

obviamente falsa. Essa configuração dos valores de verdade é o que nos permitiria afirmar que a invalidade desses argumentos é evidente, pois é impossível que um argumento válido tenha premissas verdadeiras e conclusão falsa.

Não é difícil encontrar exemplos de argumentos obviamente inválidos que instanciem falácias formais em livros introdutórios sobre lógica. Em Salmon (1973, p. 27) encontramos o seguinte exemplo de afirmação do consequente:

Se a universidade de Harvard fica em Vermont, então ela fica na Nova Inglaterra

A universidade de Harvard fica na Nova Inglaterra *Ref. Sof.*

A universidade de Harvard fica em Vermont

Como o próprio Salmon deixa claro¹⁷, exemplos como o dado acima, cumprem um objetivo metodológico. A fim de expor um argumento falacioso, buscamos um segundo argumento que tenha a mesma forma, cujas premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. Nenhuma forma lógica é válida se é possível haver uma instância dela com premissas verdadeiras e conclusão falsa. Ao encontramos esse argumento com premissas verdadeiras mas conclusão falsa mostraríamos que a forma instanciada por esse argumento é inválida. Esse método de exposição é chamado por Salmon de *método do contraexemplo*. Pensamos que os exemplos de PDC em *Ref. Sof.* 24 cumprem essa mesma função metodológica. Para cumprir tal função não seria necessário nem mesmo recomendável apresentar exemplos mais sofisticados como o seguinte, dado por Massey (p. 492):

Se algo foi criado por Deus, então tudo foi criado por Deus

Tudo foi criado por Deus

Algo foi criado por Deus

O argumento acima é outro exemplo da falácia afirmação do consequente, mas sua análise certamente causa mais perplexidade do que o exemplo anterior e por isso não seria recomendável usá-lo conjuntamente ao método do contraexemplo. Se por um

17

“A common way of exposing a fallacious argument is to compare it with another argument of the same form in which the premises are true but the conclusion is false. We shall call this method of proving invalidity the “method of counterexample.” To say that an argument is valid means that it has a valid form. To say that a form is valid means that *no argument with that form can have true premises and a false conclusion*. Thus, when we say that an argument is valid, we are making a universal statement about all arguments of that form” (p. 20-1).

lado o argumento exhibe a forma inválida da afirmação do conseqüente, por outro, sua conclusão (algo foi criado por Deus) se segue necessariamente de uma das premissas aceitas (Tudo foi criado por Deus) ainda que o condicional seja irrelevante.

Diante de uma instância do PDC como “é o cão seu pai?” me parece duvidoso afirmar que a “vítima” do sofista se dê como persuadida da validade desse argumento. Seguindo nossa suposição acerca de como reconstruir os paralogismos de *Ref. Sof.* 24 poderíamos reconstituir um desses exemplos assim:

O cão é seu

O cão = o pai

O cão é seu pai

Como as premissas desse argumento poderiam ser verdadeiras e a conclusão, esdrúxula, ser falsa¹⁸, não consideramos razoável que ele seja um bom exemplo para persuadir alguém a respeito da validade de certa forma lógica. Se uma refutação aparente ocorre por conta de um argumento com esse perfil é mais plausível que o refutado tenha sido infeliz em sua contra-argumentação, mostrando inaptidão para a avaliação de argumentos. Mesmo sendo incapaz de articular um contra-argumento sobre a validade do paralogismo, isso não acarretaria a persuasão do refutado sobre a validade do argumento acima.

A atribuição de persuasividade seria mais adequada ao segundo subtipo de instâncias do PDC. Essas instâncias tal como o último exemplo de afirmação do conseqüente acima, não seriam bons exemplos para se mostrar a invalidade de certa forma lógica a partir do método do contraexemplo. As instâncias pertencentes a esse segundo subtipo não seriam incontrovertidamente aceitas como argumentos falhos. Um motivo para isso estaria na aparência da conclusão. Caso as premissas sejam verdadeiras e a conclusão pelo menos aparente ser verdadeira, a invalidade do argumento não é

18

Consideramos essa conclusão como obviamente falsa partindo da suposição de que a expressão “seu pai” não era utilizada para se referir a um ente que não fosse o pai biológico de nosso interlocutor. Embora o trecho abaixo não seja exatamente sobre essa expressão, o consideramos como indicando que o sentido literal da expressão “seu pai” seria o mesmo expresso pela paráfrase “seu pai biológico”: “Some people also use the principle of ambiguity to solve the aforesaid deductions, e.g. that he is your father, or son, or slave. Yet it is evident that if the appearance of a refutation depends upon a plurality of uses, the word or the expression in question ought to bear a number of literal senses, whereas no one speaks of someone as being his child in the literal sense, if he is the child’s master, but the combination depends upon accident. ‘Is he yours?’ ‘Yes’. ‘And is he a child?— Then the child is yours’, because he happens to be both yours and a child; but he is not your child” (*Ref. Sof.* 24 179b38-180a7).

óbvia. Consideramos mais plausível encontrar entre os exemplos desse segundo subtipo os paralogismos utilizados para provocar a refutação aparente de cientistas, e que um desses seria o paralogismo do triângulo de *Ref. Sof.* 6¹⁹.

Como afirmamos acima, não obstante o fato de todas as instâncias do PDC terem algum defeito lógico, seria pelo menos correto afirmar que seu uso em debates poderia provocar, a depender do perfil do ouvinte, certos efeitos perlocutórios²⁰. No caso das instâncias mais triviais, acreditamos ser mais razoável supor que o ouvinte sofresse refutação aparente apenas por não saber como fazer uma objeção, mas não por ser persuadido. No caso das instâncias mais complexas, esse efeito poderia provocar convencimento ou persuasão. Isso nos indica que devemos separar as condições de certo discurso ser reconhecido como um bom argumento, e, as condições cuja satisfação tornam objetivamente esse discurso um bom argumento. Chamaremos as primeiras de *condições de reconhecimento*, e, a segunda de *condições normativas*²¹. Se uma refutação sofisticada é persuasiva, então esta satisfaz as condições de reconhecimento, mas não satisfaz alguma condição normativa. Uma razão suficiente para afirmarmos isso é que uma refutação sofisticada necessariamente falha em atender à definição de refutação. Concordamos com Eemeren (1984) quando este propõe que uma argumentação, enquanto ato de fala, seja perfeitamente exitosa²² apenas quando satisfaz os dois tipos de condições acima. Seguindo essas orientações, consideramos que algumas refutações sofísticas que dependam do concomitante são parcialmente exitosas por satisfazerem as

19 Reservamos o terceiro capítulo desta dissertação para analisar algumas hipóteses de reconstituição desse paralogismo.

20 “There is yet a further sense (C) in which to perform a locutionary act, and therein an illocutionary act, may also be to perform an act of another kind. Saying something will often, or even normally, produce certain consequential effects upon the feelings, thoughts, or actions of the audience, or of the speaker, or of other persons: and it may be done with the design, intention, or purpose of producing them; and we may then say, thinking of this, that the speaker has performed an act in the nomenclature of which reference is made either (C.a), only obliquely, or even (C.b), not at all, to the performance of the locutionary or illocutionary act. We shall call the performance of an act of this kind the performance of a *perlocutionary* act or *perlocution*” (Austin, 1962, p.101).

21 Tomamos a liberdade de alterar um pouco a terminologia de Eemeren. Preferimos chamar a segunda condição de “condição normativa” em vez de adotar uma tradução mais literal de “conditions of a correct performance”(1984, p. 41). Em português é comum usar “corretude” para analisar o valor de verdade das premissas, o que não esgota os possíveis modos de se analisar as virtudes de um argumento, por isso consideramos melhor não optar pela tradução literal da terminologia de Eemeren, pois essa opção poderia sugerir que a corretude é uma condição suficiente para que algo seja julgado como um bom argumento. Schreiber usa um vocabulário aristotélico para distinguir essas duas condições: “Here, as elsewhere in Aristotle’s philosophy, the distinction between a condition for us (ημιν) and that condition by nature (φύσει or ἀπλοσ) is important” (p. 80-1).

22 “In our view, the constitutive conditions for a *happy performance* of illocutions will have to comprise the constitutive conditions for both a recognizable performance and a correct performance”(p. 41). Traduzimos esse “happy” como “exitoso/a”. Outra mudança adotada por nós é usar “exitoso” de modo qualificado. Quando as condições normativas e de reconhecimento forem ambas satisfeitas usaremos a expressão “perfeitamente exitoso” e quando somente uma destas condições for satisfeita usaremos “parcialmente exitoso”.

condições de reconhecimento, mas não perfeitamente exitosas por não satisfazerem certas condições normativas²³.

Julgamos que é devido às suas aparências que refutações sofisticadas satisfazem certas condições de reconhecimento aceitas por debatedores. A falha em satisfazer alguma condição normativa ocorre de não ser percebida porque os paralogismos possuem a aparência de um bom argumento. Essa aparência é o que qualifica os paralogismos como ferramentas úteis para provocarem certos efeitos perlocutórios. Caso essas ferramentas sejam empregadas com sucesso seu usuário poderia pelo menos aparentar cumprir um dos 5 objetivos²⁴ comuns às disputas argumentativas: a refutação. Logo no primeiro capítulo de *Ref. Sof.* fica claro que um estudo sobre os paralogismos deve caracterizá-los de modo que seja identificada a razão desses argumentos aparentarem não falhar em satisfazer a condição normativa pressuposta por Aristóteles, a definição de refutação. Em 164a24-25 é afirmado que nem todos os argumentos são genuínos, mas apenas aparentam ser, e, mais à frente em 168a38-168b2, é dito que essa aparência de legitimidade pode ser explicada por várias razões: “*Now some of them do not really achieve this, though they seem to do so for a number of reasons*”.

O texto nos informa que a razão dos defeitos desses pseudo-argumentos não serem percebidos estaria fundada em certa similaridade mantida com bons argumentos: “*This happens with arguments, as also elsewhere, through a certain likeness between the genuine and the sham*”.

Nosso principal objetivo neste capítulo é investigar a natureza dessa similaridade entre refutações e paralogismos. Como resultado de nossa investigação explicitaremos certas condições para que essa hipótese tenha sucesso explanatório. Mostraremos também como essas condições nos constringem a duvidar de certa hipótese que denominarei de “hipótese da similaridade com silogismos”.

1.3 As condições de acerto para a Hipótese da Similaridade

Passemos agora para nossas observações sobre a hipótese da similaridade. Primeiro consideraremos essa hipótese de um modo genérico, sem tomar contornos muito precisos. Essa formulação mais genérica expressa apenas o seguinte:

23

Ver nota anterior.

24

“First we must grasp the number of aims entertained by those who argue as competitors and rivals. These are five in number: refutation, falsity, paradox, solecism, and fifthly to reduce the opponent in the discussion to babbling (i.e. to constrain him to repeat himself a number of times); or it is to produce the appearance of each of these things without the reality” (165b13-17).

Primeira versão da hipótese da similaridade: Algum sujeito S comete um erro de identificação em que o argumento A é julgado como sendo um bom argumento devido a certa similaridade com B , que deve corresponder a algum argumento que satisfaz alguma concepção de bom argumento mantida por S

Por meio dessa formulação entendemos que a hipótese da similaridade estabelece duas condições. Expomos abaixo a primeira delas:

Primeira condição estabelecida pela hipótese da similaridade: para que um sujeito S cometa um erro de identificação em relação ao argumento A , é necessário que S disponha de algum tipo de conhecimento normativo, objetivamente correto, ou, considerado como correto por S

Em nossa primeira versão da hipótese da similaridade ainda deixamos indeterminada a natureza desse conhecimento. Seja o que for, é preciso que esse conhecimento pertença ao repertório argumentativo de S previamente ao erro de identificação cometido por esse sujeito. Antes dos conquistadores espanhóis chegarem na América do Sul não seria possível um inca confundir uma lhama com um cavalo porque o último nem lhe era conhecido. Do mesmo modo, para alguém que não possua nenhuma concepção normativa sobre o que é um bom argumento, ou, algum exemplo do que considera ser um bom argumento, a similaridade entre o que satisfaz essa concepção normativa e algum paralogismo não seria algo concebível.

Afirmamos que perceber a similaridade entre dois itens requer familiaridade prévia com um deles, mas a hipótese examinada acima não depende somente disso. Mais do que perceber essa similaridade é preciso que ela seja suficiente para provocar a refutação aparente de alguém. É verdadeiro afirmar, por exemplo, que um gato é similar a uma onça, mas não parece plausível que este animal seja confundido com aquele por uma pessoa sã²⁵. Por isso incluímos uma segunda condição para o sucesso explanatório da hipótese da similaridade, a qual pode ser expressa do seguinte modo:

Segunda condição para o sucesso explanatório da hipótese da similaridade: para que um sujeito S cometa um erro de identificação em relação ao argumento A , é

25

Não descartamos que esse engano se torne mais plausível diante de certas ilusões que distorçam nossa percepção dimensional como a de Ebbinghaus.

necessário que a similaridade de *A* com *B* (o argumento que satisfaz certa concepção normativa de argumento mantida por *S*), seja suficiente para que esse erro de identificação seja não somente possível, mas também plausível

Essa segunda condição é especialmente apropriada para se pensar aquelas instâncias de paralogismos as quais afirmei serem mais complexas e persuasivas. Ao exigirmos a satisfação dessa condição separamos os casos de argumentos falhos incontestados dos controversos.

Após esse acréscimo voltamos a nossa primeira formulação. Está claro a partir dessa primeira formulação que há um *explanans* e um *explanandum*. O *explanandum* é a refutação aparente e o *explanans* consiste na similaridade entre argumentos fraudulentos, as refutações sofisticadas, e, os argumentos que não falham em satisfazer a definição de refutação ou, pelo menos, são assim reconhecidos por quem sofre a refutação aparente.

Se observarmos as duas condições acima, devemos reconhecer dois pontos. Primeiro, sejam o que for, os argumentos que satisfariam certa concepção normativa de argumento possuída por *S*, devem ser previamente conhecidos por *S*. Segunda condição: os argumentos representados por *B* devem ser tão similares ao conjunto de argumentos representado por *A* de modo que essa similaridade seja suficiente para que *S* erre ao identificar um argumento com outro. Assim, podemos identificar (ainda que de um modo ainda pouco preciso) os referentes de *A* e *B* reformulando nossa primeira versão da hipótese da similaridade do seguinte modo:

Segunda versão da hipótese da similaridade: um sujeito *S* confunde *A* com *B* porque *A* é similar a *B*. Sendo que *A* = refutações sofisticadas (que não satisfazem a definição de refutação) e *B* = argumentos que são reconhecidos como bons por *S*.

A respeito de nossa primeira condição para a confirmação da hipótese da similaridade, afirmamos que *S* deve necessariamente já ter um conhecimento prévio acerca de *B*. De acordo com a segunda versão da hipótese, *B*, corresponde a um conjunto de itens que satisfazem certa concepção mantida por *S* acerca do que é um bom argumento.

Nos interessa agora especular sobre que tipo de conhecimento prévio pode *S* possuir em relação a *B* de modo que ainda seja possível confundi-lo com *A*. Voltando a

nosso exemplo sobre os incas, não nos parece necessário que o inca conheça o que é precisamente um cavalo, i.e., sua definição científica, para que ele o confunda com uma lhama. Seria mais sensato pensar que a posse desse conhecimento diminuiria a probabilidade desse engano. Em nosso entendimento, para que essa confusão fosse possível já seria suficiente o inca estar familiarizado com um cavalo. Essa familiarização poderia consistir em um simples registro visual. Analogamente, e, à primeira vista, nos parece que esse mesmo nível de familiaridade com argumentação já seria suficiente para que *S* confundisse uma refutação sofisticada com aquilo que toma como sendo um bom argumento. Por um lado consideramos que o autor desse erro de identificação já possua alguma familiaridade ou até mesmo algum conhecimento teórico sobre argumentação, mas diante de instâncias persuasivas esse conhecimento poderia se mostrar irrelevante ou inadequado, mas não nulo. Embora em *Ref. Sof.* 1, 164a33-35²⁶ esses enganos sejam atribuídos a certa falta de experiência por parte de *S*, nele não se nega que a vítima tenha alguma dose de familiaridade com argumentação. Tudo o que nos é dito é que falta certo tipo de experiência a essa vítima, sem que a natureza desta experiência seja explicitada. No entanto, pensamos haverem certos limites quanto a essa inexperiência. Entendemos que o trecho citado abaixo²⁷ nos indica tais limites ao excluir certo tipo de pessoas, as quais são consideradas irrelevantes para o estudo da aparência dos paralogismos:

We also grasp the number of considerations on which those refutations depend, that are merely apparent—apparent, I mean, not to everybody, but to people of a certain stamp; for it is an indefinite task if one is to inquire how many are the considerations that make them apparent to the man in the street (*SE* 9 170b5-8).

De qualquer modo é seguro afirmar que a plausibilidade da refutação aparente ocorrer diminui à medida que aumentamos o nível de conhecimento teórico relevante possuído por *S*. Não afirmamos ser impossível que *S* ainda confunda *A* com *B* caso possua um conhecimento normativo objetivamente correto sobre argumentação e apropriado para expor a falha do paralogismo²⁸. Nos limitamos apenas a alegar que, ou a plausibilidade desse engano seria muito pequena, ou, que sua plausibilidade somente se

²⁶ “In the same way both deduction and refutation are sometimes genuine, sometimes not, though inexperience may make them appear so—for inexperienced people obtain only, as it were, a distant view of these things”.

²⁷ Outro trecho também relevante para esse ponto, mas localizado em outra obra pode ser encontrado em *Retórica* 1356b27-1357a7.

²⁸ Na seção 1.6. explicaremos como isso ainda seria possível, embora não nosso foco nesta dissertação não esteja em compreender esse tipo de refutação aparente.

manteria mediante a satisfação de certas condições psicológicas²⁹. O que essas considerações nos apontam é que a vítima mais plausível do sofista é aquela que possui algum nível de familiaridade com bons argumentos, mas não o conhecimento relevante para expor a falha do paralogismo.

Terceira Condição para o sucesso explanatório da hipótese da similaridade

Antes de prosseguirmos julgamos relevante indicar mais uma condição para que a hipótese da similaridade se confirme no contexto de *SE*. Acreditamos que a similaridade entre dois itens mencionados na hipótese da similaridade deve não somente implicar que um desses itens seja previamente conhecido, ou, que essa similaridade seja suficiente a ponto de tornar a ocorrência de um PDC plausível, mas também deve ser a principal causa desse engano. Para tanto a similaridade com certo item deve ser tanto um atributo universal quanto necessário às instâncias do PDC. Com isso não descartamos que hajam outros fatores que tornem uma instância desse paralogismo mais persuasiva, mas a menção desses demais fatores não nos permitirá explicar a aparência de validade de todas as instâncias do PDC.

Terceira condição: A similaridade entre *A* e *B* deve ser a principal razão ou causa de *S* errar ao identificar *A* como *B*

Identificadas essas três condições examinaremos a seguir outra possível versão da hipótese da similaridade.

1.4 Terceira versão da hipótese da similaridade: similaridade com silogismos

Notamos na bibliografia secundária³⁰ sobre os paralogismos de *Ref. Sof.* uma tendência em reconstituir esses objetos como silogismos. Essa tendência encontra sua expressão mais explícita por meio de John Woods e Andrew Irvine³¹:

29

Esse assunto será abordado na seção 1.6.

30

Encontramos tentativas de reconstruir os paralogismos como silogismos em artigos dos seguintes pesquisadores: Boger (1998) e Schreiber (2003).

31

Com isso não pretendemos afirmar que esses autores defendam algo como a hipótese da similaridade com silogismos, a qual analisamos nesta dissertação. Mais à frente (p. 48) Woods e Irvine mostram ciência das dificuldades apontadas por Hitchcock (2000^a): “As we have remarked, some writers (e.g., [Boger, 1998a]; c]. chapter 3 of this volume) are drawn to the view that the logic of the Prior Analytics was already available to Aristotle when he was writing about the fallacies in *On Sophistical Refutations*. We ourselves tend to demur from

Aristotle's view is that in making, or accepting, a sophistical refutation one commits the fallacy of *mistaking it for such a syllogism* (p. 45).

Thus the class of syllogisms is a nonconservative restriction of the class of valid arguments. A fallacy is an argument that appears to be a syllogism but which in fact is not. A sophistical refutation is an argument that appears to be a refutation but which in fact is not. When an argument merely appears to be a refutation it owes this appearance to the fact that *it embeds something that appears to be a syllogism but is not*, or to the fact that *it embeds a syllogism whose conclusion appears to be, but is not, the contradictory of the original thesis whose refutation is sought*. Thus an argument is a sophistical refutation when it appears to be a refutation but embeds either a fallacy or a non-fallacy with the wrong conclusion (p. 46).

As we have said, in its broadest sense a fallacy is something that appears to be an argument of a certain type but which, in fact, is not an argument of that type. In its use in *On Sophistical Refutations*, *a fallacy is an argument that appears to be a syllogism but is not, in fact, a syllogism* (p. 47).

Esse esforço interpretativo pode nos sugerir um possível aperfeiçoamento da hipótese da similaridade. Esse aperfeiçoamento consistiria em propor que as deduções que constituem o conjunto de refutações que *B* representa são os silogismos de *Pr. An.*. Assumindo isso poderíamos reformular a hipótese da similaridade do seguinte modo:

Terceira versão da hipótese da similaridade: um sujeito *S* confunde *A* com *B* porque *A* é similar a *B*. Sendo que *A* = refutações sofisticas (que não satisfazem a definição de refutação) e *B* = refutações silogísticas (contra-argumentos constituídos por silogismos).

Essa formulação, que examinaremos a partir de agora, depende da similaridade entre os argumentos constituintes de refutações sofisticas e, os argumentos constituintes de refutações constituídas pelos silogismos de *Pr. An.*. Pensamos que embora não seja falso afirmar que haja alguma similaridade entre paralogismos e silogismos, alguns problemas decorrem dessa hipótese.

Tal como qualquer outra espécie ou variação da hipótese da similaridade, essa versão deve satisfazer todas as três condições que identificamos acima, concernentes à familiaridade de *S* com *B*, a suficiência da similaridade entre *A* e *B* para que o engano ocorra ou para que pelo menos, seja plausível, e, por fim, os princípios que regem o que Aristóteles chama de soluções autênticas.

this opinion largely for reasons set forth in Hitchcock (2000^a)".

1.4.1 Analisando a Hipótese da similaridade com silogismos

Como já afirmamos, estabelecer uma comparação de similaridade exige que um dos *relata* já seja conhecido de antemão. Nesse caso, é preciso que *S* já tenha algum conhecimento prévio acerca de silogismos. Também já propomos não ser necessário que esse conhecimento prévio seja muito qualificado ou preciso. Basta que *S* tenha alguma familiaridade com silogismos para que essa última versão da hipótese da similaridade não seja recusada logo de início. Portanto, até essa parte, não notamos nenhuma grande dificuldade em prosseguir com essa versão. Vejamos se o mesmo se dá em relação à segunda e terceira condições.

Passemos agora à segunda condição exposta acima, concernente ao nível de similaridade entre *A* e *B* e, a plausibilidade do engano. Sobre esse ponto consideramos que não nos parece nem um pouco plausível que dois itens, muito distintos um do outro sejam confundidos. Se o nível de similaridade entre dois itens for muito baixo não é plausível que alguém os confunda. Nossa impressão é que a terceira versão da hipótese da similaridade deixa um tanto a desejar no que toca à satisfação dessa segunda condição.

Ao consultarmos os trechos nos quais são dados exemplos do PDC notamos que certamente é possível afirmar alguma similaridade entre eles e os silogismos de *Pr. An..* Mas ainda que a vítima do sofista conheça a silogística e perceba essa similaridade, esta mostra-se, muitas das vezes, pequena e insignificante ao ponto de justificar uma confusão entre esses *relata*. Consultando os exemplos mencionados percebe-se várias dificuldades em manter a plausibilidade desse engano: entre algumas das expressões que foram descartadas da silogística por alguns interpretes do PDC encontra-se o uso de termos singulares (nomes próprios e descrições³²), dêiticos³³, ausência de

32 Nomes próprios: “Corisco” e “Sócrates” (*SE*, 5,166b33-6). Descrições definidas: “o mascarado”, “o que se aproxima” (*SE* 24, 179a33). Essas expressões foram descartadas da silogística por alguns interpretes. Conferir De Almeida (2012) para uma defesa sobre a inclusão de termos singulares na silogística. Nosso argumento não depende exclusivamente desse tipo de dissimilaridade entre paralogismos e silogismos. Nosso objetivo é apenas apontar para algumas potenciais fontes de incompatibilidade entre a linguagem dos paralogismos e a linguagem silogística, e, alegar com isso que não nos parece razoável tratar como incontroverso que a similaridade entre as duas seria suficiente para provocar erros de identificação a resultar em refutações aparentes.

33 Dito de modo simples, dêiticos são expressões as quais não podem ser entendidas independentemente de informações contextuais. Alguns exemplos são “agora”, “aqui”, “eu”, “você”, “seu”, “isso”, “aquilo” etc. Dentre as instâncias do PDC encontramos argumentos que fazem uso de dêiticos pessoais tais como “você sabe o que vou lhe perguntar?”, “é o cão seu pai?”, “você conhece o mascarado?”, “você conhece o caminhante?”. Levinson (2007, p. 69) afirma que parte do interesse filosófica em torno dessas expressões gira em torno das seguintes questões: “(a) se todas as expressões indiciais podem ser reduzidas a uma única expressão primária e, então, (b) se esse

quantificadores, a repetição de um mesmo termo por mais de duas vezes em um mesmo argumento(166b33-6³⁴). É difícil notar tais características e não ficar com a impressão de que esses paralogismos falham de um modo muito insuspeito e evidente em satisfazer os requisitos básicos para serem considerados como silogismos³⁵, ou, pelo menos ficar em dúvida se a linguagem silogística pode acomodar certas expressões (dêiticos, termos singulares) sem nenhuma dificuldade. Tomamos essas observações como indicativos de certa fragilidade na terceira versão da hipótese da similaridade, pois ficamos em dúvida sobre a similaridade entre *A* e *B* ser suficiente para que alguém confunda um item com outro.

Frente a essas dificuldades consideraremos o que poderia ser uma maneira de contorná-las. Essa proposta não dependeria tanto de comparações sobre a estrutura superficial dos argumentos, mas de alguns outros fatores de natureza pragmática. Argumentos aparentemente incompletos e obscuros podem ser interpretados por certo tipo de agente como tendo essas marcas intencionalmente, e que o objetivo de quem faz uso desse argumentos não é necessariamente vil³⁶. O uso de argumentos incompletos poderia indicar certa preocupação com a agilidade do debate. Quando se está no meio de pessoas igualmente versadas sobre certo assunto não é preciso nem recomendável gastar tempo com obviedades³⁷. Um discurso que evite obviedades poderá assim ser

resíduo pragmático final pode ser traduzido em alguma língua artificial livre de contexto e eterna”. Não pretendemos adentrar nesse assunto com profundidade, mas entendemos que há uma dificuldade em como acomodar essas expressões em um sistema lógico. Um exemplo dado por Levinson (p.70) indica a importância dessas expressões para pensarmos as relações lógicas entre sentenças que façam uso delas. Para determinarmos se podemos inferir (17) a partir de (16) devemos fixar a referência do pronome “eu”:

- (16) Eu tenho seis pés de altura e peso duzentas libras
 (17) Eu tenho seis pés de altura.

34 O texto não nos deixa claro esse ponto e a reconstrução dos paralogismos pode ser disputada, mas a princípio poderíamos incluir nessa lista os paralogismos sobre a estátua e do “cão que é seu pai” em 179a35 constituindo-os assim:

A estátua é sua
 A estátua é um trabalho de arte
 A estátua é seu trabalho de arte

O cão é seu
 O cão é o pai
 O cão é seu pai.

35 Para uma apresentação mais detalhada sobre as dificuldades dessa hipótese consultar o artigo de Hitchcock (2000).

36 Nada impede é claro que o sofista se aproveite disso em seu benefício.

37 Julgamos que esse tipo de comportamento poderia ser justificado pela segunda máxima da quantidade: “Do not make your contribution more informative than is required. (The second maxim is disputable; it might be said that to be overinformative is not a transgression of the cooperative Principle but merely a waste of time”(*Logic and Conversation, em*

interpretado como um meio de respeitar a inteligência e o tempo disponível dos ouvintes.

Tal comportamento somente poderia ser assim interpretado, é claro, no meio de ouvintes versados sobre o assunto relevante. Mas não consideramos que apenas essa condição se faz relevante aqui. Nossa proposta pode tornar-se mais aceitável a medida que observamos as peculiaridades dos contextos dialéticos em contraste com contextos mais rigorosos como o científico, por exemplo. Em diversos momentos Aristóteles mostra-se atento às diferenças de rigor apropriadas a cada tipo de investigação³⁸.

Se o rigor e exatidão de obras voltadas para o debate dialético forem tais que não seja necessário explicitar tudo que esteja sendo pressuposto nos argumentos formulados de modo incompleto, então é se esperar que haja muito *guesswork*, muitas suposições e conjecturas acerca da fala do interlocutor. Se aceitarmos os resultados obtidos por Malink (2015) em seu artigo *The Beginnings of Formal Logic: Deduction in Aristotle's Topics vs. Prior Analytics*, temos mais subsídios para alimentar nossa suspeita. Nesse artigo, Malink defende que *Pr. An.* mas não *Top.*, pode ser considerada como uma obra precursora dos modernos sistemas modernos de lógica. A razão para isso é que a primeira exhibe as seguintes quatro características: (1) Abstração do significado intencionado pelos falantes e explicitação do significado literal; (2) Explicitação de todas as premissas necessárias para a conclusão ser obtida; (3) Exposição de critério para saber se todas as premissas foram explicitadas e (4) As deduções são formuladas em uma linguagem livre de homonímia ou ambiguidade (p.300-1)³⁹.

Ainda que seja interessante atentarmos para essas peculiaridades das argumentações em contextos dialéticos, pensamos que essas peculiaridades não nos permitiriam resolver todas as dificuldades enfrentadas pela hipótese que estamos analisando. Diante de sentenças aparentemente incompletas, tais como “homens são ricos” poderíamos, seguindo algum princípio caritativo, acrescentar um quantificador e supor que nosso interlocutor pretendia expressar a proposição “alguns homens são

Philosophy of Language, 2000, p.168).

38

Em *Top.*, Aristóteles declara o seguinte contraste em relação ao conteúdo de *Pr. An.*: “Of the ways in which a questioner may postulate the point at issue and postulate contraries *the true account* has been given in the Analytics *but an account on the level of opinion* must be given now (13, 162b31-162b33)”

39

Outro trecho que convém citar é *Movimento dos Animais*, 7, 701a25-34. Apesar desse trecho situar-se fora de *Top* e *Ref. Sof.*, encontramos uma interessante observação acerca de certo costume ou prática em debates dialéticos: “...And as sometimes happens in *dialectical questioning*, so here the intellect does not stop and consider at all the one proposition, the obvious one; for example if walking is good for man, one does not dwell upon the proposition ‘I am a man’”. Consideramos razoável interpretar esse trecho como indicando certa tendência à brevidade em debates dialéticos.

ricos”. Mas os paralogismos não nos oferecem apenas esse tipo de dificuldade. Não está claro como devemos pensar a forma lógica de sentenças que façam uso de verbos epistêmicos e dêiticos, nem quais relações lógicas elas possuem entre si. Como indicado acima⁴⁰, acomodar certas expressões em um sistema formal não parece ser uma tarefa trivial, por isso nos limitamos a observar que a linguagem utilizada nos paralogismos suscita algumas dúvidas sobre sua compatibilização com a silogística.

Consideramos que a satisfação da terceira condição⁴¹ também se mostra problemática em relação a hipótese da similaridade com silogismos⁴². Ainda que haja similaridade entre as partes constituintes de uma refutação sofisticada e silogismos, e, esta relação for relevante para confundir alguém, a exposição desta deverá necessariamente satisfazer a terceira condição a fim de se qualificar como uma solução. Se expor a similaridade entre refutações sofisticadas e silogismos não satisfazer essa condição, então essa similaridade não poderá ser tomada como a principal causa da aparência de uma refutação sofisticada, o que não nos impede ainda de atribuir a ela algum papel explanatório em relação ao fenômeno das refutações aparentes.

Para que a similaridade com silogismos seja a principal causa do PDC nos parece razoável exigir que essa relação de similaridade seja própria e exclusiva das instâncias desse paralogismo, ou seja, se *S* confunde uma instância do PDC com um silogismo do tipo *Darii*, esta similaridade não pode ser a principal causa da aparência do paralogismo dependente da composição, ou, de qualquer outro paralogismo sob a pena de obliterarmos os limites que os dividem. Além disso essa similaridade também deverá estar universalmente presente em todas as instâncias do PDC, a causa da aparência de um paralogismo como o do mascarado (179a34) deverá ser a mesma para o paralogismo do cão que é seu pai(35) e qualquer outra instância do PDC.

Consideramos que instâncias de paralogismos distintos do PDC podem ser reconstituídas de modo que sua estrutura argumentativa seja tão similar às instâncias de um paralogismo de outro tipo, o qual por sua vez seria similar a um silogismo. Desse modo seria razoável afirmar que instâncias de diferentes tipos de paralogismos podem ser similares a um mesmo tipo de silogismo, o qual poderia pertencer à primeira figura. Esse silogismo poderia ser um *Darii*, por exemplo. Se assumirmos que o silogismo em *Darii* é aquele com o qual certas instâncias do PDC (tais como as que encontramos em

40

Ver nota 41.

41

deve ser a principal razão ou causa de *S* errar ao identificar *A* como *B*.**Terceira condição:** A similaridade entre *A* e *B*

42

Mais uma vez, nos reservaremos a examinar essa condição em relação à interpretação do PDC.

Mais uma vez, nos reservaremos a examinar essa

Ref. Sof. 5 e 24) mais se assemelham, e que é essa similaridade que define e individua essas instâncias agrupando-as em um mesmo tipo de paralogismo, o que dizer de outros paralogismos como o exposto abaixo?

Tudo o que alguém vê, aquilo vê
Um pilar é visto por alguém
Então um pilar vê⁴³

Consideramos que o trecho *SE 4 166b12-3* nos permite essa reconstituição em *Darii* de um paralogismo que Aristóteles classifica como dependente de ambiguidade. Se instâncias de diferentes tipos de paralogismos podem ser semelhantes com uma mesma forma silogística, então essa similaridade com determinada forma silogística não é uma característica que as diferencia. Tampouco encontramos no texto de *Ref. Sof.* algum impedimento quanto à possibilidade de construir instâncias de um mesmo tipo de paralogismo, como o PDC, como similares a silogismos de diferentes figuras. Na literatura secundária encontramos uma reconstituição bastante convincente do paralogismo do triângulo como um *Barbara*⁴⁴, e, se assumirmos novamente que as instâncias em *Ref. Sof. 5 e 24* são similares a argumentos em *Darii*, então nem todas as instâncias seriam igualmente similares a uma mesma forma silogística.

Certamente não é impossível reconstituir algumas instâncias do PDC com diferentes formas silogísticas. Vimos que algumas instâncias do PDC parecem ser mais similares a formas silogísticas que tenham pelo menos algumas sentenças particulares, aproximando-se de um silogismo em *Darii*. Além disso algumas das instâncias, como aquela encontrada em *SE, 5, 166b33-5* e o paralogismo do cão que é seu pai (*Ref. Sof., 24, 179a35*) poderiam ser reconstituídos com uma estrutura que não se pareceria tanto

43

Schreiber reconstrói esse paralogismo assim:

Whatever someone sees,
(a) he sees that; (b) that thing sees.
He sees a pillar.

[Therefore,] the pillar sees.

44

Angioni (2012, p. 214):

“Toda figura/ ou toda figura primeira/ ou todo princípio tem 2R
Todo triângulo é uma figura/ figura primeira/ princípio
Todo triângulo tem 2R”

com nenhuma das formas já mencionadas⁴⁵ por conta da repetição de um de seus termos por mais que 2 vezes:

(repetição de “Corisco” por três vezes)

Corisco não é homem

Corisco é homem

Corisco não é Corisco

(repetição de “cão” por três vezes)

Este cão é seu

Este cão é o pai

Este cão é o seu pai

Feitas essas observações consideramos que as instâncias de um mesmo paralogismo não são necessariamente individuadas por possuírem uma mesma forma silogística, e que ter essa mesma forma silogística não parece ser uma marca necessária das instâncias do PDC. Com isso não descartamos a possibilidade da similaridade entre formas silogísticas poder contribuir para o engano, mas, ou não seria essa a característica que nos permitiria agrupar as instâncias de um tipo de paralogismo como o PDC em um mesmo conjunto, ou, pelo menos, esse agrupamento não seria feito somente a partir dessa característica. Trechos, tais como *Ref. Sof.*, 24, 179b11-12⁴⁶, 182b8⁴⁷, nos informam que a aparência dos paralogismos de um mesmo tipo depende de um mesmo ponto. Se as instâncias do PDC divergem em relação à forma silogística com a qual mais são próximas ou similares, não é este o ponto do qual suas aparências enganosas dependem primariamente e universalmente.

Mostramos acima como a terceira hipótese da similaridade enfrenta dificuldades em satisfazer duas condições necessárias. Essas dificuldades impedem que essa hipótese seja qualificada como uma explicação satisfatória sobre o fenômeno das refutações aparentes. A seguir apresentaremos uma modificação da hipótese da similaridade, a qual

45 Não defendo que essa seja a melhor reconstituição desses paralogismos, mas apenas que são reconstituições possíveis.

46 “But first, as we have already remarked, the correction of arguments that depend upon the same point ought to be the same”.

47 “For we must call an argument the same if it depends upon the same point”.

em nosso entendimento mostra-se mais adequada para a compreensão das refutações aparentes relativas ao PDC.

1.5 Reformulando a hipótese da similaridade para explicar refutações dependentes da concomitância

Mostramos acima que a terceira versão da hipótese da similaridade, a qual diz respeito sobre a similaridade entre paralogismos e silogismos, deve satisfazer três condições diferentes para explicarmos como um sujeito *S* confundiria alguma refutação sofisticada com uma refutação silogística. Em relação à interpretação do PDC, observamos quão problemático seria a satisfação de duas dessas condições, a primeira relativa ao nível de similaridade entre os *relata* (refutações sofisticadas e refutações silogísticas), e segunda sobre o poder explanatório da aparência dessa similaridade. Por essas razões propomos algumas modificações da hipótese da similaridade a fim de torná-la mais adequada para a interpretação de nosso objeto de estudo, o PDC.

Julgamos mais adequado propor, em nossa interpretação do PDC que o tipo de argumento com o qual uma instância do PDC é confundida, deve corresponder a argumentos estruturalmente similares⁴⁸ aos exemplos de *Ref. Sof.* 24. Julgamos que essa similaridade estrutural seria tal que uma paráfrase formal tal como “ $Fa \wedge a = b \rightarrow Fb$ ”. pudesse ser julgada como uma representação razoável e adequada. A aplicação da indiscernibilidade dos idênticos⁴⁹ (ou certo princípio substitucional) a esses argumentos, similares às instâncias do PDC, não criaria nenhuma desconfiança sobre a validade desse princípio por corresponderem a casos nos quais há sucesso em afirmar um mesmo predicado de um mesmo item sob designações distintas. Entre os argumentos considerados por *S* como bons, e, considerados como justificados pela indiscernibilidade dos idênticos ou o princípio da substituição dos idênticos, poderíamos

48 O que poderia incluir outras instâncias do PDC, aquelas sobre as quais podemos ter dúvidas quanto à falsidade da conclusão, como o paralogismo do triângulo.

49 “The converse of the Principle, $x=y \rightarrow \forall F(Fx \leftrightarrow Fy)$, is called the Indiscernibility of Identicals” (<https://plato.stanford.edu/entries/identity-indiscernible/>). Não nos comprometemos em afirmar que o princípio pressuposto por quem é refutado por um PDC seja exatamente esse, mas é certo que, pelo menos, é bastante similar. Ao mencionarmos esse princípio entenda-se que estamos nos referindo à versão pressuposta por quem é refutado pelo PDC. Não descartamos a possibilidade desse princípio pressuposto pelo refutado ser melhor compreendido como possuindo um caráter meramente linguístico, correspondendo assim a um princípio da substituição *salva veritate*, o qual regiria as substituições de termos dentro de sentenças a fim de preservar a verdade destas. Assim o refutado suporia que a correferencialidade seria condição suficiente para que a aplicação do princípio substitucional mantivesse a verdade de uma sentença quando os termos correferenciais nela contidos fossem substituídos.

incluir aqueles cuja premissa maior pertença a um contexto extensional. Nesse contexto podemos substituir uma expressão correferencial por outra de modo a preservar a verdade. Por exemplo, se João é o único irmão de Pedro, substituímos *salva veritate* “João” por “o único irmão de Pedro” em “O único irmão de Pedro é biólogo”. Assim, para *S*, o argumento abaixo pareceria ser justificado pela indiscernibilidade dos idênticos ou por certo princípio de substituição:

O único irmão de Pedro é biólogo

João = o único irmão de Pedro

João é biólogo

Diante do aparente sucesso em substituir dois termos correferenciais de modo a preservar a verdade de expressões complexas, tal como feito no argumento acima e em outros argumentos similares, quem assim raciocina poderia supor, devido a certa ignorância sobre os diferentes tipos de unidade, que, o princípio é igualmente aplicável em outros contextos. Motivado por uma confiança na aplicação desse princípio inferencial, esse agente ficaria inclinado a aplicá-lo, por exemplo, em contextos intensionais, nos quais não há garantia da preservação da verdade substituindo termos correferenciais. A inadequação desse princípio somente seria evidenciada ao encontramos argumentos tais como os expostos em *Ref. Sof. 24*, com premissas verdadeiras e conclusão falsa. Não temos certeza se o princípio da indiscernibilidade dos idênticos seria considerado por Aristóteles como mal formulado, inválido ou válido mas aplicável somente em casos de unidade por *ousia*. Uma primeira opção seria considerar esse princípio como mal formulado ou inválido porque Aristóteles distingue vários tipos de unidade numérica. Como o princípio não especifica qual a unidade numérica que garante a transitividade de predicados, ele seria formulado de modo impreciso. Também poderíamos considerá-lo como inválido se o entendermos como dizendo respeito a qualquer tipo unidade. De acordo com *Ref. Sof. 24*, 178a37-8 nem todo tipo de unidade implica a transitividade de predicados, mas somente a unidade constituída por aqueles itens unos e indiferenciados em *ousia*. Por fim, poderíamos considerar o princípio válido, mas reservando sua aplicação para itens unos e indiferenciados em *ousia*, interpretando o antecedente do princípio da indiscernibilidade, “ $x=y$ ”, como expressando esse tipo de unidade e mais nenhum outro. Adotando a primeira leitura em que entendemos o princípio como mal formulado ou

vago, este princípio seria incorretamente aplicado até mesmo em argumentos válidos nos quais há unidade por *ousia*, pois estes argumentos não são válidos porque dois itens são unos, mas porque são unos e indiferenciados em *ousia*. Se adotarmos a última leitura, considerando o princípio da indiscernibilidade como concernente apenas a casos de unidade por *ousia*, este princípio não seria aplicável em casos de unidade numérica por concomitância, pois temos tipos de unidade bem distintas. Nesse caso, o erro de quem comete o PDC, seria justamente crer não incorrer em erro ao aplicar indiscriminadamente o princípio da indiscernibilidade quando a unidade não é por *ousia*.

Em nosso entendimento é mais razoável supor que quem comete o erro denominado de PDC não restringe a aplicação do princípio da indiscernibilidade a itens unos e indiferenciados por *ousia*, pois ele ignora os diferentes tipos de unidade e suas respectivas implicações. Fosse esse o caso, e o refutado apenas errasse em aplicar um princípio sabendo que este trata apenas de itens unos por *ousia*, o erro consistiria em confundir itens não unos por *ousia* com itens unos por *ousia*. Assim enunciados como “Corisco = o mascarado” seriam erroneamente interpretados como expressando unidade por *ousia*. Isso não nos parece plausível. Essa restrição à aplicação do princípio, como adequado somente a casos de unidade por *ousia*, não é feita justamente porque falta ao refutado certo conhecimento sobre os diferentes tipos de unidade. Sob a perspectiva do refutado⁵⁰ não nos parece correto afirmar que um enunciado de unidade numérica por concomitância seja erroneamente tomado como um enunciado de unidade por *ousia*, pois o refutado nem mesmo possui clareza sobre essa distinção (*Ref. Sof.*, 7, 179b3-6). Falta ao refutado um conhecimento normativo prévio⁵¹ para cometer esse tipo de erro.

Em *Top I*, 7, Aristóteles apresenta 3 diferentes modos para se dizer que itens são numericamente unos⁵². O primeiro modo de se expressar unidade é por nome ou

50 O refutado não diria “confundi um caso de unidade por concomitância com um caso de unidade por *ousia*”.

51 Ao fazer tais observações temos em mente a primeira condição que estabelecemos para o acerto da hipótese da similaridade: “**Primeira condição estabelecida pela hipótese da similaridade:** para que um sujeito *s* cometa um erro de identificação em relação ao argumento *A*, é necessário que *S* disponha de algum tipo de conhecimento normativo, objetivamente correto, ou, considerado como correto por *S*”.

52 “It seems that things numerically one are called the same by everyone with the greatest degree of agreement. But this too is apt to be rendered in more than one sense; its most literal and primary use is found whenever the sameness is rendered by a name or definition, as when a cloak is said to be the same as a doublet, or a two-footed terrestrial animal is said to be the same as a man; a second sense is when it is rendered by a property, as when what can acquire knowledge is called the same as a man, and what naturally travels upward the same as fire; while a third use is found when it is rendered in reference to some accident, as when the creature who is sitting, or who is musical, is called the same as Socrates. For all these are meant to signify numerical unity. That what I have just said is true may be best seen where one form of appellation is substituted for another. For often when we give the order to call one of the people who are sitting down, indicating him by name, we

definição(103a27-9). Os exemplos dados para ilustrar esse uso partem dos seguintes pares de expressões: “manto” e “capa”, e, “homem” e “animal terrestre bípede”. O segundo modo, se dá por meio de um nome e um predicado próprio, exemplificado pelo uso dos termos “homem” e “o que pode adquirir conhecimento”(29-31). Por fim, temos o terceiro modo, relativo a algo concomitante. Os exemplos para esse terceiro caso são: “a criatura que está sentada/o musical = Sócrates”(103a32-103b1).

Nossa hipótese é que o erro de quem é refutado por um PDC consiste em pressupor que esses três modos de expressar unidade numérica podem satisfazer a relação de identidade exigida no antecedente do princípio que afirmamos acima pertencer ao repertório lógico do refutado e que é similar ao princípio da indiscernibilidade dos idênticos. Na perspectiva de quem comete esse erro há apenas unidade numérica, e, conseqüentemente apenas um princípio válido para todos os casos cujas peculiaridades ignora. Diante do sucesso na aplicação desse princípio em alguns casos, o refutado, ignorando os diferentes tipos de unidade, depositaria certa confiança na aplicação do mesmo princípio inferencial em outros casos. Para o refutado não há uma unidade “mais forte” do que outra. Como o seguinte trecho (*Ref. Sof.*, 7,169b3-6) indica, quem sofre esse tipo de refutação sofisticada carece de certas capacidades discriminatórias:

With those fallacies that depend upon accident, error comes about because we cannot distinguish what is the same and what is different, what is one and what many, or what kinds of predicate have all the same accidents as their subject.

Pensamos que essas capacidades podem ser interpretadas como conhecimentos e competências concernentes ao domínio do conceito de unidade numérica. Assim o engano se dá quando alguém toma como equivalentes as funções lógicas desempenhadas pelos diversos modos de se expressar unidade. Novamente, com isso não pretendemos afirmar que o refutado por um PDC cometa um erro de raciocínio porque acredita que “Corisco” e “o mascarado” tenham a mesma definição, o que em nosso entendimento seria implausível. O que pensamos é que esses modos de se expressar unidade numérica são tratados (erroneamente) como premissas suficientes

change our description, whenever the person to whom we give the order happens not to understand us; he will, we think, understand better from some accidental feature; so we bid him call to us the man who is sitting or who is conversing—clearly supposing ourselves to be indicating the same object by its name and by its accident” (103a23-103b1).

para justificar a transitividade absoluta de predicados entre duas expressões correferenciais.

Anteriormente introduzimos a distinção entre condições de reconhecimento e condições normativas. Para que *S* considere um argumento como válido basta que esse argumento seja reconhecido como tal por ser justificado por algum princípio pertencente ao repertório argumentativo de *S*. Não é necessário que esse repertório argumentativo seja constituído por princípios verdadeiros ou válidos, pois *S* também poderia ter errado ao adotá-los. Assim como *S* erra ao julgar que os paralogismos são válidos, também pode errar quanto à validade dos princípios que utiliza para justificar argumentos. Acreditamos que a origem do erro de quem comete o PDC está em aplicar um mesmo princípio para justificar tipos diferentes de argumentos. No entanto, a aplicação desse princípio é equivocada em todos os casos. Desses tipos de argumentos somente aqueles que satisfazem as condições enunciadas em *Ref. Sof.* 24, 178a37-8⁵³ são válidos. Se o antecedente do princípio que é aplicado para validar esses argumentos for interpretado como dizendo respeito à unidade em geral e não somente à unidade por *ousia*, então ele é inválido ou mal formulado. Na formulação desse princípio faltaria um pouco mais de precisão sobre o tipo de unidade que garante a transitividade de predicados. Nem toda unidade garante essa transitividade. Não havendo restrições quanto aos tipos de predicados, pensamos que somente a unidade em *ousia* descrita em 178a37-8 garantiria a transitividade sem nenhuma exceção. Devido a *S* não ter um domínio satisfatório sobre o conceito de unidade (*Ref. Sof.*, 7, 179b3-6), algo como o princípio “se *x* e *y* são unos, então possuem *x* e *y* todos e os mesmos predicados” ou “se os termos *x* e *y* são correferências então posso substituí-los em sentenças sem perda de verdade” é julgado como aplicável em qualquer caso de unidade numérica, o que é falso de acordo com *Ref. Sof.* 24. Quando *S* aplica o princípio da indiscernibilidade aos argumentos que apresentam unidade por *ousia*, ou qualquer outro argumento cuja invalidade não lhe seja óbvia, julga ter evidências de que esse princípio é válido. A confiança epistêmica que *S* possui em relação ao princípio da indiscernibilidade (tal como este o interpreta) somente será abalada quando confrontado com alguma inconsistência. As instâncias do PDC expostas em *Ref. Sof.* 24 servem justamente para evidenciar a falsidade desse princípio. Se esse princípio é verdadeiro, então essas instâncias seriam válidas, e, como suas premissas são verdadeiras, a conclusão também deverá ser verdadeira, dado que é impossível um argumento válido ter premissas verdadeiras e conclusão falsa. Devido às conclusões das instâncias de *Ref. Sof.* 24 serem

obviamente falsas, diante desses casos *S* poderia ser racionalmente persuadido a fim de que revisasse suas crenças sobre o princípio inferencial que tomava como verdadeiro e o qual usava para justificar a validade de vários argumentos.

Passemos agora para o exame de nossa hipótese em relação à segunda condição⁵⁴, que é concernente à similaridade entre os itens erroneamente identificados ser suficiente para provocar o erro caracterizado como PDC. Afirmamos acima que os argumentos julgados por *S* como satisfazendo certa versão do princípio da indiscernibilidade podem sofrer alguma variação em relação aos termos empregados para expressar unidade numérica. A despeito dessas diferenças linguísticas, o crucial para a ocorrência do PDC é mantido, pois todos esses argumentos expressam unidade numérica. É justamente por isso que o princípio da indiscernibilidade é aplicado para validá-los. Os argumentos tomados como exemplos de bons argumentos poderiam tanto corresponder a outras instâncias do PDC, (aquelas que possuem premissas verdadeiras e conclusão aparentemente verdadeira) quanto argumentos válidos que satisfizessem a condição estabelecida em *Ref. Sof.* 24 178a37-8. Devido a *S* não distinguir os vários modos de se expressar unidade numérica, as diferenças linguísticas entre os termos utilizados não seriam vistas como obstáculo para a aplicação do princípio da indiscernibilidade, que é tomado como válido por *S*. Desse modo a similaridade entre os paralogismos e os argumentos que são considerados como válidos por *S* é suficiente para que este erre

Lembramos que de acordo com a terceira condição, é necessário que a aparência de validade seja explicada do mesmo modo para todas as instâncias do PDC. Com isso não pretendemos nos comprometer que todas essas instâncias possuam uma mesma e exata forma lógica. Afirmamos acima que parafrasear as instâncias do PDC na seguinte formulação “ $Fa \wedge a=b \rightarrow Fb$ ” poderia funcionar como um critério para julgar se esse argumento é ou não uma instância do PDC. Se essa paráfrase preservar nossas intuições sobre o que são as características essenciais ou mais importantes do argumento informal analisado, então temos uma boa razão para supor que essa paráfrase pode funcionar como um critério para separarmos instâncias do PDC de instâncias de outros tipos de paralogismo. Apesar disso, consideramos mais prudente adotar certa cautela sobre esse ponto. Se os exemplos de paralogismos dados por Aristóteles em *Ref. Sof.* são retratos

54

“Segunda condição para o sucesso explanatório da hipótese da similaridade: para que um sujeito *S* cometa um erro de identificação em relação ao argumento *A*, é necessário que a similaridade de *A* com o que satisfaz certa concepção normativa de argumento seja suficiente para que esse erro de identificação seja não somente possível, mas também plausível”.

fidedignos dos argumentos utilizados por sofistas, então é importante observar que esses argumentos são ambíguos, e por isso admitiriam mais de uma representação formal⁵⁵. Tendo essa ambiguidade em mente, preferimos propor que as instâncias do PDC devem ser tais que pareçam ser justificadas pela versão do princípio da indiscernibilidade ou da substituição dos idênticos que o refutado por um PDC possui em seu repertório argumentativo. O engano da vítima do sofista concentra-se nesse ponto, pois há uma confusão sobre as peculiaridades dos diferentes modos de se expressar unidade numérica. Consideramos razoável identificar algo como uma estrutura argumentativa mínima para todas as instâncias de PDC, o que nos permitiria falar de algo como um padrão argumentativo, mas preferimos adotar certa cautela e não defender que essa estrutura representa a exata forma lógica das instâncias do PDC. Necessária à constituição dessa estrutura mínima teríamos necessariamente a concessão implícita ou explícita de uma premissa a expressar unidade numérica por concomitância. É a concessão dessa premissa que convida o autor dessa concessão a usar certo princípio inferencial para justificar uma instância do PDC. Portanto, se expormos a invalidade desse princípio, mostramos para todas as instâncias do PDC que sua validade é apenas aparente. Acreditamos que isso é feito em *Ref. Sof.* 24, 179a26-179b6, através da aplicação do método do contraexemplo⁵⁶. Nesse capítulo, Aristóteles dá uma lista de instâncias do PDC que são tomadas como argumentos incontrovertidamente inválidos. Sendo possível parafrasear esses argumentos de modo a exibirem a forma do princípio inferencial que *S* usa para justificá-los, então mostraríamos que a validade desses argumentos não pode ser justificada a partir desse princípio, o qual seria mostrado como falso.

Antes de prosseguirmos em nossa interpretação do PDC, apresentaremos algumas razões para não descartarmos por completo a possibilidade de refutações aparentes quando a vítima possui familiaridade com o conhecimento relevante para objetar efetivamente quando seu oponente parte de uma refutação sofisticada.

1.6 Desatenção, hesitação e falta de destreza

Nesta seção apresentaremos algumas hipóteses explanatórias sobre o fenômeno da refutação sofisticada quando o refutado possui o conhecimento relevante para objetar mas falha em realizar esse ato por alguns motivos. À primeira vista, nos parece

55

Ver nota 82.

56

Ver seção 1.2.

inadmissível que alguém assim aparente sofrer uma refutação, não conseguindo nem mesmo apontar para um defeito básico na construção de silogismos, exigindo, por exemplo, que quantificadores sejam explicitados, ou que um mesmo termo seja utilizado com o mesmo significado em suas múltiplas ocorrências ao longo de uma dedução. Já sabemos que essa vítima tem o conhecimento relevante, então por que ela não o faria⁵⁷?

Consideramos que as situações que descrevermos a seguir se diferenciam do que já analisamos⁵⁸ no seguinte ponto: a aparência desse segundo tipo de refutação não dependerá de uma decisão racional por parte do refutado em aceitar o argumento apresentado pelo sofista, com exceção talvez dos casos em que o refutado é desatento. Não obstante, essa decisão racional dependerá da apreciação por parte de algum outro agente, como o público que assiste o debate, ou, algum tipo de autoridade imbuída da tarefa de julgar o resultado desse debate.

Se alguém sofre refutação sofisticada mesmo possuindo o conhecimento relevante para evitar esse resultado, isso nos indica duas coisas: ou que o refutado é incapaz de solucionar o paralogismo de acordo com a verdade, ou, que ele é incapaz de resolver o paralogismo de acordo com o que é reputado. Afirmamos isso com base no que é dito no seguinte trecho de *Ref. Sof.* 17: “First then, just as we say that we ought sometimes to choose to deduce something in a reputable fashion rather than in truth, *so also we have sometimes to solve arguments rather in a reputable fashion than according to the truth*”(175a32-4).

Consideremos agora uma situação na qual o refutado possua os conhecimentos normativos relevantes. Nessa caso a inaptidão do refutado em solucionar um

57
de partida para pensarmos essa questão:

Julgamos que no trecho citado abaixo temos um bom ponto

But it is not the same thing to take an argument in one’s hand and then to see and solve its faults, as it is to be able to meet it quickly while being subjected to questions; *for what we know, we often do not know in a different context*. Moreover, just as in other things speed or slowness is enhanced by training, so it is with arguments too, so that supposing we are unpractised, even though a point is clear to us, we are often too late for the right moment (175a20-6).

Nos foi sugerido por Angioni que esse trecho indicaria uma incapacidade em apontar qual a proposição expressa por uma sentença. Dependendo das expressões utilizadas para expressar um pensamento poderíamos ter mais ou menos dificuldades em interpretar o conteúdo proposicional intencionado pelo nosso interlocutor.

58
Nos referimos às refutações sofisticadas nas quais o refutado não possui o conhecimento relevante para reconstruir normativamente o paralogismo expondo sua(s) falha(s).

paralogismo, seja de acordo com a verdade ou com o que é reputado, seja devida a insatisfação de alguma dessas condições especiais: desatenção, hesitação ou falta de destreza. Quanto à primeira condição, a desatenção, é claro que se, o debatedor é desatento, e, os *relata* são muito similares, as diferenças podem não ser percebidas pela vítima. Podemos mencionar o trecho *Ref. Sof.*, 15, 174a17-29⁵⁹ como evidência para esse ponto. Nesse trecho encontramos a descrição de algumas técnicas que visam dificultar o bom entendimento de um adversário em uma disputa argumentativa. Um sofista hábil poderia distrair seu oponente utilizando-se de vários artifícios: estender seu argumento, raciocinar rapidamente, irritar o oponente etc. Está claro pois que distrair o oponente é um ideal a ser buscado por um debatedor contencioso. Como já dito, julgamos que nesse caso ainda ocorre algum tipo de apreciação racional por parte do refutado, culminando na aceitação do argumento apresentado pelo sofista.

Passemos agora para a análise de outras duas situações, as refutações sofisticadas nas quais o refutado hesita em traçar distinções ou carece de destreza. Julgamos que tanto a hesitação quanto a falta de destreza podem ser mencionadas para explicar o segundo tipo de refutações sofisticadas analisadas nesta seção. Nossa hipótese sobre o poder explanatório desses dois elementos pode ser articulada a partir de alguns trechos de *Top* e *Ref. Sof.*.

Depreendemos do primeiro trecho, *Ref. Sof.*, 17, 175a40-175b2⁶⁰, que os defeitos de um paralogismo eficiente não são fáceis de detectar, o que tornaria mais plausível a ocorrência de refutação sofisticada devido ao refutado hesitar ou não possuir destreza para expor esses defeitos com rapidez ou de um modo que seja convincente aos demais envolvidos no debate. Outro trecho, já citado no início desta seção, localizado em *Ref. Sof.* 16, 175a20-25⁶¹, destaca a dificuldade em conseguir analisar os erros de um

59 “With a view then to refutation, one resource is length—for it is difficult to keep several things in view at once; and to secure length the elementary rules that have been stated before should be employed. Another resource is speed; for when people are left behind they look ahead less. Moreover, there is anger and contentiousness; for when agitated everybody is less able to take care of himself. Elementary rules for producing anger are to make a show of the wish to play foul, and to be altogether shameless. Moreover there is the putting of one’s questions alternately, whether one has more than one argument leading to the same conclusion, or whether one has arguments to show both that something is so, and that it is not so; for the result is that he has to be on his guard at the same time either against more than one line, or against contrary lines, of argument. In general, all the methods described before of producing concealment are useful also for purposes of contentious argument; for the object of concealment is to avoid detection, and the object of this is to deceive”.

60 “The only motive for drawing further distinctions is that the conclusion reached looks like a refutation”.

61 “But it is not the same thing to take an argument in one’s hand and then to see and solve its faults, as it is to be able to meet it quickly while being subjected to questions; for what we know, we often do not know in a different context. Moreover, just as in other things speed or slowness is enhanced by training, so it is with arguments too, só that supposing we are unpractised, even though a point is clear to us, we are often too late for the right moment”.

argumento quando participamos de um debate e somos submetidos a questionamento. Lembramos que nesse trecho Aristóteles nos informa sobre certa dificuldade em identificar qual proposição está sendo expressa, informação que poderia ser utilizada para tornar ainda mais defensável a hipótese de que dentre as vítimas de um sofista é possível incluir aqueles debatedores que tenham um conhecimento mais avançado sobre argumentação. Esse conhecimento avançado poderia ser de um tipo distinto do que seria adequado para ter sucesso em um debate.

Nosso entendimento desses trechos é que estes indicam um descompasso entre ter os conhecimentos relevantes e aplicá-los. Ter o conhecimento relevante não implica necessariamente prontidão ou presteza em aplicá-lo. Um aluno que aprende uma nova teoria ou técnica pode se sentir envergonhado de exibir esses conhecimentos recém-adquiridos diante de um grupo de autoridades sobre o assunto. O contexto em que esse aluno é testado lhe oferece diferentes obstáculos. Nossa hipótese se manteria razoável independentemente da tematicidade dos conhecimentos relevantes para dissipar a aparência convincente dos paralogismos. Qualquer que seja a tematicidade desses conhecimentos, sobre lógica ou metafísica, é possível que a hesitação e a falta de destreza sejam empecilhos em sua devida aplicação.

Quanto à hesitação, substanciamos nossas alegações sobre esse ponto a partir de dois trechos, um retirado de *Tópicos* e outro de *Ref. Sof.*. Citamos o primeiro:

It often happens, however, that, though they see the ambiguity, people hesitate to draw such distinctions, because of the dense crowd of persons who propose questions of the kind, in order that they may not be thought to be illtempered at every turn (175b28-39)

Diante de certas preocupações com as impressões do perguntador e possivelmente também da audiência de uma disputa, o respondedor hesita em traçar distinções. Pensamos que a elusividade é um ideal buscado pelo sofista na elaboração de seus argumentos. Assim é de esperar que o número de omissões e defeitos em um argumento sofisticado seja proporcional ao número de distinções e pedidos de clarificação por parte de um debatedor desejoso de evitar sua refutação. Como o último trecho nos mostra, ainda que essa meticulosidade seja movida pelos motivos louváveis, ela pode soar excessiva a um público impaciente, o que desgastaria a reputação do respondedor, o que lhe seria indesejável.

O segundo trecho, também encontrado em *Top.* contém uma descrição do que consistiria em um mal comportamento por parte de um respondedor:

It makes no difference whether he effects this as answerer or as questioner; for both he who asks contentious questions is a bad dialectician, *and also he who in answering fails to grant the obvious answer* or to accept whatever question the questioner wishes to put (*Top VIII*, 10, 161b3-6).

Do trecho citado acima depreende-se que, caso o respondedor falhe em conceder aquilo que for tomado como óbvio (possivelmente em relação ao perguntador ou ao público) esse pode aparentar agir contenciosamente de acordo com as regras e princípios que arregimentam o debate dialético. Não é preciso priorizar as aparências tal qual o sofista faz para que a possibilidade de causar esse efeito ou impressão seja um motivo de preocupação para um debatedor. Consideramos que essa preocupação, somada à familiaridade e observância das práticas admitidas em um debate dialético, pode induzir um debatedor a tentar contribuir para o bom andamento do debate não oferecendo resistências. Desse modo debatedor concederia àquilo que aparenta ser evidentemente verdadeiro para o perguntador ou para o público que assiste o debate. Se as respostas que o respondedor recusa-se a conceder são consideradas como opiniões reputadas pelo público⁶², então a impressão dada é que seus posicionamentos são paradoxais⁶³.

Um resultado paralelo ao que julgamos obter acima, sobre a possibilidade da vítima que é refutada pelo sofista ter os conhecimentos relevantes para analisar os paralogismos, é mostrar a plausibilidade de refutações aparentes promovidas por meio de paralogismos mais simplórios, como, por exemplo, algumas instâncias dos paralogismos dependentes da ambiguidade⁶⁴. Mencionar falta de destreza, desatenção ou hesitação parece ser mais adequado do que imputar, à vítima do sofista, ignorância ou crenças falsas a fim de explicar sua refutação aparente em alguns casos. Para ilustrar esse ponto consideremos o seguinte paralogismo dependente da ambiguidade:

Sua camisa tem mangas

62 “On the other hand, those opinions are reputable which are accepted by everyone or by the majority or by the wise—i.e. by all, or by the majority, or by the most notable and reputable of them”(*Top*, I, 1,100a33-36).

63 Vale lembrar que paradoxo é um dos cinco objetivos buscados em disputas argumentativas. Cf.: *Ref. Sof.*, 3, 165b13-19.

64 Fait (2013) parece notar o quão difícil é tornar plausível esse tipo de refutação em alguns trechos de seu artigo, tais como: “This is puzzling. Suppose example (A) – the Vienna Circle syllogism introduced in the last section – is the syllogism actually put forward in discussion. It is hard to imagine an answerer who thinks that (B) and not (A) is the syllogism actually voiced in the dialogue” (p. 247).

Mangas são frutas

Sua camisa tem frutas

Se optarmos por explicar a eficácia de argumentos como o apresentado acima identificando uma crença falsa, deveríamos propor que nosso oponente foi refutado porque crê que o termo “mangas” é utilizado com o mesmo significado, tanto na premissa maior quanto na menor, o que não nos soa convincente ou plausível. Acreditamos que a menção de uma crença falsa para explicar refutações aparentes funciona melhor quando o paralogismo não é tão simplório. Mas nesses casos consideramos mais plausível supor que a vítima careça de certo conhecimento, através do qual poderia evitar sua refutação. Sem a posse desse conhecimento, não seria possível⁶⁵ dissolver a aparência enganosa do paralogismo. Esse último modelo de explicação, que imputa crenças falsas à vítima do sofista, é o que mais nos interessa e se mostra mais adequado com alguns trechos de *Ref. Sof.* concernentes à aparência do PDC⁶⁶.

1.7 Conclusão e resumo do primeiro capítulo

Neste primeiro capítulo mostramos como a definição tradicional de falácia é adequada apenas como uma descrição do PDC mas não dos demais paralogismos. Destacamos dessa definição tradicional a menção de uma característica importante para o estudo dos paralogismos em *Ref. Sof.*: a aparência de serem bons argumentos. Já no primeiro capítulo de *Ref. Sof.* constatamos que essa aparência se deve a certa similaridade entre paralogismos e bons argumentos. Identificamos o que seriam condições para que um paralogismo pudesse ser identificado (erroneamente) como um bom argumento. Propomos que qualquer proposta de explicação que parta dessa similaridade está sujeita às seguintes condições: (1) um conhecimento normativo prévio sobre argumentação; (2) um nível de similaridade suficiente para tornar um erro de identificação não somente possível mas também plausível, e, (3) certa adequação

65

Vale lembrar que em nossa opinião a posse do conhecimento relevante seria apenas condição necessária para evitar a refutação aparente, mas não suficiente pois o debatedor pode estar desatento, hesita em traçar distinções ou não possuir destreza.

66

“Likewise also in other cases. If, then, a refutation is a sort of deduction, an argument depending on an accident will not be a refutation. It is, however, just in this that the experts and men of science generally suffer refutation at the hand of the unscientific; for the latter meet the scientists with deductions depending on accidents; and the scientists for lack of the power to draw distinctions either say ‘Yes’ to their questions, or else are thought to have said ‘Yes’, although they have not” (168b6-10).

explanatória. Em seguida analisamos uma hipótese que denominamos de “hipótese da similaridade com silogismos”. Alegamos que essa hipótese não satisfaz a segunda e terceira condições mencionadas acima. Diante das fragilidades identificadas na hipótese da similaridade com silogismos, apresentamos uma nova hipótese explanatória. Essa hipótese seria mais adequada para compreendermos qual a similaridade mantida entre o PDC e algum tipo de bom argumento reconhecido como tal pelo refutado. Consideramos que eventuais similaridades entre as instâncias do PDC e alguma forma silogística não podem ser a principal causa da aparência e poder de persuasão desse tipo de paralogismo. Esses atributos são melhor compreendidos através da similaridade das funções lógicas e epistemológicas entre enunciados de identidade por concomitância e enunciados de unidade por nome ou definição.

Na última seção do capítulo propomos outra hipótese, dirigida a um segundo tipo de refutação sofisticada. Esse segundo tipo de refutação se distinguiria do primeiro devido ao refutado possuir o conhecimento relevante para desvendar o truque perpetrado pelo sofista. Não obstante a posse desse saber, a refutação ocorreria se alguma das seguintes condições fosse satisfeita: desatenção, hesitação ou falta de destreza.

CAPÍTULO 2. O CÁLCULO PARALELO E A PAV (PREMISSA APARENTEMENTE VALIDANTE)

No capítulo anterior propomos que quem sofre uma refutação aparente constituída por um PDC comete um engano sobre as funções argumentativas de diferentes modos de se expressar unidade numérica. Devido às similaridades entre os diferentes enunciados de unidade numérica, o refutado por um PDC crê que um mesmo princípio inferencial pode ser aplicado de modo a validar a transitividade absoluta de predicados de um item quando designado por expressões distintas. Neste capítulo damos sequência a essa proposta nas seções que vão de 2.1. a 2.4., afirmando que os enunciados de unidade numérica por concomitância funcionam como uma *PAV* (premissa aparentemente validante) nas instâncias do *PDC*. Na primeira seção faremos algumas observações sobre o que chamamos de cálculo paralelo e como esse fenômeno seria parcialmente motivado por certas presunções de caráter pragmático. Nas seções 2.2 até 2.3. defendemos que a concessão da *PAV* acionaria certo pressuposto, o qual corresponde a certo princípio inferencial que afirmamos no capítulo anterior ser similar ou idêntico ao princípio da indiscernibilidade dos idênticos. Nas últimas seções deste capítulo abordaremos alguns outros temas que consideramos importantes para o estudo do PDC: o significado de concomitante(seção 2.4.), e, a divisão entre paralogismos linguísticos e aqueles fora da linguagem (seção 2.5.).

2.1. O cálculo paralelo

Entendemos por cálculo paralelo o esforço racional de um debatedor ao tentar interpretar um argumento. Chamamos esse cálculo de “paralelo” por duas razões. Primeiro, porque o cálculo é feito por um debatedor paralelamente ao discurso apresentado por seu interlocutor. Além disso, o resultado desse cálculo não precisa coincidir com o que o interlocutor intenciona, ou seja, a interpretação desse discurso não precisa ser a mesma para cada um dos debatedores. Poderia ocorrer que o proponente desse discurso falhasse em obter certo efeito perlocutório: fazer com que seu discurso seja entendido tal como pretendido⁶⁷.

Embora não acreditemos que o fenômeno que pretendemos descrever por “cálculo paralelo” seja um fenômeno restrito às refutações sofisticas, supomos que ele

67
argumentação descrito por Eemeren (p. 25, 1984).

Nos referimos ao efeito comunicativo de uma

não é tão geral a ponto de afirmar que ele se dê independentemente do perfil dos debatedores. Propomos que esse esforço racional é motivado por uma série de presunções mantidas pelo agente que efetua o cálculo. Julgamos que essas presunções são mantidas por agentes que já tenham experiência com argumentação e participação em debates. Separamos essas presunções em dois grupos. No primeiro desses grupos incluímos todo o repertório lógico de um debatedor: princípios inferenciais, procedimentos de prova, definições, formas lógicas e suas instâncias etc. Parte desse repertório seria constituído pelas crenças falsas as quais Aristóteles separa em *Ref. Sof.* 4 165b23-4 como dependentes da linguagem e aqueles que independem da linguagem⁶⁸. No segundo grupo estariam certas regras ou princípios relativos à interpretação de expressões no contexto de debates,⁶⁹ como o princípio da cooperação⁷⁰ e máximas comunicacionais. As regras e princípios desse último grupo nos explicariam por que um debatedor faria certas presunções sobre a fala e o caráter de seu interlocutor. Em *Top VIII*, 11 encontramos alguns trechos que indicam haver, no contexto dialético, certos princípios com a função de arregimentar condutas argumentativas em um debate dialético:

The principle that a man who hinders the common business is a bad partner, clearly applies to an argument as well; for in arguments as well there is a common aim in view except with mere contestants, for these cannot both reach the same goal; for more than one cannot win. It makes no difference whether he effects this as answerer or as questioner; for both he who asks contentious questions is a bad dialectician, and also he who in answering fails to grant the obvious answer or to accept whatever question the questioner wishes to put 161a39-161b6).

It is also a fault in deduction when a man proves something through a long chain of steps, when he might employ fewer steps and those already included in his argument (162a24-6)

Pensamos que é mais razoável interpretar as faltas denunciadas nesses trechos não como erros formais, mas simplesmente como comportamentos inadequados a certo contexto. Afirmamos acima que a vítima mais plausível do sofista deve ter algum nível

68 Embora usemos essas expressões para traduzir *kata ten lexin e para tes lexeos*, não defendemos que essa seja a melhor tradução. Abordaremos essa divisão na seção 2.5)

69 No primeiro capítulo desta dissertação afirmamos que os aparentes defeitos de formulação vistos nos paralogismos de *SE* poderiam ser interpretados como violações deliberadas da máxima de modo e aceitáveis no contexto de debates dialéticos.

70 “O princípio cooperativo faça sua contribuição como for exigido, na etapa na qual ela ocorre, pelo fim ou direção aceitos na troca convencional em que você está envolvido” (Levinson, 2007, p. 126).

de familiaridade com argumentação. Conforme uma pessoa está mais ou menos familiarizada com determinado assunto é conveniente não gastar tempo mencionando o que já é bem-aceito ou dado como óbvio. É normal pressupormos a verdade de certas proposições quando conversamos, ainda mais se supomos que nosso interlocutor tem um nível de conhecimento similar ao nosso sobre o assunto da conversa, ou, se este observa os mesmos princípios comunicacionais que nós. De acordo com Malink (2015), o significado intencionado não é abstraído em debates dialéticos. Em nosso entendimento isso indicaria que suposições acerca de discursos não plenamente explicitados eram algo comum nesses contextos dialéticos.

A familiaridade com certo assunto, neste caso a argumentação, a posse de certo repertório lógico, e certas suposições sobre a racionalidade e a intencionalidade de um interlocutor motivariam um debatedor a interpretar o discurso de seu interlocutor de um modo que lhe fizesse algum sentido. Supomos que, quando acrescentamos a essa interpretação a concessão da PAV, obtemos uma descrição bastante satisfatória sobre o cálculo paralelo feito por quem sofre uma refutação sofisticada constituída por uma instância do PDC.

Julgamos que seria altamente implausível que esse cálculo paralelo fosse feito caso seu agente não supusesse que seu interlocutor seguisse algum princípio de cooperação comunicativa⁷¹. Ainda que esse interlocutor fosse um sofista, seu caráter, ou, pelo menos, a descrição de seu caráter dada por Aristóteles⁷², não lhe seria inteiramente conhecida. Caso esse caráter lhe fosse conhecido, o interlocutor do sofista provavelmente não teria motivações suficientes para interpretar racionalmente, e, de modo caritativo, o argumento sofisticado. Tampouco é plausível que alguém sofra refutação aparente se, esta pessoa, ou, o público que assiste o debate, não interpretar o argumento do sofista como satisfazendo a definição de refutação. Argumentos elusivos, e, formulados de modo obscuro como os exemplos de PDC em *Ref. Sof.* 5, dificilmente seriam eficientes para refutar alguém se não aparentassem satisfazer alguma definição

71 Pesquisadores como Evans (1975) e Fait (2013) sugerem que certos conceitos de pragmática possam ser empregados na descrição e explicação sobre os paralogsismos de *Ref. Sof.*. Nossa intenção é seguir essa recomendação propondo que, devido a certas suposições, a vítima do sofista faz um cálculo paralelo ao argumento elusivo empregado pelo sofista, completando esse argumento com uma premissa que o tornaria aparentemente válido, a qual chamaremos de PAV.

72 “Now for some people it is better worth while to seem to be wise, than to be wise without seeming to be (for the art of the sophist is the semblance of wisdom without the reality, and the sophist is one who makes money from an apparent but unreal wisdom); for them, then, it is clearly necessary to seem to accomplish the task of a wise man rather than to accomplish it without seeming to do so” (165a21-6). Ver também: *Metafísica*. IV, 2,1004b18-25. Nesta dissertação partiremos da descrição do sofista tal dada por Aristóteles. Não descartamos a possibilidade dessa descrição ser inexata, mas não problematizaremos esse ponto.

de refutação mantida por quem avalia o resultado do debate. Mas o que levaria alguém a interpretá-los desse modo dado sua elusividade se não a suposição de que quem o formula é um agente racional, familiarizado com argumentação e bem-intencionado? Através dessas suposições a elusividade do argumento seria tolerada e compreendida como um modo de poupar tempo deixando de lado o que é óbvio e bem-aceito por ambas as partes do debate.

É importante destacar que o cálculo paralelo tal como propomos não se resume a conceder a PAV, podendo incluir tantas complementações quanto o intérprete de um argumento obscuro julgar necessárias. Diante de um argumento obscuro e aparentemente incompleto o agente do cálculo paralelo pode julgar necessário fazer várias suposições: que um mesmo termo está sendo usado com o mesmo sentido, que as premissas e a conclusão devem ser quantificadas de certo modo, que a cópula está sendo utilizada como expressando identidade e não predicação etc.

2.2 A premissa aparentemente validante ou PAV

Entendemos por PAV a premissa aparentemente validante que será explicitamente, ou, implicitamente concedida por quem sofre a refutação sofisticada através do PDC. Não chamamos essa premissa de PAV porque consideramos que a validade de um argumento dependa exclusivamente dela, como se a outra premissa fosse totalmente irrelevante para esse ponto. Dando-lhe uma descrição especial pretendemos apenas destacar a função que essa premissa desempenha em uma refutação sofisticada.

Embora não descartemos haver possibilidade de algumas de nossas observações sobre a PAV serem estendidas a outros paralogismos, nos restringiremos a analisá-la em relação ao nosso objeto de estudo nesta dissertação, o PDC. Entendemos que em relação ao PDC a concessão dessa premissa é o que ativa certo pressuposto pertencente ao repertório lógico do refutado: o princípio inferencial descrito em *Ref. Sof.* 5 166b29-32⁷³. A ativação desse princípio é qualificada nesse trecho como necessária para a ocorrência de um PDC. Devido a certas crenças falsas sobre as implicações lógicas da PAV o respondedor suporia que todos os predicados pertencentes a um item sob certa designação também pertenceriam a esse item sob outra designação. Por exemplo, que

73
frente.

Abordaremos esse tópico com mais detalhes a

todos os predicados ditos verdadeiramente de Corisco também pertenceriam a esse mesmo Corisco quando designado pela descrição “o mascarado”.

Outra razão para destacarmos essa premissa vincula-se às condições estabelecidas por Aristóteles em *Ref. Sof.* 18 sobre o que é uma autêntica resolução de um argumento. Para resolver um argumento enganoso como o PDC é preciso identificar aquilo de que depende seu defeito. Como esse paralogismo depende da concomitância, e esta é expressa através da premissa que chamamos de PAV, a resolução do PDC depende de identificarmos a PAV, e, a distinguirmos com precisão do que de fato validaria o paralogismo⁷⁴. De acordo com o que é dito em *Ref. Sof.* 24 179a38-9, a premissa que validaria uma transitividade absoluta de predicados entre expressões co-designadoras deveria expressar unidade por *ousia*.

Em nosso entendimento não é a unidade por *ousia* que é concedida pelo respondedor, mas a unidade por concomitância. Julgamos que somente quem não possui as capacidades discriminatórias mencionadas em *Ref. Sof.* 7 169b3-6⁷⁵ poderia interpretar a concessão da unidade por concomitância como desempenhando a mesma função argumentativa da unidade por *ousia*.

No caso do PDC julgamos que a PAV, que expressa a unidade por concomitância, é concedida pelo respondedor, quando este, ao mesmo tempo que tenta interpretar o paralogismo do modo que lhe pareça mais plausível preenchendo-lhe as lacunas⁷⁶, é movido por certo fato, a identidade do item designado por duas expressões distintas. Esse fato seria a principal causa da aparência de validade do PDC, provocando no respondedor parte⁷⁷ do fenômeno que nomeamos de cálculo paralelo. Após esse cálculo feito pelo respondedor, o paralogismo tal como apresentado pelo sofista é interpretado pelo respondedor como se fosse um argumento válido.

No caso do PDC, a PAV poderia ser tanto obtida implicitamente quanto explicitamente⁷⁸. Acreditamos que essa indiferença quanto ao modo como é obtido a

74 Em *Ref. Sof.* 18 é dito que argumentos aparentemente dedutivos são resolvidos por meio de distinções: “Thus it comes about that one solves arguments that are properly deduced by demolishing them, whereas one solves merely apparent arguments by drawing distinctions” (176b33-5).

75 “With those fallacies that depend upon accident, error comes about because we cannot distinguish what is the same and what is different, what is one and what many, or what kinds of predicate have all the same accidents as their subject”.

76 Nos referimos aqui ao que está apenas sugerido pela formulação obscura do paralogismo.

77 Lembramos que o cálculo seria feito tanto a partir do repertório lógico do intérprete que o executa quanto de presunções de caráter pragmático.

78 Nesse trecho entendemos que há uma distinção entre o tipo que premissa que aparentemente torna válido o PDC e premissas falsas que validam paralogismos dependentes da linguagem: for what a man has not been asked but thinks he has granted, he would also grant if he were asked. Of course, in some cases the moment we add the missing question, we

PAV reserva-se apenas para aqueles casos de paralogismos mais sofisticados, em que certa ignorância ou incapacidade de operar distinções é determinante para ocorrer uma refutação sofisticada. Como é dito em *Ref. Sof.* 7 169b3-7⁷⁹ o engano ocorre porque o respondedor não possui certas capacidades discriminativas. Portanto se essas capacidades estão ausentes no respondedor, não faz diferença se a PAV é obtida implicitamente ou explicitamente. Ainda que o respondedor exija do perguntador a explicitação de todas as premissas, isso não lhe será muito útil, pois enquanto não souber a diferença entre as diferentes funções argumentativas que a unidade por *ousia* e a unidade por concomitância desempenham, não saberá resolver o paralogismo. Acreditamos que a PAV no caso do PDC não aparenta ser um princípio inferencial a pertencer ao que é chamado por Massey (1981, p. 498) de repertório patológico⁸⁰. De acordo com nosso entendimento de *Ref. Sof.* 5, 166b29-31, quem sofre a refutação por meio do PDC toma certo princípio inferencial como verdadeiro.

É importante enfatizar que, em relação ao PDC, a PAV não expressa unidade por *ousia*, tampouco alegamos que o respondedor assim a interprete⁸¹. É óbvio que o modo de se expressar unidade por meio de um nome próprio como “Corisco” e a descrição “o mascarado” não corresponde ao modo de se expressar unidade descrito em *Top I*, 7, 103a2 como unidade por nome ou definição, o qual tomamos como exemplificando casos de unidade por *ousia*.

Não temos evidências textuais para supor que esse tipo de erro descrito acima ocorreria⁸², em nenhum exemplo de PDC há indícios que o respondedor pense ter concedido um enunciado que expresse unidade numérica por nome ou definição. Essa interpretação tampouco seria condizente com o que é dito nos trechos *Ref. Sof.* 5

also show up the falsity, e.g. in fallacies that depend on language and on solecism.

79

Ver nota 74.

80

O repertório patológico de alguém seria constituído por um conjunto de regras ou princípios inferenciais que alguém usa mas não toma como válidos: “To answer the previous question we need a pathology. Let A be the subset of Q's positive inferential corpus that contains all and only those arguments in the corpus that cannot be accounted for by Q's rule repertoire. Again we look for a best explanation, this time for the simplest set of rules F that, in conjunction with Q's rule repertoire, generates A. Unlike those in Q's rule repertoire, the rules in F are not accepted by Q, Rather, they may be described as rules that Q occasionally employs but does not accept. Because the typical member of F is an invalid rule like affirmation of the consequent or denial of the antecedent, F may be called Q's *pathological repertoire*” (p. 498)

81

Se estivermos certos sobre o que é a identidade por *ousia*, assunto que trataremos no último capítulo.

Se estivermos certos sobre o que é a identidade por

82

Confundir unidade por concomitância com unidade por nome ou definição.

Confundir unidade por concomitância com unidade

166b29-32⁸³, 6 168a34-168b2⁸⁴ e 24 179a27-32⁸⁵, os quais indicam que o PDC deve ser interpretado como um argumento inválido. O engano de quem é refutado por um PDC está em supor que há um princípio, similar à indiscernibilidade dos idênticos, que é aplicado corretamente para validar argumentos. Novamente, vale lembrar que de acordo com o trecho *Ref. Sof.*, 7,169b3-6, falta ao refutado certo domínio do conceito de unidade. A falta dessa competência poderia induzir alguém a aplicar um mesmo princípio em diferentes contextos. Por não saber a diferença entre unidade por concomitância e unidade por *ousia*, o refutado acreditaria que há um mesmo princípio que pode ser utilizado para validar os argumentos que dependem desses enunciados de unidade. Supomos que o conhecimento das diferenças entre esses modos de ser uno impediriam que alguém cometesse esse erro, e não mais aplicasse um mesmo princípio para os dois casos. Através desse conhecimento de caráter metafísico ou ontológico, haveria o entendimento que, o princípio pressuposto para validar (erroneamente) tanto os paralogismos quanto os argumentos cuja premissa menor expresse unidade por nome ou definição devesse ser reformulado. Se há diferentes modos de se expressar unidade, seria ambíguo afirmar que dois itens são unos. Seria mais prudente eliminar ambiguidades por meio de notações mais precisas. Com o objetivo de eliminar essa ambiguidade separaríamos o que seria uma versão inválida ou mal formulada de algo como o princípio da indiscernibilidade, de uma versão mais bem formulada, e válida desse princípio. Essa segunda versão somente seria aplicável naqueles argumentos cujos *relata* da premissa menor satisfizessem as condições impostas em *Ref. Sof.* 24, 179a35-8, ser uno e indiferenciado em *ousia*.

2.2.1 Exemplos de PAV entre as instâncias do PDC

83 “Fallacies, then, that depend on accident occur whenever any attribute is claimed to belong in a like manner to a thing and to its accident. For since the same thing has many accidents there is no necessity that all the same attributes should belong to all of a thing’s predicates and to their subject as well”.

84 “Fallacies that depend on accident are clear once deduction has been defined. For the same definition ought to hold good of refutation too, except that a mention of the contradictory is here added; for a refutation is a deduction of the contradictory. If, then, there is no deduction as regards an accident of anything, there is no refutation. For supposing, when these things are the case, that must necessarily be, and that is white, there is no necessity for it to be white on account of the deduction”.

85 “For since it is indeterminate when an attribute should be ascribed to an object, in cases where it belongs to its accident, and since in some cases it is agreed and people admit that it belongs, while in others they deny that it need belong, we should therefore, as soon as the conclusion has been drawn, say in answer to them all alike, that there is no necessity for such an attribute to belong”.

Embora o modo como essas premissas estejam formuladas no texto não deixe claro como devemos quantificá-las⁸⁶, consideramos que estas são interpretadas como enunciados de unidade entre singulares e que há um padrão quanto à sua interpretação. Há um fato que ocorre simultaneamente ao debate e este fato torna verdadeira uma predicação. Por exemplo, ocorre que determinado indivíduo, Corisco, está mascarado, logo é verdadeiro predicar “mascarado” de Corisco. Esse fato justificaria também transformar esse predicado em uma descrição definida, “o mascarado”, para se referir a Corisco no momento em que Corisco está mascarado. Assim, tanto a predicação “Corisco é mascarado” quanto a enunciação de uma unidade por concomitância (“Corisco = o mascarado) teriam as mesmas condições de verdade.

- Corisco é (um) homem
- Sócrates é (um) homem
- Ocorre do triângulo ser a figura (primeira) /o primitivo (na ordem de geração das figuras) /o princípio (das figuras)
- O que é bom é o que vou lhe perguntar
- O cão é (o) pai
- O mascarado é Corisco
- O caminhante é Corisco
- O produto de um número pequeno por um número pequeno é um número pequeno (“6 x 6 é 6” por exemplo)
- (Esta) estátua é o seu trabalho de arte

2.3. A crença falsa e a pressuposição descrita em *Ref. Sof. 5 166b29-32* como necessária para ocorrer um PDC

Prosseguindo em nossa exposição dos diferentes níveis e elementos constituintes de uma interpretação do PDC, abordaremos agora o conteúdo do trecho *Ref. Sof. 5, 166b29-32*, referente a certa pressuposição mantida por quem aparenta ser refutado por esse paralogismo. Afirmamos anteriormente que crenças falsas têm um papel crucial na explicação de certos tipos de refutações aparentes. Consideramos que uma refutação aparente cuja aparência enganosa não dependa de paralogismos simplórios é melhor

86

Argumentos ambíguos não possuem uma única interpretação formal (Haack, p. 53, 1998). Em nosso entendimento essa ambiguidade deveria ser resolvida apelando a fatores pragmáticos.

compreendida quando identificamos certa crença falsa mantida por quem é refutado por um sofista. Em relação ao PDC propomos que essa crença falsa leva quem é refutado pelo sofista a interpretar um PDC como se este fosse um argumento válido.

Já afirmamos acima que a crença falsa mantida por quem é refutado por um PDC é relativa às funções argumentativas e demonstrativas de diferentes modos de se expressar identidade numérica. Julgamos que a exposição dessa crença nos explica por que em *Ref. Sof.* 5 166b29-32 certa pressuposição mantida pelo refutado é tida como uma condição necessária para ocorrer um PDC.

Reconhecemos que nosso entendimento sobre o conteúdo do trecho mencionado acima precisa ser melhor justificado, pois em algumas traduções, essa condição necessária não seria uma pressuposição mas uma alegação. Para justificar nosso entendimento de 166b29-32, primeiro analisaremos algumas possíveis implicações das traduções desse trecho feita por Pickard-Cambridge e E. S. Foster. Posteriormente a isso apresentaremos nossa proposta.

Para a escrita desta capítulo da dissertação consultamos as traduções de T1⁸⁷ feitas por E. S. Forster (T1c)⁸⁸, Edward Poste (T1b)⁸⁹, Hasper (T1d)⁹⁰ e Pickard-Cambridge (T1a)⁹¹. Consideramos que as traduções feitas por Poste e Hasper se aproximam mais de nosso entendimento sobre T1 ao não traduzirem *axiothe* por “is claimed” tal como fazem Pickard-Cambridge e Foster. Não faremos uma análise exaustiva sobre as qualidades e defeitos de cada uma dessas traduções. Nosso foco está em problematizar a tradução de um único verbo presente em T1, o que já traz importantes implicações para nossa compreensão sobre o PDC.

Constatamos por meio dos trechos citados abaixo que tanto Pickard-Cambridge quanto Foster optam pelo mesmo verbo ao traduzir *axiothe*:

T1a: Fallacies, then, that depend on accident occur whenever any attribute *is claimed* to belong in a like manner to a thing and to its accident.

87 original.

Por “T1” entendemos aqui o trecho em grego no

88 “Fallacies connected with Accident occur when it is claimed that some attribute belongs similarly to the thing and to its accident”.

89 “The equation of subject and accident occasions fallacy when it is assumed that subject and accident have all their attributes in common”.

90 “Fallacies depending on what is accidental occur when something (anything) is deemed to belong equally to the object and to its accident”.

91 “Fallacies, then, that depend on accident occur whenever any attribute is claimed to belong in a like manner to a thing and to its accident”.

T1c. Fallacies connected with Accident occur when *it is claimed* that some attribute belongs similarly to the thing and to its accident

De acordo com ambas as traduções acima, um PDC ocorreria sempre que se *alega* algo. Mas o que é alegado? Em T1a essa alegação seria “qualquer atributo *A* pertence de modo similar a um sujeito *C* e seu concomitante *B*”. De acordo com Aristóteles nas linhas subsequentes a 166b29-32, esse enunciado seria falso. Mas ainda que falso por que alegá-lo seria uma condição necessária para produzir um PDC?

Não julgamos que T1c sugira um caminho melhor. De acordo com essa tradução a alegação necessária para a ocorrência de um PDC corresponderia a algo como um discurso de segunda ordem sobre predicados pertencerem a dois itens. Ainda que essa tradução também conserve a invalidade do princípio, ela também nos apresentaria uma alegação metalinguística, a qual também não é encontrada em nenhum exemplo de PDC.

Nenhum desses entendimentos sobre 166b29-32 sugeridos pelas traduções citadas acima se mostra adequado aos exemplos. Em nenhum dos paralogismos ocorre a universalização ou a generalização existencial descritas acima. Consideramos mais acertado afirmar que há um princípio inferencial sendo pressuposto nos paralogismos. Em nenhum dos exemplos de PDC, expostos no trecho mencionado acima, esse princípio seria asserido explicitamente, tampouco consideramos que esse princípio precisasse ser asserido explicitamente. Essa asserção sobre o princípio deveria ser feita em uma metalinguagem, mas não vemos nada parecido com isso em nenhum exemplo de PDC dado em *Ref. Sof.*⁹².

Tendo em vista as dificuldades descritas acima, julgamos mais sensato optar por um entendimento distinto do que nos é sugerido pelas traduções criticadas acima. Por meio de nossa proposta, logramos manter uma adequação entre o conteúdo descritivo da falácia e seus exemplos. Uma opção que pode atender melhor a esse desiderato começaria por tomar o verbo *axiothe* como denotando certa ação de um sujeito em relação a uma proposição. Essa ação deve se passar no momento em que este sujeito use uma instância do PDC a fim de raciocinar sobre algum assunto. Por meio dessa ação o sujeito tomaria essa proposição como um princípio inferencial a validar um argumento por ele utilizado em um debate ou em alguma investigação científica. Esse argumento deveria pelo menos aparentar satisfazer o princípio para que o refutado cometesse o erro.

92

Reconhecemos que essa alegação é frágil devido à obscuridade dos exemplos de PDC expostos em *Ref. Sof.*.

É interessante também especular se praticar a ação descrita acima envolve ou não uma crença na verdade do princípio. Ao sofista, o estudo sobre paralogismos é valoroso porque os paralogismos poderiam ser utilizados para vencer debates. Essas vitórias alcançadas por meio dos paralogismos, é claro, seriam apenas resultados cosméticos, mas isso já é satisfatório para o sofista, uma vez que este busca a aparência de sabedoria⁹³. É ajuizado tomar o sofista como uma imitação ruim do sábio, tentando aparentar cumprir as mesmas tarefas deste: evitar falsidades no próprio discurso e mostrá-las no discurso de outrem. Em vez de buscar alcançar esses resultados de modo legítimo, é importante para o sofista alcançar a aparência deles, ou seja, aparentar evitar falsidades em seu próprio discurso e aparentar mostrá-las no discurso de outrem. Esses resultados aparentes permitiriam ao sofista declarar-se o vencedor no debate, ou que uma plateia desatenta o faça. Essa vitória poderia ocorrer nas seguintes situações: quando o sofista exerce a função de questionador ou quando exerce a função de respondedor. Enquanto questionador, o sofista poderia declarar sua vitória com uma dedução apenas aparente da contraditória da tese. Como respondedor, declararia sua vitória produzindo a aparência de não ter sua tese contradita. Consideramos que é indiferente ao sofista, tanto no papel de perguntador, quanto no papel de respondedor, crer ou não em suas alegações ou nos pressupostos de seus argumentos.

Podemos imaginar uma situação em que um sofista questionasse um cientista sobre uma alegação feita por este. Ainda que o sofista não creia na verdade de certo princípio inferencial, poderia usá-lo para vencer esse debate. Quem permite essa vitória é o respondedor, neste caso o cientista. Para cada pergunta feita pelo sofista, o respondedor responderá “sim” ou “não”. É por meio dessas respostas, concedidas pelo respondedor, que o sofista deduz, ou aparenta deduzir, a contraditória da tese proposta pelo respondedor. Se é o respondedor quem faz tais concessões, é ele próprio quem

93

“Now for some people it is better worth while to seem to be wise, than to be wise without seeming to be (for the art of the sophist is the semblance of wisdom without the reality, and the sophist is one who makes money from an apparent but unreal wisdom); for them, then, it is clearly necessary to seem to accomplish the task of a wise man rather than to accomplish it without seeming to do so” (165a20-25). Ver também: *Metafísica* IV, 2, 1004b17-26. Também é interessante destacar o seguinte ponto: para o sofista os paralogismos não são tomados como objetos que precisam ser esmiuçados e explicados por uma teoria da argumentação, mas apenas como instrumentos úteis para uma vitória trapaceada. O fato de argumentos falaciosos serem utilizados com sucesso para confundir e ludibriar outras pessoas, inclusive filósofos e cientistas, não desperta no sofista uma atitude científica, mas pragmática e oportunista. No trecho 272a5-7 de *Euthydemus*, Sócrates descreve os sofistas de modo a deixar claro que para estes não é uma prioridade argumentar em favor de algo falso ou verdadeiro, o crucial é a refutação (ou a aparência de refutação caso observemos os critérios estabelecidos por Aristóteles), o que aparentemente é confirmado pela resposta de Dionysodorus em 286e.

permite ser refutado, ou que permite ao sofista aparentar refutá-lo, concedendo premissas e também aceitando⁹⁴ como válido o argumento construído a partir delas.

É razoável supor que o refutado somente acredite ter sido vencido no debate se também crer na verdade do princípio inferencial que justificativa a validade de um PDC⁹⁵. O sofista apenas explora a ignorância de seu interlocutor. Ao sofista é indiferente a questão sobre a validade ou a corretude de seus argumentos, pois o que lhe interessa em primeiro lugar é a aparência de sabedoria. Se esse sofista fosse confrontado por um especialista em argumentação, e este acusasse aquele de cometer um erro formal, o sofista poderia rebater essa acusação afirmando que apenas usou o paralogismo para confundir o cientista, e, que na verdade, ele nem mesmo acredita na validade de seu argumento. É claro que a atitude e as escolhas do sofista ainda poderiam ser criticadas de um ponto de vista ético ou pragmático.

Partindo dessas observações, consideramos que é mais razoável entender que quem comete um erro argumentativo como um paralogismo acidental não precisa ser um sofista se este nem mesmo crê que seu argumento é válido. Quem comete o erro possui certa atitude psicológica em relação ao paralogismo. Essa atitude pode ser encontrada tanto no respondedor quanto no perguntado.

2.4. O significado de concomitante no PDC

Supomos que, pelo menos, parte do significado de “concomitante” em relação ao PDC tenha conexão com as seguintes noções: unidade numérica, co-designação (em relação às expressões utilizadas na premissa menor), sincronia e certa inadequação entre o modo de se expressar identidade numérica e o objetivo para o qual esse modo é utilizado⁹⁶. A unidade concerniria ao que é designado por duas expressões, trata-se de um mesmo item, seja este um indivíduo concreto (Corisco, Sócrates) ou um ente abstrato (triângulo, número pequeno). Os dois termos da premissa menor de um PDC são co-designadores apesar de graficamente e intensionalmente distintos (“Corisco” e “o mascarado”). A sincronia é relativa a essa co-designação. Em determinado momento ocorre que um mesmo item possa ser designado por duas expressões distintas, portanto

94 Ou simplesmente sendo omissos em relação a esse ponto justamente por não saber como “desmontar” o argumento do sofista.

95 Com exceção daqueles casos (já mencionados) nos quais o refutado é desatento, hesita em traçar distinções ou não possui destreza.

96 Para uma abordagem mais detalhada e fundamentada sobre o significado de “concomitante” consultar o artigo de Angioni (2016) “Aristotle’s definition of scientific knowledge (APo 71b 9-12)”, especialmente as páginas 3, e 17-31.

a co-designação deve ser estabelecida contextualmente. A inadequação se dá ao usarmos um modo de expressar identidade numérica por concomitância em um contexto argumentativo, no qual se pretende construir um argumento que satisfaça a definição de refutação, ou demonstrativo, em que pretendemos mostrar conhecimento científico. Não acreditamos que Aristóteles pretendesse abolir por completo certo hábito linguístico consolidado na linguagem ordinária. Entendemos que as restrições seriam relativas apenas quanto ao uso desse modo de expressão para determinados contextos. Em *Top I* 7 103a33-40 encontramos a descrição de um contexto em que seria adequado usar o terceiro modo de se expressar identidade numérica. Nesses contextos precisamos *localizar* alguém por meio de uma descrição. O uso de uma descrição como “o que está sentado em tal lugar” ou “o músico” é útil e adequado quando precisamos encontrar alguém, mas em contextos argumentativos e de demonstração científica essas expressões podem se revelar problemáticas como nos mostra o estudo do PDC.

Nos abtemos de traduzir “*symbebekos*” por “acidente” como é usualmente feito devido às associações deste termo com contingência⁹⁷. A reconstituição dos paralogramas pode ser sempre disputada, mas se a premissa menor do paralograma do triângulo corresponder a uma relação de unidade numérica entre triângulo e a primeira figura na ordem de geração, então expressamos algo que é necessariamente verdadeiro. Não estamos tão certos em afirmar o mesmo sobre a modalidade das premissas menores de algumas instâncias do PDC⁹⁸, mas ao usarmos “concomitante” e não “acidente” indicamos não pressupor que um PDC seja necessariamente constituído por uma premissa que expresse uma relação contingente entre algo, e, o que lhe é concomitante.

Para o respondedor, que não está apto a discriminar o que é diferente e o que é idêntico, o que é múltiplo e o que é uno, o que é dito de muitos e o que não é (*Ref. Sof.* 7 169b3-7), a unidade expressa pela premissa menor do PDC é tomada como causa necessária e suficiente da transitividade absoluta de predicados. Para ele não importa se usamos expressões distintas para nos referirmos ao mesmo indivíduo, ainda ocorreria transitividade. É somente de acordo com o entendimento desse tipo de respondedor, e, de quem mais não possua as capacidades de operar distinções mencionadas acima, que

97 Sobre esse ponto somos devedores das considerações feitas por Angioni acerca dos significados de *symbebekos* em Aristóteles e sobre como melhor traduzir esse termo para a língua portuguesa. Para mais detalhes consultar Angioni (2006, 2012 e 2016).

98 Temos em mente aquelas premissas menores nas quais haja uso de descrições definidas tais como “o mascarado” e “o que está em vias de ser perguntado”. Sobre esse ponto consultar a discussão em torno dos enunciados de identidade contingentes: <https://plato.stanford.edu/entries/identity/#7>.

premissas como “o mascarado = Corisco” sejam interpretadas como suficientes para garantir a transitividade absoluta de predicados.

2.5. PDC e a divisão entre refutações sofisticadas dependentes da linguagem e fora da linguagem

Em alguns trechos de *Ref. Sof.*⁹⁹ Aristóteles divide as refutações sofisticadas em dois conjuntos, as refutações dependentes da linguagem e as refutações fora da linguagem. Preferimos usar os termos originais porque não estamos certos sobre qual o melhor modo de traduzi-los¹⁰⁰. Na tradução de Pickard-Cambridge, por exemplo¹⁰¹, o nome do segundo conjunto é vertido como “independent of language”. A princípio podemos compreender “independente” de dois modos.

A independência pode significar que a aparência de algumas refutações não depende de modo algum da linguagem, sendo possível até mesmo cometer esses erros na completa ausência de recursos linguísticos. Essa proposta nos parece totalmente descabida. Assim como Geis (1987, p. 4)¹⁰² julgamos que certas habilidades humanas,

99 For there are also apparent refutations which do not depend upon language, e.g. those that depend upon accident, and others (*Ref. Sof.* 10 171a25-7). There are two styles of refutation; for some depend on the language used, while some are independent of language (*Ref. Sof.* 4 165b23-4). Refutations, then, that depend upon language are drawn from these commonplace rules. Of fallacies that are independent of language there are seven kinds: one that which depends upon accident (*Ref. Sof.* 4 166b20-22).

100 Para outras propostas de como essa divisão deve ser compreendida consultar Schreiber (2003) e Gelber (1987). O artigo de Gelber apresenta algumas interpretações medievais sobre essa divisão.

101 As demais traduções consultadas não nos parecem muito diferentes:

“There are two modes of refutation; one has to do with the language used, the other is unconnected with the language” (Foster)

“There are two modes of refuting: some refutations are dependent on the expression, whereas others are independent of the expression” (Hasper)

“Seeming confutations fall under two divisions; those where the semblance depends on language, and those where it is independent of language” (Poste)

102

“The merits of Sapir's views will be discussed in some depth in Chapter 2. Here, I will try to show that Sapir's views do not support the strong version of Orwell's thesis. Without language, humans, like primates in the wild, would be able to engage in certain forms of thinking and communicating. We would, for instance, be able to give certain kinds of warnings, to communicate nonhostility or hostility, and so on. However, certain crucial human communicative skills could not exist in the absence of language, including the capacity to convey and request information about the past and future, direct the future behavior of others, and perform various other sorts of speech acts (Austin 1965; Searle 1969), because most are language-dependent. Even more dependent on language are such abilities as reciting stories, giving instructions, explaining things, and making arguments. These abilities, of course, lie at the heart of politics. However, it does not follow from the fact that political discourse could not exist without language, that the political beliefs that we hold are dependent on particular aspects of the languages we speak. Certainly neither Sapir (1921) nor Whorf (1964) ever made such a claim”.

por serem muito complexas, dificilmente seriam concebíveis sem a posse de um aparato conceitual adequado¹⁰³, e entre essas atividades certamente estaria a habilidade de argumentar.

Um segundo modo de entender a independência seria não descartando totalmente o papel da linguagem para explicar a aparência das refutações, mas negando haver uma dependência exclusiva da aparência enganosa de uma refutação sofisticada com sua reprodução nessa ou naquela linguagem natural¹⁰⁴. Nos parece razoável supor que essa independência se desse em relação a alguma linguagem natural, assim afirmaríamos que o PDC poderia ludibriar alguém independentemente se suas instâncias são formuladas em grego ou português. Dessa forma talvez seja correto afirmar que o papel da linguagem como causa da aparência da refutação sofisticada foi diminuído, mas não excluído. Ainda seria preciso usar alguma linguagem para produzir o tipo de erro que caracteriza uma refutação sofisticada independente da linguagem por se tratar de uma atividade racional complexa, e, exigir do refutado a crença em um princípio inferencial, mas teríamos a liberdade de formular essa refutação em mais de uma linguagem natural, sem que sua aparência enganosa fosse diluída.

Nossa interpretação da crença falsa que é causa da aparência do PDC seria consistente com essa segunda interpretação da divisão entre as refutações sofisticadas. Embora não afirmemos que essa crença falsa seja puramente linguística, consideramos que certa similaridade entre os diferentes modos de se expressar unidade numérica certamente desempenha alguma função na explicação da aparência enganosa do PDC.

2.6 Conclusão e resumo do segundo capítulo

Neste capítulo apresentamos algumas noções as quais julgamos como altamente relevantes para compreender a possibilidade e plausibilidade de refutações sofisticadas dependentes da concomitância. Nomeamos essas noções de “PAV” e “cálculo paralelo”. Por “PAV” nos referimos às premissas menores das instâncias do PDC. Essas premissas

103 “No one believes that even the most difficult mathematical proposition is inherently dependent on an arbitrary set of symbols, but it is impossible to suppose that the human mind is capable of arriving at or holding such a proposition without the symbolism” (Sapir, 1921, p. 11).

104 Uma crítica sobre esse ponto, feita durante a defesa desta dissertação, foi que nossa alegação poderia ser um pouco mais forte. Não precisaríamos nos limitar a afirmar que o poder de persuasão do PDC independe de ser formulado nessa ou naquela linguagem natural. Poderíamos ir mais além, alegando que o poder de persuasão do PDC independe de suas instâncias serem formuladas através dessa ou daquela expressão. Não estou certo sobre qual o grau de independência linguística atribuível nesse caso. Examinaremos essa questão com mais cuidado em um futuro artigo.

apenas aparentariam validar as instâncias do PDC. Essa aparência seria devida à certa crença acerca da aplicação de um princípio inferencial, também pressuposto para validar argumentos cuja premissa menor expresse unidade por nome ou definição. Por “cálculo paralelo” entendemos o esforço racional efetuado por quem participa de um debate. Por observar certas regras e princípios pragmáticos e lógicos, esse agente interpreta o discurso de seu interlocutor de um modo que seja possível analisar e reconstruir normativamente esse discurso. Parte dessa reconstrução consistiria em complementar o discurso por meio de conectivos lógicos e quantificadores e, outra parte consistiria em interpretar as características lógico-semânticas do argumento já explicitado. Além da introdução dessas noções, também propomos alguns limites sobre como interpretar o significado de “concomitante” pressuposto no PDC e, o significado da divisão entre aqueles paralogismos que dependem da linguagem e aqueles que são independentes da linguagem. Sobre o significado de “concomitante” afirmamos que não nos parece adequado atribuir a esse termo, no contexto de *Ref. Sof.*, o significado de contingência. Em nosso entendimento esse termo pode ser melhor compreendido através das seguintes ideias: unidade numérica, co-designação (em relação às expressões utilizadas na premissa menor), sincronia e certa inadequação entre o modo de se expressar unidade numérica e o objetivo para o qual esse modo é utilizado. Sobre a divisão entre paralogismos, consideramos que seria pouco razoável compreender o segundo tipo, aqueles que são independentes da linguagem, de modo que a roupagem linguística utilizada para formular as instâncias do PDC não fizesse nenhuma diferença para os efeitos pretendidos pelo sofista. Em vez dessa leitura mais radical, propomos que essa independência deve ser relativizada às linguagens naturais. Desse modo, a eficácia do PDC não ficaria restrita à sua formulação nesta ou naquela linguagem natural.

CAPÍTULO 3. O PARALOGISMO DO TRIÂNGULO

Julgamos que em *Ref. Sof.* 6, 168a34-168b10, encontra-se o terceiro exemplo de PDC, o qual chamaremos de paralogismo do triângulo. Afirmamos no primeiro capítulo¹⁰⁵ que há uma divisão entre as instâncias do PDC expostas em *Ref. Sof.*. Algumas das instâncias do PDC parecem cumprir uma função metodológica ao serem utilizadas como contraexemplos à validade de certa forma lógica. Esse método, chamado por Salmon (1973) de método do contraexemplo, consiste em buscar um argumento que instancie a forma cuja validade está sob investigação. Esse argumento deve ter premissas verdadeiras e conclusão falsa. Dado que uma forma lógica não pode ter uma instância com premissas verdadeiras e conclusão falsa, encontrar essa instância seria suficiente para determinar a invalidade dessa forma. Alegamos que em *Ref. Sof.* 24 Aristóteles apresenta uma lista de instâncias do PDC que poderiam ser utilizadas por esse método para mostrar que o princípio inferencial descrito em *Ref. Sof.*, 5, 166b29-32 é inválido. Neste capítulo apresentaremos nossas hipóteses acerca de uma instância do PDC a qual não incluiríamos no mesmo conjunto das instâncias de *Ref. Sof.* 24. Ao contrário dessas instâncias, o paralogismo do triângulo seria um argumento que oferece mais dificuldade a uma reconstrução normativa. Uma razão para isso é que a falsidade de sua conclusão não é tão óbvia quanto a falsidade das conclusões dos paralogismos de *Ref. Sof.* 24. Pensamos que essa falsidade poderá ficar mais evidente a partir de certas teses de filosofia da ciência, as quais são apresentadas em *Seg. An.*.

Estando cientes da controvérsia em torno da interpretação do paralogismo do triângulo, pretendemos apresentar uma reconstituição que ao menos seja plausível e satisfaça o que entendemos serem limites ou balizas interpretativas impostas pelo texto de *Ref. Sof.*. Procederemos de modo a tomar essas balizas como critérios de descarte para nos decidirmos sobre qual interpretação do paralogismo do triângulo adotar. Três (2ª, 4ª e 5ª) dessas balizas estão relacionadas à condição da aparência dos paralogismos, a qual analisamos com mais cuidado no primeiro capítulo. Em relação as outras duas, uma é concernente à invalidade das instâncias do PDC e a outra menciona a importância de certas teses metacientíficas de *Seg. An.*.

105

Consultar o primeiro capítulo, seção 1.2.

3.1 As seis balizas interpretativas para a reconstituição do paralogismo do triângulo

1ª Baliza interpretativa: O PDC falha em satisfazer a definição de refutação por não ser válido

Antes de apresentarmos nossa proposta indicaremos quais limites o texto de *Ref. Sof.* impõe em relação à reconstituição do paralogismo do triângulo. Um desses limites a ser observado concerne à validade das instâncias do PDC. Os trechos citados abaixo indicam que toda instância do PDC falha em satisfazer a definição de refutação em um ponto bem preciso, pois não são argumentos válidos¹⁰⁶:

For since the same thing has many accidents *there is no necessity* that all the same attributes should belong to all of a thing's predicates and to their subject as well (166b31-32)

Fallacies that depend on accident are clear *once deduction has been defined*. For the same definition ought to hold good of refutation too, except that a mention of the contradictory is here added; for a refutation is a deduction of the contradictory. If, then, *there is no deduction as regards an accident of anything*, there is no refutation. For supposing, when these things are the case, that must necessarily be, and that is white, *there is no necessity for it to be white on account of the deduction* (168a34-40)

Likewise also in other cases. If, then, a refutation is a sort of deduction, an argument depending on an accident will not be a refutation (168b4-5)

2ª Baliza interpretativa: A condição da aparência e a relação de contraditoriedade entre a conclusão do paralogismo e alguma tese mantida pelo refutado

Vimos que o objetivo mais visado em uma disputa argumentativa é a refutação (*Ref. Sof.*, 3, 165b13-22), que é a dedução de uma proposição contraditória em relação à certa conclusão (*Ref. Sof.*, 2, 164a37). O trecho *Ref. Sof.*, 6, 168b7-10 nos deixa claro que esse objetivo era (aparentemente) alcançado pelo sofista através de instâncias do

106 Durante minha defesa foi feita uma crítica sobre o uso dos trechos citados acima. Os trechos não suportariam nossa alegação sobre as instâncias do PDC serem todas inválidas. Consideramos essa crítica importante e consideraremos com maior cuidado em um futuro artigo se devemos ou não usar esses trechos em nosso favor.

PDC¹⁰⁷. É razoável supor que parte do poder persuasivo desse paralogismo era devido a uma aparente relação de contraditoriedade entre a conclusão do paralogismo e alguma proposição mantida por quem fosse refutado pelo sofista. Nosso ponto é que a reconstituição do paralogismo do triângulo deve levar em conta essa aparência de contraditoriedade. Consideramos que, indicar qual, ou quais proposições mantidas pelo respondedor poderiam pelo menos aparentar ter essa relação de contraditoriedade torna nossa reconstituição mais convincente.

3ª Baliza interpretativa: O Paralogismo do triângulo e a relevância do sentido técnico de demonstração em *Segundos Analíticos*

Em *Ref. Sof.* 6, encontramos algumas indicações de que a análise do paralogismo do triângulo suscita alguma reflexão sobre o que são demonstrações científicas. Consideramos interessante explorar possíveis conexões entre os trechos desse capítulo referentes ao paralogismo do triângulo (168a34-168b10), e, certas passagens de *Seg. An.* sobre demonstração científica. Nossa proposta é que a reconstrução normativa (na qual identificamos os erros de um argumento) do paralogismo do triângulo deve mobilizar certas teses sobre demonstrações científicas encontradas em *Seg. An.*. Essas teses devem ser relevantes para avaliarmos o paralogismo do triângulo, de modo a expormos seus defeitos. É interessante notar que a explicação dada em *Ref. Sof.* sobre o que é necessário para um argumento ser classificado como uma demonstração é similar à apresentada em *Seg. An.*: demonstramos que triângulo tem 2R, se, e apenas se, consideramos o triângulo *enquanto* triângulo. Sobre essa similaridade destacamos os dois seguintes trechos: “...and two right angles belong to *triangle as triangle* (for the triangle is in itself equal to two right angles...” (*Seg. An.*, I, 73b30-31), “For the demonstration proves the point about it not qua figure or qua primitive, *but qua triangle...*” (*Ref. Sof.*, 6, 168b3-4). Consideramos plausível haver um mesmo arcabouço teórico sendo usado nas duas obras para se avaliar se determinado argumento é ou não demonstrativo. Como veremos mais adiante no item 3.3.1. propomos que a satisfação dessa condição nos permitira explicar por que nossa reconstituição do paralogismo do triângulo é um argumento inválido, e, possui uma conclusão falsa.

107

No trecho não há menção sobre a refutação ser apenas aparente, mas supomos que isso está implícito.

4ª Baliza interpretativa: A condição da aparência e o perfil de quem é refutado pelo paralogismo do triângulo

Uma terceira informação que não devemos ignorar diz respeito ao tipo de debatedor refutado por instâncias do PDC. Vimos que, apesar das vítimas dos sofistas possuírem algum destaque intelectual, elas não satisfazem a descrição de sábio em *Ref. Sof.*, 1, 165a25-29¹⁰⁸. Se elas não satisfazem essa descrição, então não satisfazem de algum modo as condições indicadas nesse trecho: evitar falsidade no próprio discurso e detectar falsidades no discurso alheio. Pode ser o caso que não satisfaçam nenhuma das duas condições ou apenas uma delas. Se alguém é refutado, certamente não satisfaz a segunda condição, detectar falsidades no discurso alheio. Ao enfatizar essa característica do refutado, pretendemos impor o seguinte limite à nossa reconstituição: devemos reconstituir o paralogismo de modo que nos pareça plausível que uma autoridade intelectual seja refutada, ou seja, o paralogismo deve ter a aparência de um bom argumento para esse perfil de debatedor.

Ainda que o refutado por um PDC não satisfaça parcialmente ou plenamente as condições dadas em 165a25-29, este é chamado de sábio em *Ref. Sof.*, 6, 168b8-9. Por isso, supomos que esse refutado se destacava de algum modo pelo seu saber. Consideramos plausível que esse refutado fosse alguma autoridade intelectual cuja refutação interessasse ao sofista. Essa refutação poderia trazer benefícios para a reputação do sofista justamente porque o refutado possuía algum destaque ou reconhecimento intelectual, o qual poderia ser transferido ao sofista após sua vitória no debate.

5ª baliza interpretativa: A condição da aparência e as três diferentes versões do paralogismo do triângulo

108

“To reduce it to a single point of contrast, it is the business of one who knows a thing, himself to avoid falsities in the subjects which he knows and to be able to show up the man who makes them; and of these accomplishments the one depends on the faculty to produce an argument, and the other upon the faculty to exact one”.

Observamos que em *Ref. Sof.*, 6, 168a40-168b3 Aristóteles nos dá uma lista de três itens com os quais haveria concomitância com um triângulo: princípio, primitivo ou figura. Nossa suposição sobre essa lista é que ela indica que esses três itens poderiam exercer a mesma função no paralogismo, por exemplo, se considerarmos que o termo “princípio” exerceria a função de mediador no argumento, então os outros dois termos também o fariam, resultando em três diferentes versões de uma espécie de PDC.

Não obstante essa diferença, a aparência enganosa dessas três versões ainda dependeria da mesma causa, a concomitância e, tais instâncias se qualificariam como argumentos aptos a causar uma refutação aparente de certa autoridade intelectual. Como já dito, não pensamos que a aparência enganosa de um paralogismo dependa necessariamente somente de um elemento. Para que um paralogismo seja convincente, é bom que outras condições sejam satisfeitas a fim de torná-lo mais eficiente. Uma dessas condições é relativa ao valor de verdade das premissas. Caso as premissas de um argumento sejam verdadeiras, é de se esperar que, em uma disputa argumentativa, o perguntador tenha mais facilidade para obtê-las do respondedor. Além disso, como se trata de um paralogismo utilizado contra autoridades intelectuais, é razoável supor que essas premissas expressem proposições bem-aceitas por eles. No caso do paralogismo do triângulo, essas premissas certamente expressariam proposições bem-aceitas entre os geômetras.

Compreendemos esse limite do seguinte modo: qualquer reconstituição do paralogismo do triângulo resultante da substituição dos termos “princípio”, “primitivo” e “figura” um pelo outro deve satisfazer a condição da aparência. Com isso, entendemos que as três versões devem ser igualmente inválidas, dependentes da concomitância e, por fim, argumentos que soem convincentes quando levamos em conta que o refutado é uma autoridade intelectual.

6ª Baliza interpretativa: A condição da aparência e a diferença entre o paralogismo do triângulo e os exemplos dados em *Ref. Sof.* 24

No primeiro capítulo afirmamos que, entre as instâncias de um paralogismo ou falácia, certamente é possível separar aquelas instâncias que são evidentemente inválidas das que não são evidentemente inválidas. Em *Ref. Sof.* 24 afirmamos que os exemplos de PDC apresentados seriam considerados por Aristóteles como argumentos

evidentemente ou incontrovertidamente inválidos. Esses exemplos teriam premissas verdadeiras e conclusão falsa. Essa configuração dos valores de verdade das premissas e da conclusão desses paralogismos nos permitiram ver que tais argumentos são inválidos, pois é impossível que um argumento válido tenha premissas verdadeiras e conclusão falsa. Como a invalidade desses argumentos é evidente, estes poderiam ser usados na aplicação do método do contraexemplo, tal como descrito por Salmon (2003). No entanto, pensamos que essa mesma função metodológica não seria exercida pelo paralogismo do triângulo. Não consideramos essa instância do PDC como um argumento evidentemente inválido. Acreditamos ter uma boa razão para supor isso a partir do que é dito em *Ref. Sof.*, 6, 168b6-10¹⁰⁹. Nesse trecho, Aristóteles nos informa que autoridades intelectuais eram refutadas por instâncias do PDC, e entre essas instâncias incluímos o paralogismo do triângulo.

Compreendemos que última baliza diz respeito à diferença entre os exemplos de *Ref. Sof.* 24 e o paralogismo do triângulo. Não supomos que o paralogismo do triângulo seja um argumento cuja invalidade seja evidente, o que poderia ser compreendido como uma forte indicação de que, pelo menos, sua conclusão teria a aparência de ser verdadeira.

3.2 Examinando algumas propostas de reconstituição do paralogismo do triângulo

Examinaremos agora dois possíveis caminhos na interpretação do paralogismo do triângulo. Esses caminhos se bifurcam a partir do modo como traduzimos *hoti* em *Ref. Sof.*, 6,168b2¹¹⁰. Analisaremos duas reconstituições possíveis de serem feitas a partir do modo como se traduz essa partícula. Na primeira reconstituição, tomaremos *hoti* como “que”, tal como Pickard-Cambridge em sua tradução para os Complete Works. Na segunda reconstituição, *hoti* será tomado como “porque”, tal como Angioni (2012) propõe. Consideramos, no entanto, que há algo de comum nessas duas reconstituições, em ambas podemos reconstituir certa alegação ou implicação da argumentação sofisticada como possuindo um caráter metalógico ou metalinguístico. A alegação seria feita sobre

109 “It is, however, just in this that the experts and men of science generally suffer refutation at the hand of the unscientific; for the latter meet the scientists with deductions depending on accidents; and the scientists for lack of the power to draw distinctions either say ‘Yes’ to their questions, or else are thought to have said ‘Yes’, although they have not”.

110 A importância desse ponto é destacada por Angioni (2012) em sua reconstituição, o qual traduz *hoti* como “porque”.

a validade do argumento ou sobre sua cientificidade. Traduzindo *hoti* como “que”, a alegação sobre o paralogismo poderia ser assim compreendida: “através desse argumento não é deduzido que figura/princípio/primitivo tem 2R”, Traduzindo *hoti* como “porque” a alegação sobre o paralogismo seria a respeito de sua cientificidade, resultando em uma avaliação crítica similar a essa: “através desse argumento não é demonstrado que triângulo tem 2R porque figura/princípio/primitivo tem 2R”.

Não esperamos que nossa reconstituição resolva definitivamente os problemas exegéticos que cercam *Ref. Sof.* 6, 168a34-168b10. Como dito no início dessa seção, nossa tentativa de apresentar uma reconstituição do paralogismo do triângulo segue objetivos modestos. Julgamos que nossa proposta poderia ser considerada como razoável e plausível uma vez observados certos limites impostos pelo texto. Nossa decisão sobre qual reconstituição adotar está, portanto, fundamentada na razoabilidade desses limites.

Na primeira reconstituição analisada, o paralogismo do triângulo, em qualquer uma de suas três versões¹¹¹ é: (i) um argumento inválido, (ii) possui premissas certamente verdadeiras, (iii) contém uma premissa de unidade por concomitância, a qual pode ser obtida implicitamente ou explicitamente, (iv) sua aparência depende da concomitância e (v) um argumento convincente para certa autoridade intelectual.

Parte de nossa proposta consiste em compreender a argumentação do sofista como uma reação a uma demonstração previamente feita pelo cientista, o qual nos parece nesse caso ser um geômetra. Supomos que as perguntas do sofista seriam feitas a partir do momento em que o cientista demonstrasse posse de conhecimento científico acerca de triângulos. A aparência de uma refutação não seria tão simples e direta a ponto de identificarmos com facilidade um par de contraditórias. Consideramos mais correto propor que o sofista apontaria para uma incompatibilidade entre as concessões do respondedor e suas crenças a respeito de princípios não desta ou daquela ciência, mas metacientíficos, sobre demonstrações científicas em geral.

Não estamos tão certos sobre qual é a reconstituição mais satisfatória do paralogismo do triângulo, e, terminaremos este capítulo de forma um tanto aporética, apontando o que consideramos vantagens e problemas relativos às reconstituições por nós analisadas.

111
“figura”, “princípio” e “primitivo”.

Me refiro aqui à variação de um dos termos entre

3.3 *Hoti* como “que”

Se optarmos por reconstituir o paralogismo do triângulo traduzindo *hoti* como “que”, a alegação metalinguística sobre o argumento do sofista deverá ser a seguinte: “através desse argumento não se deduz que figura/princípio/primitivo tem 2R”. Parte do que está contido nessa alegação corresponderia à conclusão do paralogismo: “figura/princípio/primitivo tem 2R”. Assim, das premissas do paralogismo, não se seguiria que o predicado “2R” pertence a algum desses três itens. Como dito acima, a depender de como traduzimos *hoti*, teremos mudanças na estrutura sintática do paralogismo. Já identificamos a conclusão (“figura/princípio/primitivo tem 2R”), nos resta identificar agora as premissas. Seguindo a tradução de Pickard-Cambridge o mais intuitivo seria tomar as sentenças “triângulo tem 2R” e “triângulo é figura/princípio/primitivo” como premissa maior e menor respectivamente. Assim teríamos o seguinte argumento (sem quantificações):

Triângulo tem 2R

Triângulo é figura/princípio/primitivo

Logo, figura/princípio/primitivo tem 2R

Essa reconstituição é similar à avançada por Schreiber (2003), e para se tornar idêntica, basta que acrescentemos quantificadores universais tanto às premissas quanto à conclusão¹¹². A inclusão desses quantificadores seria uma tentativa de satisfazer aquilo que identificamos como o primeiro limite, relativo à invalidade do PDC. Outro ponto positivo dessa reconstituição é que as duas premissas seriam verdadeiras, tanto particularmente quanto universalmente, sendo facilmente concedidas por um respondedor. Apesar desses pontos positivos, é difícil nos satisfazermos com essa reconstituição quando levamos em conta o segundo e quarto limites, relativos à aparência de contraditoriedade e ao perfil do refutado. Para que o paralogismo aparentasse, de modo convincente ser uma refutação, sua conclusão deveria aparentar

112
right angles. T's are 2RA.

“All triangles have angles equal to two

All triangles are figures. T's are F.

All figures have angles equal to two right angles. F's are 2RA” (p.114).

ser contraditória a alguma tese ou alegação feita pelo adversário do sofista. Mas se a conclusão for “figura/princípio/primitivo tem 2R” deveríamos supor que o respondedor, um cientista, deveria afirmar a contraditória dessa sentença “figura/princípio/primitivo não tem 2R”, ou, pelo menos, algo que aparentasse exibir alguma incompatibilidade com a conclusão. Se as premissas fossem quantificadas particularmente, supomos que o sofista concluísse que alguma figura/princípio/primitivo tem 2R. Se essa conclusão possui uma relação de contraditoriedade com a tese mantida pelo oponente do sofista, então a tese seria “nenhuma figura/princípio/primitivo tem 2R”. Mas seria implausível que uma autoridade intelectual, especialmente da área da geometria, afirmasse isso.

A segunda opção é que as premissas seriam quantificadas universalmente, e, que o sofista concluísse “toda figura/princípio/primitivo tem 2R”. Assim a contraditória mantida pelo oponente do sofista seria: “alguma figura/princípio/primitivo tem 2R”. Embora essa reconstituição nos abstenha de atribuir à autoridade intelectual refutada pelo sofista uma crença absurda, o resultado final parece pouco convincente. Em nosso entendimento, essa reconstituição não se distinguiria dos exemplos dados em *Ref. Sof.* 24. Afirmamos que nesse capítulo Aristóteles apresentaria uma lista de instâncias do PDC como casos evidentes de argumentos inválidos por estes possuírem premissas verdadeiras e conclusão falsa. De acordo com o que é dito em *Ref. Sof.* 6, consideramos que o paralogismo do triângulo não se encaixaria nesse mesmo perfil, ou seja, não seria o tipo de argumento que alguém usaria aplicando o método do contraexemplo¹¹³. Por isso não consideramos que a reconstituição apresentada por Schreiber satisfaça o que chamamos acima de 6ª baliza interpretativa.

3.3.1 Nossa hipótese de reconstituição do paralogismo do triângulo

Pretendemos insistir um pouco mais na reconstituição que parte da tradução de *hoti* como “que” sem que isso nos leve a um conflito com a 6ª baliza. Levando em conta que o paralogismo do triângulo fosse utilizado contra um cientista, é razoável supor que a intenção do sofista fosse a de se passar por uma autoridade científica, e, que por isso pretendesse não somente apresentar um argumento dedutivo, mas também um resultado extra a partir da demonstração feita por seu interlocutor. Assumindo que é esse o propósito do sofista, então a alegação metalinguística feita por Aristóteles, ou quem

113

Falamos sobre esse método do primeiro capítulo.

quer que analisasse esse paralogismo a fim de expor seus erros, seria algo como: “através desse argumento não foi demonstrado que figura/princípio/primitivo tem 2R”. Consideramos que essa pequena mudança acarreta importantes consequências, pois através dela julgamos que a reconstituição resultante torna-se mais interessante e plausível.

A primeira razão para que essa modificação resulte em uma reconstituição melhor é que não precisaríamos mais imputar ao oponente do sofista, um cientista, alguma crença falsa sobre sua área do saber, a geometria, nem reconstituir esse paralogismo nos moldes dos exemplos de *Rej. Sof. 24*, ou seja, com premissas verdadeiras e conclusão falsa. Nessa segunda reconstituição o sofista tentaria extrair o seguinte resultado extra a partir da demonstração feita por seu interlocutor, provavelmente um geômetra: “figura/princípio/primitivo tem 2R”. Para se opor a essa tentativa o geômetra não precisaria manter alguma dessas proposições negativas universais: (1a) nenhuma figura têm 2R; (2a) nenhum primeiro têm 2R, ou, (3a) nenhum princípio tem 2R. Vimos acima que seria pouco razoável atribuir uma crença nessas proposições ao geômetra. O geômetra também não precisaria afirmar alguma dessas particulares afirmativas: (1b) alguma figura não tem 2R; (2b) algum princípio não tem 2R, ou, (3b) algum primitivo não tem 2R. Se o geômetra fizesse isso, o sofista tentaria contradizê-lo concluindo algo evidentemente falso como a conclusão da reconstituição apresentada por Schreiber, o que faria com que o paralogismo do triângulo fosse um argumento evidentemente inválido e portanto, pouco convincente. Em vez disso, acreditamos que o embate entre sofista e geômetra se desse não em relação às proposições da geometria, mas proposições metacientíficas acerca do que é uma demonstração científica. Com isso não pretendemos sugerir que os debatedores possuíssem um sofisticado conhecimento sobre demonstrações científicas. Para nossos propósitos seria mais razoável supor que o debate tivesse se iniciado a partir de uma alegação (feita pelo geômetra) do tipo “É impossível demonstrar algo sem que isso seja feito a partir de uma demonstração adequada”. Consideramos que essa proposição poderia ser tomada como obviamente verdadeira pelo geômetra sem que isso implicasse a posse de conhecimentos muito avançados sobre demonstrações científicas¹¹⁴.

114 Reconhecemos que esse trecho precisa melhorado. Fizemos algumas leves alterações no texto original, o qual foi enviado antes da defesa para os membros da banca. Acreditamos que essas alterações ainda são insatisfatórias e o que trecho acima ainda precisa ser aperfeiçoado.

Prosseguindo na descrição dessa nova versão, supomos que o sofista começasse seu raciocínio após seu oponente, o cientista, terminar de apresentar uma demonstração científica sobre o triângulo. Por meio dessa demonstração o cientista concluiria que o triângulo tem 2R. A conclusão dessa demonstração corresponderia à primeira premissa do paralogismo elaborado pelo sofista. Por isso não seria nem mesmo necessário que essa premissa fosse obtida explicitamente por meio de uma pergunta. Ainda que a pergunta fosse feita, não haveria nenhuma dificuldade por parte do cientista em concedê-la prontamente.

Tampouco notamos haver algum entrave em supor que a segunda premissa, “ocorre que Triângulo é figura/princípio/primitivo” fosse assegurada de modo implícito ou explícito. Caso houvesse necessidade ou alguma reclamação por parte do respondedor, o sofista poderia retroceder um pouco e explicitar a segunda premissa, sem risco desta ser rejeitada. Vale lembrar que o trecho *Ref. Sof.* 8, 169b32-36¹¹⁵ nos indica que somente em casos que a premissa é evidentemente falsa que a concessão deve permanecer oculta ou implícita, por exemplo, quando os paralogismos dependem da linguagem e solecismo.

Por fim, o sofista retornaria seu foco sobre a demonstração feita pelo cientista, indicando o que seria um resultado extra desta, concluindo: “então você também demonstrou que alguma figura tem 2R”. Supomos que essa conclusão poderia até mesmo ser anunciada imediatamente após o cientista terminar sua demonstração. Lembramos novamente¹¹⁶ que esse procedimento estaria de acordo com as recomendações de *Ref. Sof.* 14, 174b7-174b11¹¹⁷. O paralogismo, tal como enunciado pelo sofista, poderia ser reconstituído assim:

O triângulo foi demonstrado por você como tendo 2R

(Ocorre que) triângulo é figura/princípio/primitivo

Logo, um(a) figura/princípio/primitivo foi demonstrada(o) por você como tendo 2R¹¹⁸

115 “...for what a man has not been asked but thinks he has granted, he would also grant if he were asked. Of course, in some cases the moment we add the missing question, we also show up the falsity, e.g. in fallacies that depend on language and on solecism”.

116 Ver a nota 45.

117 “A strong appearance of having been refuted is often produced by the most highly sophistical of all the unfair tricks of questioners, when without deducing anything, instead of putting their final proposition as a question, they state it as a conclusion, as though they had deduced it—’Therefore so-and-so is not true’”.

118 Outra versão:

Alguém demonstrou que triângulo tem 2R

A conclusão e a validade do argumento exposto acima parece irrecusável logicamente. Uma vez que as duas premissas são obtidas, teríamos material suficiente para aplicar o princípio da generalização existencial, também conhecido como “introdução do existencial” e concluir que a demonstração se estendeu a alguma figura. Passaríamos das duas premissas para uma proposição existencial porque é verdade tanto que o triângulo foi demonstrado como tendo 2R, quanto é verdade que um triângulo é uma figura/princípio/primitivo. Entendemos esse raciocínio como correspondente àquilo que no segundo capítulo identificamos como a interpretação do paralogismo feita pelo refutado.

Ainda que através dessa reconstituição não seja necessário imputar à vítima do sofista uma alegação obviamente falsa, uma consequência da interpretação que analisamos anteriormente, encontramos algumas dificuldades em explicar, de modo satisfatório, por que o cientista se oporia à conclusão “você demonstrou que alguma figura tem 2R”. Admitimos que faltam evidências textuais para suprir essa lacuna por meio de alguma hipótese inteiramente alicerçada no texto de *Ref. Sof.*, por isso nos limitamos a sugerir um possível caminho. Consultando o artigo de Celluci (2009), sobre o problema da generalização universal¹¹⁹ supomos que houvesse alguma resistência por parte dos geômetras em aceitar essa conclusão porque ela seria uma licença para fazer generalizações falsas sobre a figura. Demonstrar que um predicado pertence a determinado item implicaria que esse predicado fosse generalizado para todas as instâncias desse item. Ou seja, demonstrar que figura/princípio/primitivo possui 2R licenciaria um resultado indesejável, a saber, atribuir esse predicado a todas as instâncias de figura/princípio/primitivo¹²⁰.

Seja qual for a dificuldade notada pelo cientista, consideramos que certos trechos de *Seg. An.* poderiam ser interpretados de tal modo que seja possível explicar não somente por que Aristóteles consideraria a conclusão “você demonstrou que alguma figura tem 2R” falsa, mas também que essa conclusão não se seguiria das premissas ao

Triângulo é uma figura
Logo, Alguém demonstrou que uma figura tem 2R

119 O trecho de Proclus citado por Cellucci nos parece pertinente para nossa sugestão: “Mathematicians are used to draw what is in a way a double conclusion: in fact, when they have shown something to hold of the given figure, they infer that it holds in general, going from the particular conclusion to the general one” (PROCLUS *apud* CELLUCI, 2009, p. 1).

120

Reconhecemos que esse ponto precisa ser melhorado.

pressupormos certo entendimento ou significado técnico de “demonstrar”, ou seja, explicaríamos por que teríamos um argumento inválido e com uma conclusão falsa. Se estivermos certos quanto ao conteúdo do primeiro limite exposto no início dessa seção, essa última versão também deve ser considerada como inválida.

Em nosso entendimento, a explicação para esses dois pontos poderia ser articulada a partir da identificação de certos compromissos com teses metacientíficas assumidos por Aristóteles em trechos tais como *Seg. An.*, I, 4, 5, 6, 22 e 24. Não é nosso objetivo nesta dissertação apresentar uma interpretação pormenorizada do conteúdo dessas teses com as quais não temos tanta familiaridade ou tempo de estudo, mas apenas sugerir certa incompatibilidade entre o que expressam, e a tentativa de demonstrar que alguma figura, princípio ou primitivo tem 2R.

Sucintamente poderíamos compreender esses trechos como propondo uma hierarquização de formas de conhecimento¹²¹ e estabelecendo certos requisitos para a posse daquele que seria a forma mais perfeita, a demonstração universal. Nosso ponto é que essa hierarquização e a lista de critérios para que algo seja uma demonstração, podem ser usadas a fim de explicar por que a conclusão “foi demonstrado que alguma figura tem 2R” seria falsa e não se seguiria das premissas do paralogismo do triângulo, tal como o reconstituímos acima. Consideramos que o conhecimento que temos sobre alguma figura, princípio ou primitivo ter 2R não é da mesma ordem, ou, qualidade que um conhecimento demonstrativo. Seria mais adequado usar outra descrição para esse tipo de conhecimento, “conhecimento por concomitância”, “sofístico” etc¹²². Se usarmos alguma dessas outras descrições que designem uma forma de conhecimento inferior, o argumento do sofista poderia ser considerado válido. Portanto, consideramos o argumento do sofista como inválido apenas sob certa interpretação do significado de “demonstrar”.

Nossa posição quanto à falsidade da conclusão do paralogismo e sua invalidade seriam justificáveis tendo em vista as condições estabelecidas por Aristóteles para que determinado item possa exercer apropriadamente a função de sujeito da conclusão de uma demonstração. Não pretendemos oferecer um tratamento exaustivo e rigorosamente detalhado dessas condições, para nossos objetivos é suficiente identificar algumas

121 Conhecimento acidental, conhecimento particular, conhecimento sofisticado, diferença entre dedução e demonstração, demonstração negativa e afirmativas.

122 O que estamos dizendo aqui é que em certo sentido não técnico de “demonstrar” a conclusão do paralogismo se seguiria, mas apenas se o sentido de “demonstrar” é tal que as premissas da demonstração não satisfazem os seis requisitos de *Seg. An.* I, 2, 71b20-24.

condições que não são satisfeitas pelo(s) sujeito(s) da conclusão do paralogismo do triângulo: figura, princípio ou primitivo.

Um trecho que julgamos apropriado para justificar nossas considerações sobre o paralogismo do triângulo se encontram em *Seg. An.*, I, 4, 73b32-73a37¹²³. Nesse trecho menciona-se dois requisitos para que uma predicação seja considerada como universal, uma marca das conclusões demonstrativas. A primeira condição expressa certa arbitrariedade em relação ao sujeito, desde que esse pertença a um mesmo gênero. Se o sujeito for “triângulo”, então deve ser verdadeiro afirmar o predicado em relação a qualquer instância de triângulo. A segunda condição nos informa que o sujeito deve possuir o predicado primariamente. Por exemplo, se o predicado 2R pertence ao triângulo isósceles, mas pertence também a um sujeito mais geral ainda universalmente, a saber, o triângulo, então é este que recebe primariamente o predicado 2R e não o triângulo isósceles. É fácil notar que nenhuma dessas duas condições são satisfeitas por figura, princípio ou primitivo. Nem toda instância desses três tipos possui o predicado 2R, e, nos casos em que essa predicação se dá, não é primariamente, pois o sujeito que possui primariamente esse predicado é o triângulo¹²⁴.

Outra razão para considerarmos como falsa a conclusão de nossa reconstituição do paralogismo do triângulo é a seguinte: Como vimos acima, na 3ª baliza, uma condição para concluirmos, por meio de uma demonstração, que o triângulo tem 2R, é que triângulo possua esse predicado *qua* triângulo. Essa exigência é mencionada tanto em *Seg. An.*, 1, 73b30-1, quanto em *Ref. Sof.*, 6, 168b3-4. Um modo prático de aplicar essa exigência de modo a mostrar a falsidade de “você demonstrou que figura/princípio/primeiro tem 2R” é parafrasear “demonstrar que x é F ” por “demonstrar que x *qua* x é F ”. Fazendo essa paráfrase, observamos que a conclusão de nossa reconstituição é falsa: “você demonstrou que figura/princípio/primeiro *qua* figura/princípio/primeiro tem 2R”. Não é enquanto figura/princípio/primeiro que figura/princípio/primeiro tem 2R, mas enquanto triângulo.

Vejamos agora, um trecho que poderia oferecer algum entrave à reconstituição do paralogismo que estamos examinando:

123 “Something holds universally whenever it is proved of a chance case and primitively; e.g. having two right angles neither holds universally of figure (yet one may prove of a figure that it has two right angles—but not of a chance figure, nor does one use a chance figure in proving it; for the quadrangle is a figure but it does not have angles equal to two right angles)—and a chance isosceles does have angles equal to two right angles, but not primitively—the triangle is prior”.

124 Ver nota 113.

Again, if a demonstration in virtue of which one knows this and something else is preferable to one in virtue of which one knows this alone; and *one who has the universal demonstration knows the particular fact too*, but the latter does not know the universal fact hence in this way too it will be preferable (*Seg. An.*, I, 24, 86a11-86a13).

Esse trecho pode apontar em uma direção oposta à nossa. Nele Aristóteles parece indicar que aceitaria a conclusão “algum x foi demonstrado como tendo F ” através da aplicação da generalização existencial. Não descartamos a possibilidade de estarmos equivocados, mas consideramos que o conhecimento sobre o fato particular não é da mesma ordem que o conhecimento universal, o qual é proveniente de uma autêntica demonstração científica. Por conta dessa diferença, o verbo “demonstrar” não poderia ser repetido com o mesmo significado na reconstituição do paralogismo, tal como apresentado pelo sofista em nossa proposta acima, sendo mais adequado adotar uma terminologia distinta. Certamente quem demonstra que o triângulo tem 2R também sabe algo acerca de fatos particulares, mas esse saber é de outra ordem. A repetição do verbo “demonstrar”, com o mesmo sentido técnico proposto por Aristóteles em *Seg. An.* não resultaria em um argumento válido. Para que o argumento não seja inválido, “triângulo” e “figura” deveriam ser intensionalmente equivalentes, possuindo a mesma definição, o que julgamos ser indicado no seguinte trecho¹²⁵: “So when do you not know universally, and when do you know *simpliciter*? Well, clearly you would know *simpliciter* if it were the same thing to be a triangle and to be equilateral”. Teríamos demonstração universal do predicado 2R pertencer à figura se a definição desta fosse a mesma de triângulo. Do mesmo modo teríamos demonstração de figura/princípio/primitivo ter 2R caso esses itens fossem idênticos em definição com o triângulo.

3.4 *Hoti* como “porque”

125

Talvez o trecho *Seg. An.*, I, 5, 74a14-74a17 também possa ser usado para justificar o mesmo ponto, mas preferimos apenas indicar essa possibilidade: Now if someone were to prove that right angles do not meet, the demonstration would seem to hold of this because of its holding of all right angles. But that is not so, if it comes about not because they are equal in *this* way but in so far as they are equal in any way at all.

Se optarmos por reconstituir o paralogismo do triângulo traduzindo *hoti* como “porque”, a reprovação feita por Aristóteles em *Ref. Sof.*, 6, 168b1-3 concerniria não à validade do paralogismo mas à sua qualidade de demonstração científica. Assim, a apreciação desse argumento por Aristóteles corresponderia a algo próximo do seguinte raciocínio: “Se o predicado 2R pertence ao triângulo, e ocorre que este seja figura, primitivo ou princípio. Não se prova isso (2R pertencer ao triângulo) porque figura, princípio ou primitivo tem esse predicado”. Reconstituindo o conteúdo desse trecho em uma estrutura argumentativa obtemos o seguinte resultado como correspondente ao paralogismo tal como apresentado pelo sofista¹²⁶:

Figura/princípio/primitivo tem 2R
 Ocorre de triângulo ser figura/princípio/primitivo
 Logo, o triângulo tem 2R

Tal como observado por Angioni(2012, 214-15), caso acrescentemos quantificadores universais às premissas e à conclusão deste paralogismo, temos um *Barbara*, ou seja, temos um argumento válido:

Toda(o) figura/princípio/primitivo tem 2R
 Todo triângulo é figura/princípio/primitivo
 Logo, todo triângulo tem 2R

Também nos parece plausível que o paralogismo fosse interpretado pelo interlocutor do sofista como um *Darii*, com a premissa menor e a conclusão particulares:

Toda figura/princípio/primitivo tem 2R
 Alguns triângulos são figura/princípio/primitivo
 Logo, alguns triângulos têm 2R

Uma terceira opção¹²⁷, assumindo que estamos corretos sobre o que deve ser expresso pelas premissas menores de qualquer instância do PDC, é que a premissa

126

Também poderia ser o caso que a premissa menor não fosse explicitada pelo sofista, resultando em um entimema.

menor não fosse interpretada pelo refutado como sendo universal ou particular, mas singular, resultando no seguinte argumento:

Toda figura/princípio/primitivo tem 2R

Ocorre que este triângulo é uma figura/princípio/primitivo

Logo, este triângulo tem 2R

Formulando o paralogismo em alguma dessas formas, um aspecto permanece inalterado, todos os argumentos acima são válidos, sendo que os dois primeiros seriam silogísticos¹²⁸. Optando por alguma dessas reconstituições, somos obrigados a defender que o aspecto falho desse paralogismo não está localizado em sua invalidade, mas sim em seu poder explanatório ou algo similar. A conclusão se seguiria necessariamente das duas premissas, mas estas não nos explicariam de modo adequado por que se predica 2R de triângulo.

Julgamos que um grande trunfo dessa reconstituição do paralogismo do triângulo está vinculada à satisfação do que consideramos anteriormente como sendo o terceiro limite imposto pelo texto. A interpretação de *Ref. Sof.*, 6, 168b1-3¹²⁹ como relativa à cientificidade do paralogismo mostra-se altamente promissora para se pensar a relação de pertinência entre o conteúdo de *Ref. Sof.*, 6, 168a34-168b10¹³⁰ e os já mencionados capítulos de *Seg. An.*, concernentes à hierarquização de certas formas de

127 Essas três versões seriam três possíveis interpretações feitas pelo refutado a partir do paralogismo obscuro e impreciso tal como apresentado pelo sofista.

128 Não descartamos a possibilidade de proposições singulares serem usadas na silogística, mas nesta dissertação nos manteremos distantes desse debate.

129 “So, if the triangle has its angles equal to two right-angles, and it happens to be a figure, or a primitive or a principle, it is not proved that a figure or a principle or a primitive has this character. For the demonstration proves the point about it not *qua* figure or *qua* primitive, but *qua* triangle”.

130 “Fallacies that depend on accident are clear once deduction has been defined. For the same definition ought to hold good of refutation too, except that a mention of the contradictory is here added; for a refutation is a deduction of the contradictory. If, then, there is no deduction as regards an accident of anything, there is no refutation. For supposing, when these things are the case, that must necessarily be, and that is white, there is no necessity for it to be white on account of the deduction. So, if the triangle has its angles equal to two right-angles, and it happens to be a figure, or a primitive or a principle, it is not proved that a figure or a principle or a primitive has this character. For the demonstration proves the point about it not *qua* figure or *qua* primitive, but *qua* triangle. Likewise also in other cases. If, then, a refutation is a sort of deduction, an argument depending on an accident will not be a refutation. It is, however, just in this that the experts and men of science generally suffer refutation at the hand of the unscientific; for the latter meet the scientists with deductions depending on accidents; and the scientists for lack of the power to draw distinctions either say ‘Yes’ to their questions, or else are thought to have said ‘Yes’, although they have not”.

conhecimento e certos requisitos necessários para a produção de demonstrações científicas.

Continuemos a examinar essa possível reconstituição à luz dos limites que identificamos acima e os quais julgamos serem impostos pelo texto de *Ref. Sof.*. Uma primeira e óbvia dificuldade é relativa à satisfação da primeira condição, a invalidade do PDC. Vimos acima, em nossa descrição do primeiro limite concernente à validade do PDC que Aristóteles indica que todas as instâncias do PDC são argumentos inválidos. A invalidade corresponderia ao modo como esse paralogismo falharia em satisfazer a definição de refutação. É necessário que toda refutação seja constituída por um argumento válido, portanto se determinado argumento não cumpre esse requisito tampouco pode ser qualificado como uma refutação.

Dadas as evidências textuais sobre a invalidade do PDC, consideramos difícil justificar uma reconstituição que prescindia desse traço, mas supomos que temos, pelo menos, algumas opções a serem exploradas e testadas. Primeiro, podemos reavaliar nossa interpretação do conteúdo dos trechos relativos à invalidade. É possível que um exame mais cuidadoso revele que as alegações feitas por Aristóteles poderiam ser compreendidas de outro modo. Levantaremos, portanto, alguns pontos que poderiam ser mais bem investigados a fim de adotarmos uma posição mais resoluta sobre a razoabilidade e plausibilidade dessa interpretação. Um possível ponto de partida poderia ser articulado a partir de uma interpretação alternativa sobre o significado da necessidade descartada por Aristóteles como pertencente ao PDC. Supondo que esta não deve ser compreendida formalmente, mas epistemicamente ou cientificamente, deveríamos entender “não necessário” como equivalente à “relação explanatória inadequada”¹³¹ e não como “inferência inválida”.

Outra opção que poderia ser elaborada partiria de certa terminologia adotada por Corcoran (Cohen e Nagel, 1993 p. xxxiv). Este autor propõe que argumentos possam ser analisados como padrões argumentativos pan-válidos, neutro-válidos e pan-inválidos¹³². Os padrões argumentativos pan-válidos seriam aqueles cujas instâncias seriam todas

131 Para uma abordagem detalhada sobre esse significado de “necessidade” conferir: Angioni, 2016 (especialmente p. 44-47).

132 “For this reason pat-tern AA is said to be *panvalid* ("all-valid"). (The word 'pan', as in 'Pan-American', means "all" in Greek). Pattern CI has only in-valid instances. In fact, every argument fitting pattern TCI has all true premises and false conclusion. A pattern having only invalid instances is called, as you might guess, pan *invalid* ("all-invalid"). A pattern which is neither panvalid nor paninvalid, i.e. a pattern which has both valid and invalid instances, is said to be *neutrovalid*. Pattern TP is neutrovalid”.

válidas. Os padrões neutro-válidos teriam pelo menos algumas instâncias válidas e algumas inválidas. Por fim, os padrões pan-inválidos teriam todas as suas instâncias inválidas. Se o padrão argumentativo exibido pelo PDC fosse tomado como um padrão neutro-válido, não haveria nenhum empecilho em incluir entre as possíveis instâncias desse paralogismo argumentos válidos como o *Barbara* e o *Darii* acima. O problema com essa hipótese é que não sabemos como justificá-la a partir de evidências textuais. Não descartamos a possibilidade destas evidências serem encontradas, mas não conseguimos identificá-las no texto.

Prosseguindo em nossa análise, a reconstituição do paralogismo do triângulo como uma pseudo-demonstração ainda enfrentaria duas dificuldades, uma relativa ao que identificamos como sendo o segundo e quinto limites, os quais julgamos serem impostos pelo texto de *Ref. Sof.* .

Quanto ao segundo limite, recordamos que seu conteúdo é concernente ao conceito de refutação. O objetivo do sofista ao se valer de uma instância do PDC seria o de refutar seu debatedor. Haveria portanto um entrave em mostrar como a partir de uma pseudo-demonstração o sofista lograria refutar o cientista. Uma opção também apresentada por Angioni consistiria em certo deflacionamento do significado de “*antiphrasis*” em *Ref. Sof.*, 6, 168a36-7. Em vez de entendermos esse termo no sentido técnico de contradição, poderíamos entendê-lo como significando algo contrário e incompatível.

Lembramos que o quinto limite é concernente à substituibilidade dos termos “figura”, “princípio” e “primeiro”. Afirmamos que qualquer reconstituição do paralogismo do triângulo deve ser tal que o argumento resultante soe convincente. Seja na reconstituição do paralogismo como um *Barbara*, como um *Darii*, ou como um argumento com premissa menor e conclusão singulares, notamos alguma dificuldade em explicar como a premissa maior seja aceita. Outra proposta lançada por Angioni (2012) e que se faz pertinente para resolver essa dificuldade¹³³, seria compreender “figura” como uma abreviação de “primeira figura na ordem de geração das entidades geométricas”. Poderíamos fazer algo similar em relação aos outros dois termos, entendendo “princípio” e “primeiro” não de modo tão genérico, mas como expressões abreviadas usadas no contexto da geometria para designar triângulo. Uma justificativa para esse abreviamento estaria no perfil do debatedor do sofista. Por se tratar de um

133

Conferir a nota 63 do artigo de Angioni (2012).

geômetra, não seria necessário explicitar o significado intencionado ao usar esses termos.

3.5 Conclusão do terceiro capítulo

Neste capítulo demos prosseguimento à nossa hipótese de que há uma divisão pertinente a se fazer sobre as instâncias do PDC. Alegamos que uma dessas instâncias, o paralogismo do triângulo, apresentado em *Ref. Sof.* 6 não seria uma instância obviamente inválida, tal como as instâncias de *Ref. Sof.* 24, as quais possuem premissas verdadeiras e conclusão falsa. Em nosso entendimento, o paralogismo do triângulo é uma instância do PDC cuja análise normativa é mais espinhosa, e, requer auxílio de teses apresentadas em *Seg. An.* acerca do que é uma demonstração científica. Defendemos que a reconstrução desse paralogismo deve obedecer a 6 balizas interpretativas. Essas balizas são concernentes: (1) à invalidade do paralogismo; (2) a forte aparência de validez; (3) a relevância de certas teses sobre demonstração científica expostas em *Seg. An.*; (4) certas informações sobre o perfil do interlocutor do cientista, (5) nossa reconstituição do paralogismo deve acomodar três diferentes versões baseadas na substituição do termo “figura” pelos termos “princípio” e “primeiro”, e, por fim (6) o paralogismo do triângulo não é um argumento evidentemente inválido, e sua conclusão aparenta ser verdadeira. Julgamos que nossa hipótese, apresentada na seção 3.2., talvez com a possível exceção da 2ª baliza, satisfaz todos esses requisitos¹³⁴. Através dela mostramos uma reconstituição do paralogismo do triângulo que é inválida, obtendo um argumento com premissas verdadeiras mas conclusão falsa, mas aparentemente verdadeira (“você demonstrou que figura/princípio/primeiro tem 2R”).

134

Reconhecemos que precisamos aprimorar nossa argumentação sobre nossa reconstrução satisfazer a quarta baliza.

CAPÍTULO 4. DUAS HIPÓTESES DE INTERPRETAÇÃO DE *PI*, A INTERPRETAÇÃO REFERENCIAL E A INTENSIONAL

Nesta parte da dissertação examinarei a razoabilidade de duas hipóteses de interpretação sobre o conteúdo do princípio enunciado por Aristóteles em *Ref. Sof.*, 24, 179a35-8, o qual chamaremos de princípio da unidade (PU). A importância desse exame é justificada pela conexão desse princípio com o que Aristóteles considera como sendo a autêntica resolução do PDC. Parte desse resolução consiste em apontar que nenhum dos *relata* da premissa menor dos exemplos dados em *Ref. Sof.*, 24, 179a38-179b7, satisfazem PU. Como todas as instâncias do PDC dependeriam da concomitância, identificar esse ponto equivaleria a apresentar uma autêntica resolução dos mesmos. Devido ao tipo de unidade expressa na premissa menor do PDC corresponder à unidade por concomitância, não haveria necessidade de um atributo pertencer a uma coisa e o que lhe é concomitante (27-31). Entendemos que o conhecimento relevante para que alguém apresente essa resolução está fortemente ligado ao domínio conceitual dos modos de se expressar unidade numérica. A julgar pelo que é enunciado em 179a36-8 alguém que possua esse domínio conceitual se comprometeria com a crença de que a unidade por *ousia* seria o único modo de expressar unidade numérica a justificar logicamente a transitividade absoluta de predicados entre dois itens: “For it is evident in all these cases that there is no necessity for what is true of the accident to be true of the object as well”. Está claro também, especialmente entre 179a39-180a5, que os itens representados pelo termo menor e pelo mediador do PDC não são unos por *ousia*:

whereas in the case of a good thing, to be good is not the same as to be going to be the subject of a question; nor in the case of a man approaching, or wearing a mask, is to be approaching the same thing as to be Coriscus, so that if I know Coriscus, but do not know the man who is approaching, it still isn't the case that I both know and do not know the same man; nor, again, if this is mine and is also a work of art, is it therefore my work of art, but my property or thing or something else. *The solution is the same in the other cases as well.*

Pelo trecho citado acima, vê-se que negar que a premissa menor do PDC expresse unidade por *ousia* parece equivalente a apresentar uma resolução desse tipo de paralogismo, o que significa que todas as instâncias devem ser resolvidas do mesmo modo, o que é deixado claro pela última frase do trecho acima, a qual italicizamos. Portanto ter conhecimento de que a unidade por *ousia* é único tipo de unidade a justificar logicamente a transitividade absoluta de predicados é ter o conhecimento

relevante para não ser ludibriado pela aparência do PDC. Disso também depreendemos sem nenhuma dificuldade que nenhum dos itens representados pelo termo menor e pelo mediador das instâncias do PDC satisfaz o que chamamos de PU, que é simplesmente a enunciação de que a unidade por *ousia* é um requisito necessário e suficiente para garantir logicamente a transitividade absoluta de predicados entre dois itens. É óbvio que, se as instâncias do PDC não satisfazem PU esses dois itens não são unos por *ousia*. Assim, um modo de testar a razoabilidade de uma interpretação sobre o conteúdo de PU começaria por indicar qual a condição de satisfação desse princípio, e, mostrar como qualquer uma das instâncias do PDC falha em satisfazê-lo.

Por exemplo, a primeira hipótese que chamaremos de formulação referencial consiste, resumidamente, em propor que PU regula a referência dos termos utilizados para estabelecer uma relação de unidade, de modo que essa unidade garanta a transitividade absoluta de predicados entre dois itens. Para que essa hipótese tenha sucesso em determinar o conteúdo de PU, negar correferencialidade a termos tais como “Corisco” e “o mascarado” não poderia implicar em nenhuma consequência absurda, razão pela qual seríamos forçados a descartar nossa interpretação.

O mesmo vale para o teste da segunda hipótese, a qual consiste, resumidamente, em propor que PU seja interpretado como regendo um diferente valor semântico dos termos relacionados, suas intensões.

Por meio desse exame, não pretendemos fazer um teste exaustivo, identificando todas as hipóteses possíveis sobre PU. Nossa justificativa para nos limitarmos ao exame dessas duas hipóteses concentra-se na leitura de dois tipos de fontes. A primeira correspondente a certo material da literatura secundária, nos quais encontramos a hipótese de que entre nomes próprios e descrições definidas tais como “o mascarado” não há correferencialidade¹³⁵. A segunda fonte corresponde ao conteúdo subsequente ao enunciado de PU no trecho *Ref. Sof.*, 24, 179b1-6, o qual sugere que, em nenhum dos exemplos de PDC em *Ref. Sof.* 24 179a34-8 os termos que exercem a função de menor e mediador são equivalentes intensionalmente: “whereas in the case of a good thing, *to be good* is not the same as *to be going to be the subject of a question*; nor in the case of a man approaching, or wearing a mask, *is to be approaching* the same thing as *to be Coriscus*”.

4.1. A Formulação referencial de PU

Todos e os mesmos atributos pertencem a uma coisa e ao seu concomitante se, e somente se, os termos correspondentes são correferenciais

Se essa versão da formulação referencial exposta acima for a correta, então seria verdadeiro afirmar que em todos as instâncias do PDC, as expressões que são mencionadas na premissa que anteriormente chamamos de PAV, premissa aparentemente validadora, não seriam correferenciais. A PAV seria interpretada erroneamente pela vítima do sofista como expressando a correferencialidade entre dois

135

Para interpretes que mantém essa posição consultar: Matthews (1982), Lewis (1982) e Spellman (1990).

termos, por exemplo, “Corisco” e “o mascarado” e esse seria o erro da vítima do sofista. Vejamos como essa formulação de PU nos auxiliaria a analisar uma das instâncias do PDC:

O mascarado não é conhecido por você

Corisco é o mascarado

Corisco não é conhecido por você

Tradicionalmente as noções de “intensão” e “extensão” são consideradas como sujeitas a princípios de composicionalidade. Entenderemos que a primeira formulação de PU exposta acima vincula-se ou aproxima-se mais de uma formulação concernente à extensão, ou à referência de duas expressões. Assim PU, poderia ser interpretado como um princípio composicional a limitar o escopo de substituições *salva veritate* ocorrendo no interior de uma expressão complexa. Essas substituições somente poderiam ocorrer se os substituídos possuísem o mesmo valor semântico, neste caso a referência.

Adotar essa interpretação é imputar a Aristóteles uma preocupação com a aplicação de certo princípio substitucional capaz de preservar a verdade de expressões complexas, por exemplo, a premissa maior do paralogismo acima. Dese modo, o sofista seria alguém que se aproveitaria da ignorância alheia sobre as condições de aplicação desse princípio substitucional. Usando expressões que apenas superficialmente aparentam ser correferenciais, o sofista obteria facilmente a concessão de uma premissa que aparentaria validar seu argumento, produzindo uma refutação aparente de seu interlocutor.

Outra consequência do comprometimento com essa interpretação de PU concerniria ao modo em que devemos fazer objeções a uma instância do PDC. Deveríamos indicar que certo par de expressões não são correferenciais. Por exemplo, no caso do paralogismo do mascarado, afirmaríamos que “Corisco” e “o mascarado” não são de fato expressões correferenciais. A aparência de correferencialidade seria apenas aparente para certas pessoas, as quais não estariam suficientemente familiarizadas com as condições necessárias para a correta aplicação de PU.

4.2 Problemas com a interpretação referencial

Um primeiro problema¹³⁶ com a interpretação referencial é que ela nos obrigaria a dar respostas contra-intuitivas diante de certas perguntas. Como já expomos acima, se alguém seguisse essa interpretação, este deveria, ou negar que a unidade expressa por “Corisco” e “o mascarado” é verdadeira, ou, então afirmar que a relação de unidade em questão é verdadeira mas é de modo qualificado, uma unidade devido à *concomitância*, o que também implicaria negar a unidade por *ousia* entre os dois itens.

Imaginemos que o paralogismo do mascarado seja dirigido a algum amigo de Corisco, digamos que Cálías seja esse amigo, e que Cálías considere Corisco como sendo seu melhor amigo. Fazer alguém admitir que não conhece o melhor amigo seria certamente uma situação constrangedora. Diante disso, para que Cálías não se sentisse tão envergonhado, o mesmo poderia retrucar que a descrição “o mascarado” não possui a mesma referência do nome próprio “Corisco”, ou seja, poderia adotar uma posição derivada de seu comprometimento com a interpretação referencial de PU.

Se Cálías seguisse esse caminho e afirmasse que a correferencialidade entre “Corisco” e “o mascarado” não ocorre, o sofista poderia simplesmente tirar a máscara de Corisco e afirmar “mas o mascarado é Corisco, veja!”. Ao fazer isso, o sofista mostraria uma inconsistência entre a interpretação de PU adotada por Cálías, e, os dados de sua visão. O sofista mostraria que esse posicionamento seria inconsistente com a experiência visual de quem visse a máscara de Corisco sendo retirada. Esse conflito poderia deixar alguém em dúvida sobre qual crença abandonar: de um lado, uma crença sobre a aplicação de um princípio lógico, e de outro uma crença derivada de um sentido, a visão. Esse estado de dúvida ou perplexidade poderia ser compreendido por quem observasse a reação de Cálías como indicativa de sua refutação aparente.

Acentuaríamos ainda mais a perplexidade em relação a essa situação se considerarmos a perspectiva de alguém que narrasse a refutação de Cálías para algum recém-chegado ao local em que ocorreu o debate. Imaginemos que esse narrador explique a esse recém-chegado o que ocorreu do seguinte modo: “Corisco, pensou que seria divertido fazer uma brincadeira com seu amigo, Cálías. Dando início ao seu plano Corisco colocou uma máscara, aproximou-se de Cálías e do sofista com quem este debatia. O sofista então perguntou para Cálías se este conhecia o mascarado...”. Todas as alegações dessa narrativa nos parecem verdadeiras e apontam para a correferencialidade entre “Corisco” e “o mascarado”.

136

Schreiber (2003) também indica reservas quanto a essa interpretação referencial por meio de declarações tais como: “This talk about things being “indistinguishable and one in substance” means more than things being coextensive or mutually necessary. It means that things must be related essentially” (p. 116).

Um segundo problema da interpretação referencial viria na forma de algumas lacunas explicativas. O proponente dessa interpretação deveria responder se descrições definidas como “o mascarado” podem ser usadas em algum caso para nos referirmos a indivíduos concretos como Corisco ou Sócrates. Se a resposta for não, o proponente da interpretação referencial deveria apresentar uma razão para essa negativa, a qual certamente causaria certo estranhamento tendo em vista o modo como essas descrições são usadas ordinariamente. É inegável a utilidade de descrições definidas para identificar ou localizar alguém, o que é aparentemente reconhecido por Aristóteles em *Tópicos*, I, 7, 103a32-103b1¹³⁷:

For often when we give the order to call one of the people who are sitting down, indicating him by name, we change our description, whenever the person to whom we give the order happens not to understand us; *he will, we think, understand better from some accidental feature; so we bid him call to us the man who is sitting or who is conversing—clearly supposing ourselves to be indicating the same object by its name and by its accident*

Também em *Ref. Sof.* encontramos um trecho, a respeito de certa diferença entre o PDC e um paralogismo que lhe está subordinado de algum modo, o paralogismo do conseqüente. O primeiro aparentemente se distingue do segundo porque contém uma premissa de unidade entre singulares, e se essa unidade envolve um só item, então supomos que as expressões que representam esse item sejam correferenciais:

for the consequent is an accident, only it differs from the accident in this, that you may secure an admission of the accident in the case of one thing only (e.g. the identity of a yellow thing and honey and of a white thing and a swan), whereas the consequent always involves more than one thing; for we claim that things that are the same as one and the same thing are also the same as one another, and this is the ground of a refutation dependent on the consequent. (But this is not

137

Nossa interpretação desse trecho é criticada por Matthews (1982) em seu artigo: “At first glance it seems that Aristotle is here treating 'the man who is sitting' (*ton kathemenon*) and 'the man who is talking over there' (*ton dialegomenon*) as alternative descriptions for, say, Coriscus. After all, Aristotle says we suppose 'ourselves to be indicating the same object (*hos tauton . . . semainein*) by its name and by its accident'. In fact a closer examination of this passage tells against the idea that, even here, Aristotle supposes 'the man who is sitting' or 'the musical man' might simply pick out Socrates”. Matthews desafia qualquer um que defenda a possibilidade de uma descrição como “o mascarado” referir-se a um mesmo ente denotado por um nome próprio como Corisco, a explicar por que Aristóteles distingue unidade por concomitância da unidade expressa usando um termo para espécie, como “homem” e algo como uma descrição composta de gênero e uma diferença específica como “animal bípede” (resultando em “o homem é idêntico ao animal bípede”). Não conseguimos identificar qual é exatamente o problema apontado por Matthews, por isso não respondemos sua crítica diretamente, nos limitando a mencionar sua oposição a nossa interpretação a fim de que o leitor saiba que há discordância na literatura especializada em relação ao que propomos nesta dissertação.

always true, e.g. suppose that they are the same accidentally; for both snow and the swan are the same as something white.

Na literatura secundária sobre o assunto encontramos tanto posicionamentos que poderiam ser mencionados como favoráveis à possibilidade de um nome próprio como “Sócrates” e uma descrição como “o mascarado” serem expressões correferenciais, quanto posicionamentos que poderiam ser considerados como contrários a essa possibilidade. Para alguns dos pesquisadores inclusos nesse segundo conjunto enquanto nomes próprios referir iam-se a indivíduos substanciais, o que chamamos contemporaneamente de descrições definidas referir iam-se a unidades por concomitância ou espécimes de tipos¹³⁸.

Não examinaremos exaustivamente todo o material da bibliografia secundária relativa a esse ponto, e nos limitaremos a comentar certos posicionamentos mantidos por Lewis, os quais poderiam indicar alguma proximidade com a interpretação referencial de PU, e, que esse autor poderia talvez ser tomado como um representante dessa linha de interpretação. Lewis afirma em seu artigo que, nomes próprios como “Sócrates”, e, descrições como “o que está sentado” não são expressões correferenciais. A justificativa de Lewis é que a segunda expressão não se refere a Sócrates, mas a um composto por concomitância, constituído por Sócrates e a propriedade que lhe é concomitante de estar sentado:

According to the alternative reading to be proposed here, however, 'the (one) seated' refers not to Socrates, if it is Socrates who is seated, but to the accidental compound, Socrates + seated (p. 2, *ibid.*).

Embora consideremos interessante a posição de Lewis, e, de outros pesquisadores com posicionamentos afins, acreditamos que tal posição está sujeita às mesmas críticas que levantamos acima, resultando em compromissos com teses e alegações contraintuitivas. O uso ordinário de descrições para nos referirmos a indivíduos é obviamente útil em contextos nos quais precisamos localizar alguém e uma característica não essencial a essa pessoa serve para destacá-la visualmente das demais.

Entendemos que o trecho citado acima afirma apenas que os itens referidos por descrições como “o mascarado” ou “o que está sentado” não são *exclusivamente* indivíduos substanciais, mas compostos, ou seja, temos um indivíduo substancial e uma

138

Entendemos que autores como Lewis (1982), Matthews (1982) e Spellman (1990) poderiam fazer parte dessa lista. Com isso não pretendemos afirmar que as propostas desses autores sejam inteiramente idênticas. O que nos interessa é indicar que todos esses autores negam a coreferencialidade entre expressões como “Corisco” e “o homem mascarado”.

propriedade que lhe é concomitante. Se o composto referido por meio da descrição “o que está sentado” não é apenas uma coisa, mas a junção de duas, por que recusar que essa descrição se refira também a um desses elementos constituintes do composto?

Se a expressão “o mascarado” se referir a mais de uma coisa, isto é, a um indivíduo e o que lhe é concomitante, não nos parece correto negar que essa expressão deixe de se referir a esse indivíduo. Devido a uma expressão se referir a mais de um item, não se segue que esta não se refira também a um desses itens. O termo geral “homem” pode ser usado para se referir a algum homem em particular mesmo que também seja utilizado para nos referirmos a vários homens. Quando enunciamos que todos os homens são racionais, apesar de não usarmos um nome próprio, ao proferir esse enunciado também estamos nos referindo a este ou aquele indivíduo em particular ainda que usemos um termo com uma extensão tão ampla. Nos parece excessivo impor como necessário o uso de um nome próprio para que possamos nos referir a determinado indivíduo.

4.3 Interpretação intensional de 179a37-8

Todos e os mesmos atributos pertencem a uma coisa e ao seu concomitante se, e somente se, os termos correspondentes a esses dois itens são co-intensionais

Examinaremos agora a razoabilidade de uma segunda interpretação do trecho 179a37-8. Nessa interpretação o princípio composicional a limitar o escopo de substituições *salva veritate* é um princípio intensional. Isso significa que o valor semântico determinante para avaliar as substituições é a intensão. Supondo, por exemplo, que “homem” e “animal racional” expressem o mesmo conceito, seus valores semânticos seriam idênticos, e, necessariamente a substituição de um pelo outro dentro de uma expressão complexa não lhe alteraria o valor de verdade.

Adotando a interpretação intensional, diríamos que é a equivalência intensional a premissa que justifica adequadamente a transitividade absoluta de predicados entre dois itens. Fossem os termos menor e médio das instâncias do PDC equivalentes intensionalmente, esses argumentos não seriam inválidos. A princípio essa interpretação de PU estaria livre das consequências contraintuitivas as quais atribuímos à versão referencial analisada acima. Não encontramos nenhuma dificuldade em admitir, tal como Aristóteles o faz em *Ref. Sof.*, 24, 179b1-6, que nenhum dos seguintes pares de

termos constituintes da premissa menor das instâncias do PDC são equivalentes intensionalmente: “o que é bom” e “o que é perguntado”, “Corisco” e “o que se aproxima” ou “o mascarado”.

Se voltarmos por um momento ao trecho *Ref. Soj.*, 6, 168a34-168b10 referente ao paralogismo do triângulo poderíamos encontrar mais uma evidência favorável a essa interpretação. Propomos que esse trecho contém indicações interessantes sobre a relevância de certas teses de caráter metacientífico sobre quais tipos de argumentos poderiam se qualificar como autênticas demonstrações.

4.4 Problemas com a interpretação intensional

Examinaremos agora se a interpretação intensional de fato seria suficiente para garantir a transitividade absoluta de predicados entre dois itens.

Uma vez que PU em sua versão intensional estabeleceria limites quanto à intensão dos termos a respeito dos quais é verdadeiro afirmar a transitividade absoluta de predicados, somente aqueles pares de termos que satisfizessem essa condição teriam todos e os mesmos predicados. Por exemplo, dado que “homem” e “animal bípede racional” são sinônimos, o seguinte argumento seria validado pela versão intensional de PU:

Todo homem é mortal
 Todo animal bípede racional é homem
 Logo, todo animal bípede racional é mortal

Esse argumento é um *Barbara*, ou seja, um argumento válido. A validade de um *Barbara*, no entanto, não depende da equivalência intensional entre termo menor e maior. O que pode ser notado pelo seguinte argumento, também um *Barbara*:

Todo animal é vivo
 Todo homem é animal
 Logo, todo homem é vivo

Nesse segundo argumento, não temos um par de termos equivalentes intensionalmente, e, nem por isso o argumento deixa de ser válido. Assim, qualquer que

seja a interpretação de PU ela não deve ser tal que imponha a necessidade de um *Barbara* ter de satisfazer esse princípio para que seja considerado um argumento válido. Fosse assim, deveríamos interpretar o silogismo em *Barbara* como inválido ou, pelo menos neutro-válido segundo a terminologia de Corcoran (1993).

Ora consequência dessa interpretação¹³⁹, é que haveria uma severa restrição quanto às expressões aptas a satisfazerem a versão intensional de PU. Se considerarmos que nomes próprios não tem nenhum significado, então nenhum nome próprio poderia ser utilizado se pretendemos satisfazer a versão intensional de PU.

Um problema que consideramos mais contundente¹⁴⁰ sobre essa interpretação é relativo à pretensa validade de PU. A equivalência intensional entre dois itens seria suficiente para garantir a transitividade absoluta de predicados? Nossa convicção na validade desse princípio poderia ser facilmente abalada por meio de argumentos que se utilizassem de verbos epistêmicos, e termos sinônimos, quando pelo menos um destes é desconhecido pelo debatedor, o que nos indicaria que a validade desse tipo de argumento não seja assegurada exclusivamente pela satisfação de PU. O exemplo abaixo ilustraria essa dificuldade. Imaginemos que o denotado pelo termo sujeito da premissa maior e da conclusão saiba o significado de “inofensivo” mas não o de

139

Essa dificuldade é notada por Mignucci (1985, p.

69-70).

140

Dificuldade também notada por Mignucci (1985, p. 69-70) e Schreiber(2003). Schreiber considera que a resolução dada por Aristóteles é insatisfatória em relação a argumentos que contenham opacidade: “Unfortunately, Aristotle underestimates the subtleties of arguments involving propositional attitudes. Even if A and B are essentially identical, the argument

You do not know A.

A is B

Therefore, you do not know B.

remains only apparent unless you also *know* that A is identical to B. In contrast to Aristotle’s (ultimately unsatisfactory) resolutions are those proposed by modern philosophers for these same difficulties. The two most prominent resolutions, Frege’s (the error of confusing sense and reference) and Russell’s (the error of confusing denoting phrases and proper names), both involve refinements in theories of reference not recognized by Aristotle. Neither requires any appeal to extralinguistic types of ontological predication. Of course, such Fregean or Russellian theories of reference, though effective for resolving certain paradoxes in oblique contexts, fail to account for the triangle and the two earlier Coriscus sophisms. Aristotle would conclude from this that, by PP, Frege and Russell have multiplied types of fallacy unnecessarily. If Aristotle can show that the triangle argument and the oblique context arguments admit the same resolution, then he has shown that they exemplify the same type of fallacy. But we saw that Aristotle’s own resolution of the oblique context arguments fails adequately to account for their appearance of validity. So by his own Principle of Parsimony, this failure of applicability suggests that Aristotle himself has illegitimately run together two types of fallacy: one type that arises in oblique contexts, which a refined theory of reference resolves, and a second type requiring a different resolution. Unless he can account for the fallacies of referential opacity under one of his other types of resolution, Aristotle’s belief that his twelve fallacy types are jointly necessary and sufficient to explain all errors in reasoning cannot be maintained. Nevertheless, what I want to stress is that it is PP that Aristotle uses to adjudicate between competing typologies of false reasoning” (p. 123).

“obnócio” devido a este último termo ser pouco usado. Nesse caso, teríamos duas premissas verdadeiras e uma conclusão falsa, mas nenhum argumento válido poderia ter tal configuração:

João sabe o que é “inofensivo” (V)

“inofensivo” = “obnócio”(V)

João sabe o que é “obnócio”(F)

O caráter convencional da linguagem traria uma séria dificuldade quanto à validade de PU. Tudo que precisamos para produzir um argumento inválido que satisfaça PU, mas tenha premissas verdadeiras e conclusão falsa, é estabelecer alguma convenção linguística criando uma nova palavra e designando a ela a função de sinônimo¹⁴¹ de alguma outra palavra já conhecida.

Diante de contraexemplos como esses, talvez poderíamos ainda manter uma interpretação intensional de PU com algumas modificações, mas não está claro como dar esse passo a partir das evidências textuais presentes em *Ref. Sof.*, nem se isso seria suficiente para evitar uma refutação a partir de contraexemplos. No primeiro capítulo desta dissertação, propomos que quem sofre uma refutação aparente, dependente da concomitância, confundiria certos modos de se expressar unidade numérica. O erro consistiria em tomar um enunciado de unidade por concomitância como possuindo a mesma função argumentativa de um enunciado de unidade por nome ou definição. Em *Top. I 7* Aristóteles dá dois exemplos do modo de expressar unidade numérica por nome ou definição. Um exemplo é dado a partir de dois nomes “capa” e “manta”, e o outro exemplo é dado por um termo geral e seu enunciado *definiens*. Julgamos que desse segundo modo de se expressar unidade numérica por nome ou definição podemos extrair condições que tornariam uma interpretação intensional de PU segura em relação a contraexemplos como o dado acima por meio dos termos “inofensivo” e “obnócio”. Nessa nova interpretação intensional, PU seria satisfeito se, e somente se, os *relata* linguísticos do enunciado de unidade numérica fossem *definiens* e *definiendum*, tal como “homem” e “animal racional”. Se alguém sabe o que é “homem” sabe que tudo que é assim chamado é animal racional. Essa seria pelo menos uma posição bem reputada, mas não temos certeza sobre sua infalibilidade. Retomando o que dissemos no

141

Usamos esse termo em seu sentido convencional contemporâneo e não no sentido aristotélico, De acordo com *Cat.* 1a6-1a12 são coisas, tais como homem e boi, as quais são sinônimos em relação a um termo como “animal”, devido a este ser empregado com o mesmo sentido quando dito de homem e de boi.

primeiro capítulo acerca da confusão entre os diferentes modos de se expressar unidade numérica, acreditamos que o erro relativo ao PDC consiste em tomar algo que apenas aparenta ser bem reputado como se fosse bem reputado, isto é, tomar algo que não é bem-aceito como se fosse. Esse erro seria devido à similaridade entre os modos de se expressar unidade numérica. Como faltaria ao refutado certas capacidades discriminatórias (*Ref. Sof.*, 7,169b3-6) haveria confusão quanto ao tipo de unidade numérica que poderia ser usada como o antecedente de um princípio inferencial, muito similar ou idêntico ao que conhecemos como princípio da indiscernibilidade dos idênticos. Nossa hipótese é que Aristóteles tomaria a relação entre *definiens* e *definiendum* como a que satisfaz o princípio da unidade por *ousia*.

Antes de encerrar este capítulo, consideramos destacar algumas evidências de que o princípio enunciado em *Ref. Sof.* 24 179a38-9 seria tomado por Aristóteles como uma opinião bem reputada. Com isso, pretendemos alegar o seguinte: Aristóteles julgaria possuir fortes evidências de que o princípio é válido, mas não se comprometeria em afirmar que o princípio é de fato válido. O *dokei* que aparece na enunciação desse princípio¹⁴² indicaria algo como a atitude psicológica de Aristóteles em relação a esse princípio¹⁴³. A aparência desse princípio não seria entendida do mesmo modo que a aparência de paralogismos aparentemente válidos, isto é, como algo que é inválido mas parece ser válido. A aparência de PU seria melhor compreendida sem negar sua validade, mas como algo sobre o qual temos fortes razões para tomar como verdadeiro. Também é interessante pensar a formulação de PU tendo em mente o que é dito em *Ref. Sof.* 176a23-5: “If, on the other hand, one is compelled to say something paradoxical, one should then be most careful to add that it seems so; for in that way one avoids the impression of being either refuted or paradoxical”. Nesse trecho, Aristóteles recomenda certo cuidado ao expormos nossas posições. Se há alguma dúvida sobre a posição avançada, é melhor mencionar que essa posição apenas nos parece ser correta, diminuindo assim nosso grau de compromisso com o objetivo, o que evitaria um resultado negativo em um debate. O fato de Aristóteles considerar o conteúdo de 179a38-9 como uma opinião bem reputada não o impediria de tomá-lo como um princípio de acordo com o seguinte trecho de *Tópicos*: “Moreover, all statements that seem to be true in all or in most cases, should be taken as a principle or accepted thesis; for they are posited by those who do not also see what exception there may be” (105b6-

142
de princípios inferenciais serem *endoxa*.

Consultar Angioni (2014, p. 159-160) sobre a possibilidade

143
Nos foi sugerido que na primeira linha do segundo capítulo de *Met. Z*, Aristóteles também faria uso dessa expressão para expor uma opinião bem reputada.

8). Na mesma obra nos é indicado a importância que opiniões podem exercer em contextos dialéticos: “*For purposes of philosophy we must treat of these things according to their truth, but for dialectic only with an eye to opinion*” (105b30-105b31). Diante dessas evidências, nos sentimos compelidos a interpretar a solução avançada por Aristóteles como de natureza dialética por estar fundamentada em uma opinião bem reputada.

De qualquer modo acreditamos que nosso estudo deveria ser complementado por uma ampliação de fontes que não consideramos nesta dissertação. Na bibliografia secundária¹⁴⁴ é comum notar o uso de trechos de outras obras de Aristóteles como *Física* e *Metafísica*. No entanto, a investigação desses trechos e sua relevância para a interpretação de PU não está dentro dos limites que traçamos para a produção desta dissertação. Por motivos de ordem prática, circunscrevemos os limites de nosso estudo a certos trechos de *Refutações Sofísticas* e *Tópicos*, tentando formular nossas hipóteses a partir dessas fontes antes de passarmos para outras obras.

144

Para interpretes que analisam o significado do princípio de *Ref. Sof.* a partir dessas outras obras, consultar: Mignucci (1985), Lewis (1982) e Bowin (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte, retomaremos sucintamente nossas principais hipóteses sobre a interpretação do nosso objeto de estudo nesta dissertação, o PDC. No primeiro capítulo nos dedicamos à explicitação de alguns problemas ligados à compreensão de certos trechos do primeiro capítulo de *Ref. Sof.*. Esses trechos são concernentes à aparência e a similaridade das refutações sofisticadas com refutações autênticas. A aparência das refutações sofisticadas seria de tal modo similar à aparência de refutações autênticas que um debatedor poderia cometer o engano de confundir uma com outra. Afirmamos que esse engano poderia ocorrer mediante a satisfação de três condições. A primeira dessas condições diz que para um sujeito S confundir A com B é necessário uma familiaridade prévia de S com B . A segunda condição diz que a similaridade entre A e B deve ser tal que confundir um item com o outro seja algo plausível. A terceira condição, formulada para atender certos requisitos sobre o que é considerado como uma autêntica resolução de um argumento, é concernente ao poder explanatório da similaridade entre A e B . Usamos essas condições para avaliarmos algumas hipóteses que poderiam ser utilizadas para nossa compreensão do que é o PDC. Nossa conclusão é que a condição da aparência é satisfeita pelas instâncias do PDC para certo perfil de debatedor porque este considera que essas instâncias são validadas por um mesmo princípio inferencial, similar ou idêntico à indiscernibilidade dos idênticos ou o princípio da substituição dos idênticos. Por não terem aptidão para distinguir os diversos modos de se expressar unidade numérica e suas respectivas implicações para formulação de argumentos válidos e demonstrações científicas, o debatedor refutado poderia interpretar a refutação sofisticada como válida ou até mesmo demonstrativa. Ainda neste primeiro capítulo de nossa dissertação, explicamos como as refutações aparentes seriam possíveis quando o refutado possui o conhecimento relevante para evitar sua derrota. Essa derrota, é claro, não seria explicada através da ignorância do refutado, mas pelos seguintes fatores: desatenção, hesitação ou falta de destreza.

No segundo capítulo da dissertação apresentamos nossa noção de cálculo paralelo, decompondo-a em suas devidas partes: a premissa aparentemente validante ou PAV, o argumento tal como apresentado pelo sofista e o argumento tal como interpretado pelo refutado, e a crença falsa que faz com que o refutado interprete equivocadamente o argumento do sofista. Através dessa noção, pretendemos descrever certa atividade racional feita pelo refutado ao interpretar um argumento obscuro e

impreciso apresentado em um debate. Afirmamos que essa interpretação seria motivada por conta de certas presunções mantidas por seu agente e que são relativas às propriedades lógico-semânticas de certos argumentos e sobre o caráter e a intencionalidade de seu interlocutor. Afirmamos que a premissa que aparentemente validaria o PDC seria uma premissa a expressar certo tipo de unidade numérica descrita em *Top I 7* como identidade por concomitância. Defendemos que essa premissa somente aparenta validar o paralogismo mas não o faz de fato. Neste mesmo capítulo, fizemos algumas observações sobre o significado de concomitante pressuposto no PDC e a divisão entre paralogismo dependentes e independentes da linguagem.

No terceiro capítulo apresentamos o que pode ser entendido como um estudo de caso de uma das instâncias do PDC cuja interpretação é motivo de controvérsia na bibliografia secundária. Para a análise desse paralogismo, identificamos seis limites impostos pelo texto de *Ref. Sof.* os quais em nosso entendimento não poderiam ser negligenciados. Resumidamente, esses limites são concernentes à validade do PDC, sobre a aparência de refutação autêntica, a relevância de certos conceitos da filosofia da ciência dos *Seg. An.*, o perfil dos refutados (cientistas) pelo paralogismo do triângulo e sobre três possíveis variações do paralogismo do triângulo a partir da substituição do termo “figura” por “princípio” ou “primitivo”. A partir dos trechos relevantes avaliamos como certas hipóteses de reconstituição do paralogismo do triângulo se relacionariam com esses limites destacando suas vantagens e problemas.

Por fim, no quarto capítulo avaliamos duas hipóteses de interpretação do princípio enunciado em *Ref. Sof.* 24, o qual não seria satisfeito pelos termos da premissa menor de qualquer instância do PDC. Chamamos esse princípio de unidade por *ousia* e as hipóteses de interpretação sobre seu conteúdo de *interpretação referencial* e *interpretação intensional*. A primeira identificaria a correferencialidade dos termos da premissa menor do PDC como condição necessária e suficiente para a satisfação do princípio da unidade por *ousia*. Descartamos essa hipótese entre outros motivos por considerarmos que a impossibilidade de nomes próprios e descrições definidas serem correferenciais é um preço alto a se pagar tendo em vista o uso ordinário das últimas como expressões úteis para fins de localização. A segunda hipótese concerne às intensões dos termos da premissa menor do PDC. Apresentamos um contraexemplo a essa interpretação a partir de dois termos que possuem o mesmo significado, “inofensivo” e “obnóxió”. Entendemos que esse contra-argumento nos indica que a interpretação intensional deveria ser descartada ou reformulada. Adotamos a segunda opção propondo uma mudança na interpretação intensional de modo a exigir que, os *relata* linguísticos de um enunciado de unidade numérica correspondam ao *definiendum* e o *definiens* de uma definição. Essa reformulação da interpretação intensional se mostraria de acordo com o que propomos no primeiro capítulo sobre o modo de se expressar unidade numérica por nome ou definição. O uso desse modo de expressar unidade numérica seria considerado como o antecedente de um princípio inferencial similar ou idêntico ao que conhecemos como princípio da indiscernibilidade dos idênticos. Afirmamos ainda que certos trechos de *Ref. Sof.* e também *Top.* podem

nos indicar que a solução apresentada por Aristóteles é de certo modo, dialética, por estar fundamentada em uma opinião bem reputada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKRILL, J. L.. **Aristotle's Categories and de Interpretatione**. Translated with Notes and Glossary. Oxford: Clarendon Press, 1963.

ANGIONI, Lucas. Introdução à teoria da predicação. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. Três tipos de argumento sofístico. In: **Dissertatio** [36]. Universidade de Campinas, p. 187 – 220, verão de 2012.

_____. Defining Topics in Aristotle's *Topics* VI. In: **Philosophos**, Goiânia, V.19, N.2, P.151-193, JUL./DEZ. 2014.

_____. Aristotle's definition of scientific knowledge (*APo* 71b 9-12). In: *Logical Analysis and History of Philosophy* 19, Oct. 2016.

ARISTOTLE. **Physics: Books III and IV** (Clarendon Aristotle Series) (Books. 3 & 4) 1st Edition, By Aristotle (Author), Edward Hussey (Translator).

_____. **On Sophistical Refutations**. Translated by E. S. Forster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

AUSTIN, J. L.. **How to do things with words**. Oxford, Clarendon Press, 1962.

BÄCK, Alan. Philoponus on the Fallacy of Accident. In: **Ancient Philosophy**, 7:131-146 (1987) (1987).

_____. Mistakes of Reason: Practical Reasoning and the Fallacy of Accident. In: **Phronesis** Vol. 54, No. 2 (2009), pp. 101-135.

_____. How the Fallacy of Accident Got Its Name. In: **Vivarium**, 53 (2-4):142-169 (2015).

BARNES, J. Posterior Analytics. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 7-12.

BENCIVENGA, Ermanno. (1979). "On good and bad arguments". **Journal of Philosophical Logic** 8, 247-259.

BOGER, George. 1988, Completion, reduction and analysis: three proof-theoretic processes in aristotle's prior analytics; **History and Philosophy of Logic**, 1998 - Taylor & Francis.

BOLTON, R. Dialectic, Peirastic and Scientific Method in Aristotle's Sophistical Refutations. **Logical Analysis and History of Philosophy**, v. 15, p. 274, 276 e 279 2013.

BOTTING, David. Fallacies of Accident. In: **Argumentation** 26 (2):267-289, 2012.

_____. **A good argument that bad arguments are bad.** In: Revista Iberoamericana de Argumentación, No 8 (2014).

BOWIN, J. Aristotle on identity and persistence. In: *Apeiron*, 41 (1):63-88 (2008).

BURNYEAT, M. F. **Explorations in Ancient and Modern Philosophy** – volume 2 – Enthymeme: Aristotle on the Logic of Persuasion. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CELLUCCI, Carlo. The universal generalization problem. In: ***Logique Et Analyse*** 52 (2009).

COEN, Morris R; NAGEL, Ernest. **An Introduction to Logic.** 2nd Edition by Morris R. Cohen (Author), Ernest Nagel (Author), John Corcoran (Editor) 1993.

CODE, Alan. Aristotle's response to Quine's objections to modal logic. In: ***Journal of Philosophical Logic***, Vol. 5, No. 2 (May, 1976), pp. 159-186.

DE ALMEIDA, Wellington Damasceno. Termos Singulares, transcategoriais e Summa Genera na lógica de Aristóteles. ***Manuscrito***, v. 36, n. 1, p. 5-48, 2013.

DI LASCIO, E. V. The Theoretical Rationale Behind Aristotle's Classification of the Linguistic Fallacies in the Sophistical Refutations. ***Logical Analysis and History of Philosophy***, v. 15, 2013.

EEMEREN, Frans Hendrik van; GROOTENDORST, Robert. **Speech acts in argumentative discussions: a theoretical model for the analysis of discussions directed towards solving conflicts of opinion.** Walter de Gruyter. P. 222, 1984.

_____. (2002). **Argumentation: Analysis, evaluation, presentation.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

_____. **Argumentation, Communication, and Fallacies a Pragma-Dialectical Perspective.** Lawrence Erlbaum; 1 edition (April 3, 1992).

EVANS, J. D. G.. "The Codification of False Refutations in Aristotle's De Sophisticis Elenchis." ***Proceedings of the Cambridge Philological Society*** 201: 45–52, 1975.

FAIT, Paolo. False Validating Premiss in Aristotle's Doctrine of Fallacies: An Interpretation of Sophistical Refutations. ***Logical Analysis and History of Philosophy***, p. 251-252, v. 15, 2013.

FARQUHARSON, A. S. L. Movement of Animals. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle.** Princeton: Princeton University Press, 1991. p.8.

FINOCCHIARO, Maurice. (2005). **Arguments about arguments.** New York: Cambridge University Press.

_____. Fallacies and the Evaluation of Reasoning. Source: ***American Philosophical Quarterly***, Vol. 18, No. 1 (Jan., 1981), pp. 13-22.

GAMBRA, José Miguel. **Aristoteles y la paradoja da denotacion**. In: CONVIVIUM; No 4 (1993).

GEIS, M. L.. **The Language of politics**. New York: Springer-Verlag, 1987.

GELBER, Hester G. "The Fallacy of Accident and the 'Dictum de omni': Late Medieval Controversy over a Reciprocal Pair." **Vivarium** 25: 110–14, 1987.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HAMBLIN, C.L. **Fallacies**. London: Methuen, 1970.

HASPER, P. S. Between Science and Dialectic. Aristotle's Account of Good and Bad Peirastic Arguments in the Sophistical Refutations. **Logical Analysis and History of Philosophy**, v. 15, p.288, 2013.

_____. Aristotle's Sophistical Refutations. A Translation. In: **Logical Analysis and History of Philosophy**, v. 15, p.13-55, 2013.

HINTIKKA, Jaakko – The Fallacy of fallacies. **Argumentation**, vol. 1, issue 3, (1987).

HITCHCOCK, David. **Fallacies and formal logic**. In: **History and Philosophy of Logic**, 2000 – Taylor & Francis.

JENKINSON, A. J. Prior Analytics. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 44-45, 77, 81.

MASSEY, Gerald. (1975). "Are there any good arguments that bad arguments are bad?" **Philosophy in Context** (4), 61-77

_____. (1981). "The fallacy behind fallacies". **Midwest Studies in Philosophy** 6(1), 489-500

MARTINICH, A. P. Logic and Conversation, In: **Philosophy of Language**; Oxford University Press; 4 edition (November 30, 2000).

MALINK, Marko. The Beginnings of Formal Logic: Deduction in Aristotle's Topics vs. Prior Analytics. **Phronesis**. 2015.

MATTHEWS, Gareth, "Accidental Unities," in Malcolm Schofield and Martha Nussbaum (eds.), **Language and Logos** (Cambridge, 1982), p. 230-35.

MCKIRAHAN, Richard D. **Principles and Proofs: Aristotle's Theory of Demonstrative Science**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p.7-29

MIGNUCCI, Mario. Puzzles about identity. Aristotle and his greek commentators. In: **Aristoteles - Werk Und Wirkung, Bd I, Aristoteles Und Seine Schule**. De Gruyter. Pp. 57-97 (1985).

MILLER, F. D. "Did Aristotle have the concept of identity?". In: **The Philosophical Review**. Vol. 82, No. 4 (Oct., 1973), pp. 483-490.

MORAVCSIK, J. M. E. Aristotle on Predication. **The Philosophical Review**. Volume 76, Issue 1, January 1967, p. 80-96.

MORISON, Benjamin. What was Aristotle's concept of logical form? In: MORISON, Ben; IERODIAKONOU, Katerina (ed.). **Episteme, etc: essays in honour of Jonathan Barnes**. Oxford: Oxford university Press, 2012.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Martins Fontes, São Paulo (2007).

LEWIS, F. A. **Accidental sameness in Aristotle**. *Philosophical Studies* 42 (1982) 1-36.

PELLETIER, F. J. **Sameness and referential opacity in Aristotle**. *Noûs*, Vol. 13, No. 3 (Sep., 1979), pp. 283-311.

PETERSON, Sandra. **The Masker Paradox**. ProQuest Dissertations and Theses (1969)

PICKARD-CAMBRIDGE, W. A. Sophistical Refutations. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 2-3.

PICKARD-CAMBRIDGE, W. A. Topics. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 126 e 134.

PLATO. **COMPLETE WORKS**. Ed. by John M. Cooper, associate editor D. S. HUTCHINSON. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1997.

POSTE, Edward. 1866. **Aristotle on Fallacies, The Sophistici Elenchi: With Translation and Notes**. London: Macmillan and Co.

RESCHER, Nicholas. **Aporetics Rational Deliberation in the Face of Inconsistency**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

RHYS ROBERTS, W. Rhetoric. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 102-104

ROSS, W.D. Metaphysics Δ. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 83

ROSS, W.D. Metaphysics Γ. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 42.

ROSS, W.D. Metaphysics Z. In: BARNES, J. (ed.). **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1991. p. 94.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. **Mind**, Vol. 14, No. 56, pp. 479-493, 1905.

SAPIR, Edward. (1921) **Language: An Introduction to the Study of Speech**. New York: Harcourt, Brace.

SALMON, Wesley C. **Logic** – 2003. PRENTICE-H ALL, INC. Englewood Cliffs, New Jersey.

SCHREIBER, Scott G. **Aristotle on false reasoning: language and the world in the Sophistical Refutations**. Albany: State University of New York Press, 2003.

SIDGWICK, Alfred. The Localisation of Fallacy. Source: **Mind**, Vol. 7, No. 25 (Jan., 1882), pp. 55-64 Published by: Oxford University Press

SIEGEL, Harvey; BIRO, John. Epistemic Normativity, Argumentation, and Fallacies. **Argumentation** 11: 277–292, 1997. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.

SPELLMANN, Lynne. Referential Opacity in Aristotle. In: **History of Philosophy Quarterly**, Vol. 7, No. 1 (Jan., 1990), pp. 17-32

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. (site). Acesso em 15/03/2019

TIERNEY, Richard. On the senses of symbebekos in Aristotle. In: SEDLEY, David (ed.). **Oxford Studies in Ancient Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p.61-82

VELLOSO, A. R. S. Os paradoxos da identidade e seu papel como limitadores de uma teoria funcional da linguagem. **Princípios**, v. 16, n. 26, p. 23, 2009.

WILLIAMS, C. J. F. Aristotle's theory of descriptions. **The Philosophical Review**, Vol. 94, No. 1, p. 64, 1985.

WOODS, John; IRVINE, Andrew. Aristotle's early logic. Está em: **Handbook of the History of Logic**. Volume 1" Greek, Indian and Arabic Logic; Edited by Dov M. Gabbay and John Woods (2004) ELSEVIER NORTH HOLLAND.

Lista de Abreviaturas

Abreviaturas terminológicas:

PDC = Paralogismo devido ao concomitante

PU= Princípio da unidade por ousia

PAV = Premissa aparentemente validante

Abreviaturas para obras de Aristóteles:

Seg. An. = *Segundos Analíticos*

Pr. An. = *Primeiros Analíticos*

DI. = *Da Interpretação*

MA. = *Movimentos dos Animais*

Ref. Sof. = *Refutações Sofísticas*

Top. = *Tópicos*